

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Abril de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1063 • Director: Carlos Brito

Carvalho
da Silva

Em entrevista
por Anabela Fino

Centrais



Depois das grandiosas manifestações de Abril



AGORA O 1.º DE MAIO

Carlos Carvalhas
na AR:

«Comemorar
Abril hoje
é combater
o autoritarismo
e a
governamentalização»



Pág. 8

Editorial

A razão da manifestação



25 de Abril sempre!

RESUMO

20
Quarta-feira

“O lixo não é fixe” é o lema escolhido pelos manifestantes do SOS-Lagoas que surpreendem, em São Miguel, o Presidente da República no seu 17º dia de Presidência Aberta do Ambiente e Qualidade de Vida ■ Sob o tema dos Descobrimientos começa a Feira do Livro do Porto no Pavilhão Rosa Mota, que terá várias actividades culturais paralelas até ao dia 8 de Maio ■ As esperanças da selecção de sub-21 caem por terra quando Orlandini marca o golo italiano ■ O estado de saúde do ex-presidente Richard Nixon é dado como crítico, após ter sido internado na segunda-feira devido a um acidente vascular cerebral.

21
Quinta-feira

O Presidente da República encerra a Presidência Aberta em Braga, num encontro com milhares de jovens e crianças ■ O Conselho Disciplinar da Ordem dos Médicos envia quatro despachos de acusação aos médicos envolvidos no caso da hemodiálise do Hospital de Évora ■ A CGTP, em seminário sobre segurança social, defende uma maior participação do Governo no apoio aos trabalhadores, recusando o recurso ao sector privado ■ Boris Ieltsine e Bill Clinton chegam a acordo quanto à necessidade de uma cimeira geral sobre a Bósnia.

22
Sexta-feira

Estudantes manifestam-se no norte e centro do país contra as provas globais do 10.º ano ■ O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem absolve o Estado português, acusado por Otelo Saraiva de Carvalho de ter cometido irregularidades judiciais ■ Hermínio Martinho, em entrevista ao «DN», considera inexplicável a recusa da sua adesão ao PSD e afirma que mais cedo ou mais tarde será militante deste partido ■ O PCP promove um encontro/debate sobre os actuais problemas da pesca no País ■ Continuam num impasse as negociações entre a Rússia e a Ucrânia quanto à frota do mar Negro ■ A FATAH dirigida por Yasser Arafat e o movimento integrista Hamas concluem um acordo em Gaza para pôr termo à violência entre as duas organizações.

23
Sábado

A Revolução dos Cravos é recordada na Feira do Livro de Bruxelas com o lançamento do livro «O 25 de Abril nos Media Internacionais», de Mário Mesquita e José Rebelo ■ Mário Soares aceita o convite para patrocinar e intervir na sessão de abertura do congresso «Portugal: que futuro?» a decorrer na FIL nos dias 8, 9 e 10 de Maio ■ Richard

Nixon morre com 81 anos na sequência do derrame cerebral que o levou ao internamento.

24
Domingo

Termina em Tróia o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, em que aprova, como forma de luta, uma manifestação no dia 4 de Maio ■ Violenta explosão de uma bomba em Joanesburgo, perto das instalações do ANC, provoca a morte a nove pessoas e fere 92 ■ Os Sérvios continuam a recuar das posições que ocupavam em Gorazde, já após ter expirado o prazo dado pelas Nações Unidas para a sua retirada.

25
Segunda-feira

Comemoram-se os 20 anos do 25 de Abril com manifestações de Norte a Sul do País ■ O secretário-geral do Conselho Nacional de Juventude critica a política do Governo em matéria de juventude, nomeadamente no controlo político de atribuição de subsídios ■ Sondagens na Holanda conferem derrota ao CDA (partido dos cristãos-democratas) nas próximas eleições legislativas de 3 de Maio ■ Celebra-se em Milão a vitória da Resistência e a queda do fascismo a 25 de Abril de 1945 ■ Um carro armado explode em Germiston, nos arredores de Joanesburgo, causando dez mortos e pelo menos 36 feridos ■ Militares da minoria tutsi tentam um golpe de Estado no Burundi, mas são rapidamente dominados pelas autoridades hutus.

26
Terça-feira

Inicia-se uma greve de quatro dias na CP ■ São abertos ao público, com muitas restrições, os Arquivos da PIDE/DGS na Torre do Tombo ■ É descoberto um microfone no Gabinete do Procurador-Geral da República ■ Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência inicia oficialmente a sua actividade em Lisboa ■ Alberto João Jardim opta por homenagear os militares que fizeram o 25 de Novembro, num debate sobre o 25 de Abril, que não teve a presença dos deputados da oposição ■ Richard Nixon deixa instruções aos seus advogados para continuarem a impedir a revelação de documentos ligados ao escândalo Watergate ■ O Exército Republicano Irlandês inicia um novo ciclo de violência no Ulster ■ Os socialistas abandonam a aliança governamental japonesa, retirando a maioria ao primeiro-ministro Tsutomu Hata ■ É condenado à morte na Argélia um dos fundadores do Movimento Islâmico Armado ■ As primeiras eleições multirraciais na África do Sul permitem que cerca de 22 milhões de pessoas decidam sobre os destinos do país.

A razão da manifestação

Por todo o País o povo desceu à rua para celebrar Abril.

A participação popular excedeu as previsões mais optimistas.

Foi uma impressionante resposta de massas às campanhas de reabilitação da ditadura fascista, dos seus valores e personagens.

Foi uma maravilhosa afirmação da identificação do nosso povo com o 25 de Abril e o regime democrático com ele nascido.

Os democratas têm mais razões para confiar na sua força. A experiência demonstrou mais uma vez que esta se amplia extraordinariamente quando são capazes de convergir e de se unir.

A direita tem mais razões para perceber que a sua força resulta em larga medida das divisões no campo democrático. Tem por isso mais razões para ser prudente e se conter nos seus impulsos autoritários.

A ampla participação da juventude nas comemorações (e não apenas nas que tiveram por eixo o Largo do Carmo) constituiu mais uma clara demonstração de que a Revolução de Abril e os seus valores não são uma mera recordação para os que a viveram, mas constituem um património de esperança para o País capaz de mobilizar a jovem geração.

A manifestação da Av. da Liberdade, em Lisboa, tornou-se num mar de gente que inundou, num clima de combativa afirmação antifascista e de festa popular, toda a área da capital que vai do Marquês do Pombal ao Rossio.

Na sua amplitude e vibração não foi apenas uma resposta às campanhas reaccionárias contra o 25 de Abril, constituiu também um ensinamento para os que no próprio campo democrático não acreditavam nas potencialidades desta iniciativa.

A vida demonstrou que viram curto e mal os que alegavam contra a realização da manifestação tradicional da Avenida que ela “estava gasta e ultrapassada” e que “tinha perdido o poder mobilizador.”

Ora o desfile da Avenida da Liberdade, promovido e organizado contra estas incompreensões, constituiu sem nenhuma espécie de dúvida a realização mais grandio-

sa e participada de quantas assinaram o 20º aniversário do 25 de Abril.

Não foi como insinuaram mentirosamente alguns jornais, uma manifestação de cabelos grisalhos (que também os havia naturalmente entre os muitos milhares de manifestantes), foi uma manifestação com larga participação da juventude que significativamente a encabeçava.

Foi o espaço aberto a todos que quiseram manifestar conscientemente o seu apoio a Abril e o seu repúdio do fascismo.

Que grande vazio teria representado a não realização desta manifestação!

Como foi positivo ver muitos que a tinham desencorajado juntar-se à sua corrente caudalosa!

Para os que sempre defenderam a realização do desfile da

Para os que sempre defenderam a realização do desfile da Avenida da Liberdade, o enorme sucesso da manifestação não é apenas gratificante da sua persistência, é mais uma prova de que a convicção e a determinação são importantes valores na vida política.

Avenida da Liberdade, o enorme sucesso da manifestação não é apenas gratificante da sua persistência, é mais uma prova de que a convicção e a determinação são importantes valores na vida política.

A experiência destas comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril demonstra também que viram curto e mal os que julgaram poder despojá-las do carácter antifascista e reduzi-las a uma espécie de idílica grande reconciliação com os saudosistas do 24 de Abril.

Os rancores fascistas e da extrema direita, os que sobreviveram e os que já foram gerados pelo novo poder do capital, permanecem vivos e actuantes na sociedade portuguesa. São eles que recusam o 25 de Abril, repelem os valores democráticos e

exaltam arrogantemente a ditadura fascista e as suas leis.

O que é preocupante é que encontram apoios e estímulos no poder oficial que governa o País e larga guarida na grande comunicação social.

O caso da SIC, a televisão de Pinto Balsemão, um pretendente a candidato presidencial, é muito significativo a esse respeito, não só por ter promovido a vedeta um ex-inspector da PIDE, mas por ter discriminado e excluído dos seus programas e debates qualquer representante de amplos sectores democráticos de esquerda. Um excelente exemplo do pluralismo da direita!

No próprio campo democrático, e entre personalidades altamente colocadas, a cedência às pressões ideológicas, à propaganda e aos rancores da extrema-direita é bem evidente, por exemplo, no discurso que exalta Spínola (personagem comprometida com os piores golpes contra o regime democrático), ao mesmo tempo que destila o mais desbragado anticomunismo.

É à luz de tudo isto que importa valorizar o grande significado da participação nas comemorações populares do 25 de Abril e do carácter abertamente antifascista que elas revestiram, como resposta a todas as arrogâncias e a todas as cedências.

Agora é o 1º de Maio! A grande jornada dos trabalhadores tem condições especiais para acolher o poderoso impulso democrático que vem das comemorações do 25 de Abril, juntá-lo e temperá-lo com impulso das grandes movimentações sociais que se têm realizado desde o início do ano e que teve o ponto mais alto no Aviso de 24 de Março.

A situação propicia uma nova arrancada na luta pelos salários, pelo emprego, pela contratação colectiva, pelos direitos e pela segurança social.

A situação incita a um novo desenvolvimento e a uma nova e grande jornada de luta contra a política socioeconómica do Governo e do grande patronato.

A situação torna imperiosa a luta por uma nova política que responda e supere as ameaças e os desafios que pesam sobre as condições de vida do nosso povo e sobre o próprio regime democrático.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A perigosa reviravolta

O discurso de António Guterres na sessão do 25 de Abril da Assembleia da República mereceu umas urgentes observações, embora em curto como é próprio desta coluna.

Assinale-se desde logo o "impulso" para falar, invocando pelo Secretário-Geral do PS como a sua resposta crítica à "forma envergonhada" com que têm falado de Abril alguns dos "seus principais beneficiários".

A pergunta que acode é: se este "impulso" não devia ser acima de tudo autocrítico? Tão tardias e raras têm sido as posições da direcção do PS em relação à campanha de reabilitação do fascismo e de denegrimto do 25 de Abril.

O que mais surpreendeu, no entanto, na locução do líder socialista, iniciada numa rota de colisão com a política governamental de direita, foi a acrobática reviravolta que o orador operou a meio do discurso para uma harmoniosa convergência com essa mesma política.

Surpresa tanto maior quanto a matéria da convergência era, nada mais nada menos, do que a grave questão da revisão da Constituição.

Há dias, Almeida Santos, o duplo presidente do PS - presidente do partido e presidente

do Grupo Parlamentar - questionado sobre a pressa reclamada por Cavaco Silva para o início da 4ª revisão da Constituição, esclareceu lapidariamente: "Já tornei público e o Secretário-Geral do nosso partido, António Guterres, fez o mesmo, que seria uma pena e um indício de pouca responsabilidade por parte dos partidos políticos se consentissem, ou até se se empenhassem para que a revisão se fizesse antes das eleições legislativas, ou mesmo das presidenciais." ("Independente" 15/4/94).

Não se coibiu, apesar disso, António Guterres na sua reviravolta, explorando o tempo de antena comemorativo, de proclamar que a melhor maneira de celebrar Abril é fazer a revisão da Constituição em 1994.

Para que resultados, com a maioria absoluta laranja? Para continuar a piorar o texto constitucional, como pretende a direita.

Cavaco sorria e o PSD agradeceu.

A "pouca responsabilidade" da iniciativa foi antecipadamente declarada pelo próprio PS.

Mais curioso ainda é que o Secretário-Geral do PS tenha apresentado como condições suas, o que são conhecidas exigências do PSD.

Perigosas exigências acrescentamos nós, designadamente as que se referem à revisão da legislação eleitoral.

Mas até aí vai a convergência de António Guterres, admitindo inclusive os "círculos uninominais", combinados com um círculo nacional ou círculos regionais proporcionais.

Ter-se-á a direcção do PS convencido que o segredo para ganhar as eleições é mudar a lei eleitoral na véspera de uma nova consulta ao eleitorado?

A este propósito a recente experiência italiana é esclarecedora do monstruoso resultado que se pode originar.

O negócio da revisão, que Guterres diz que não quer, já está realmente a andar. Que mais não seja, de imediato, como uma deriva institucional para afastar as atenções da crise económica e social e da luta dos trabalhadores e de outras camadas da população laboriosa.

Não faltarão, também, as vozes inspiradas pela direcção do PS que virão explicar, a meia voz, que o discurso de Guterres foi uma hábil manobra para esvaziar a campanha do PSD a favor da revisão.

Como os anos ensinam, o PS é "muito bom" nestas manobras, mas geralmente estampa-se...

■ Carlos Brito

Guterres apresenta, como condições suas, as exigências do PSD

Do lado esquerdo do coração

Num pequeno alameda da parte ocidental do Prado do Repouso - no suave plaino arborizado e verde, sobranceiro ao Douro, da antiga quinta do Prado - em terra regada pelo sangue dos heróis do cerco do Porto e quasi à vista do edifício onde a Pide durante décadas torturou milhares de presos políticos, foram há dias definitivamente depositados, em monumento simples, os restos mortais de Lobão Vital.

Lutador de tempera extraordinária, democrata corajoso, intelectual profundamente ligado à causa dos trabalhadores, António Lobão Vital foi um comunista cuja determinação não foi nunca abalada, ao longo de quase meio século de resistência ao fascismo, pelas circunstâncias mais difíceis - preso dezasseis vezes, sujeito a violentas torturas, seis anos de cárcere, incontáveis separações da companhia, também ela grande figura da resistência, Virgínia Moura. Deixou ainda na memória dos que o conheceram, a serenidade e a fina ironia com que relativizou sempre, como se não existissem, as maiores adversidades.

Lobão Vital e Virgínia Moura, o "casal", como eram sinteticamente referenciados, por amigos, por adversários e até por intriguistas que o tempo varreu, marcaram de forma insanável e durante décadas a vida democrática no Porto e a presença dos comunistas nas movimentações democráticas a nível nacional, que fizeram frente abertamente à ditadura de Salazar e depois de Caetano. Presença que não foi nunca uma concessão, antes o resultado de uma permanente e difícil luta travada em duas frentes, contra a repressão que atingia com dureza os membros do PCP, mas também contra as discriminações anticomunistas e as manobras de todo o tipo por parte de personalidades e sectores que se situavam objectivamente na área da oposição ao regime.

Nos anos sessenta, quando a repressão se abateu mais uma vez em força sobre o PCP - proporcional à crescente resistência popular e à imparável crise do salazarismo - o pequeno escritório de projectos de arquitectura do António e das explicações de matemática da Virgínia, primeiro nas traseiras e, depois, na parte da frente de um 6º andar, junto ao Município, tinha-se transformado de facto e de forma implícita no primeiro centro de trabalho "legal" do Partido no Porto durante a ditadura. Abaixo-assinados, iniciativas, acções dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, solidariedade aos presos políticos, informações - tudo acabava por se encontrar aí mesmo quando eram diversos e invisíveis os fios que ligavam as várias dinâmicas à rede clandestina, e por receber a experiência e o incentivo sempre fraternal do Lobão Vital e da Virgínia Moura. O círculo da resistência era então muito estreito e estes foram anos muito difíceis. Período porém decisivo para acumular forças para as grandes batalhas que de 69 em diante e num quadro democrático cada vez mais alargado puseram na ordem do dia o fim da ditadura.

Hoje, quando o branqueamento do regime fascista e colonialista deixou de ser apenas o propósito isolado de uns quantos saudosos e quando os próprios acontecimentos da Revolução de Abril passaram a ser objecto de redutoras manipulações e até de interesseiras falsificações, a memória da resistência e da revolução portuguesa e os contributos para o estudo da história contemporânea do nosso país, ganham a dimensão e a urgência de uma frente de luta.

Lobão Vital, companheiro e camarada querido, lutador infatigável, homem íntegro e generoso, amigo "do lado esquerdo do coração" como escreveu o Papiniano Carlos, não pode (ainda) repousar.

■ Edgar Correia

Estado e economia

Limitando-se a repetir uma ideia que, de forma tão persistente quanto não inocente, se tem procurado inculcar na consciência social, o «Público» baptizou com o título «Do Estado à economia de mercado» um dos seus dossiers dedicados a diversos aspectos da evolução da vida nacional nos últimos 20 anos.

Neste título de apenas seis palavras, fica assim expressivamente condensada a ideia de uma trajetória que, em 1974 e 1975, se teria iniciado com uma fortíssima e tentacular intervenção do Estado na economia e que depois, progressivamente, teria dado lugar a esse delicado e suave eufemismo da «economia de mercado».

A verdade porém é que, em seis palavras apenas, se constrói e renova uma mistificação do tamanho de uma catedral.

Em primeiro lugar, porque é falso, que a intervenção do Estado na economia nos anos iniciais da revolução democrática tenha liquidado a «economia de mercado» ou procedido a qualquer «estatização» ou «colectivização» global da vida económica.

Em segundo lugar, porque é falso que, de 1976 até hoje, tenha acabado a intervenção do Estado na economia ou que as «leis do mercado» ou da «concorrência» passassem a comandar espontaneamente o essencial dos processos económicos.

Basta lembrar que a reconstrução dos grupos monopolistas se operou, não na base de uma vitória obtida, no mercado, pelas grandes empresas privadas sobre as empresas públicas, mas na base de leis e decisões do Estado (através de sucessivos governos) de reprivati-

zação do sector empresarial do Estado.

Basta recordar que foi por decisão e empenho do Estado que o grande capital, através do escandaloso processo das OPV, se conseguiu apropriar de 90 milhões de contos sacados das pequenas poupanças dos cidadãos.

Finalmente, e para abreviar, basta salientar que, se se tiver em conta as centenas e centenas de milhões de contos dos fundos comunitários (sejam do PEDIP, sejam para formação profissional), as centenas e centenas de milhões de contos de subsídios e isenções fiscais, os novecentos milhões de contos de dívidas ao fisco e à segurança social, há fortíssimas razões para afirmar com segurança que o período de 1985 e 1995 ficará indiscutivelmente marcado como a década de maior intervenção do Estado na

economia depois do 25 de Abril, só que, diferentemente dos anos iniciais da revolução, agora ao serviço dos interesses do grande capital.

Não é por acaso, mas porque sabem distinguir muito bem entre o paleio e os eufemismos para enganar incautos e a defesa dos seus interesses, que 44,4% dos empresários e gestores que integram um «painel» permanente do «Expresso» manifestaram, no final de Março, a opinião de que «os empresários têm vivido à custa dos subsídios do Estado» e que 59,2% consideraram que «o Estado deve ser um parceiro do sector privado».

Assim nos esclarecem, definitivamente, que a «economia de mercado» que adoram ainda é mais apetitosa quando conseguem ter o Estado por sua conta.

■ Vítor Dias

ÁFRICA DO SUL Dia Grande

Ao cabo de tantas décadas de lutas heróicas, à conta de tantas vidas sacrificadas no altar da liberdade e da libertação nacional, o povo sul-africano tem hoje o seu último dia para votar. A escassa meia dúzia de anos do terceiro milénio o apartheid cede e cada homem contará como um voto. Finalmente, o povo sul-africano dirigido pelo Congresso Nacional Africano assegura o direito de escolher os seus dirigentes através de eleições.

Pelo caminho, dezenas de milhares de vida assassina-das às mãos dos racistas e dos dirigentes do apartheid. Milhares de condenações à morte. Milhares de anos em cárceres. Vinte e sete para Nelson Mandela.

Dura, longa, difícil e heróica a luta dos democratas e patriotas da África do Sul. Do ANC. Do Partido Comunista. Dos Sindicatos. E de lutadores incansáveis como Oliver Tambo, Moses Mabinda que não tiveram a felicidade de chegar a este dia. E de Chris Hani, Secretário-Geral do PC Sul-Africano, assassinado, o ano passado, à ordem dos racistas saudosos do passado, sedentos de sangue, que contra a História não param de acrescentar crimes aos incontáveis crimes cometidos contra o povo sul-africano.

Este é um grande dia para África. Mas a escolha livre do povo vai deparar com o edifício económico do apartheid intacto. Os monopólios e as multinacionais, os que cresceram e engordaram com o apartheid, têm as alavancas do poder económico para contrariar a opção eleitoral do povo sul-africano. E já armadilha-ram o terreno.

Para além dos seus partidos, dos seus instrumentos e dos seus fantoches, têm a Banca, as minas e as grandes corporações. E todo um aparelho judicial, policial que se mantém incólume. E os filhos dos bantustões, como o Inkahata de Buthelezi.

O povo decidirá. O apartheid com o qual os EUA e o Ocidente tiveram negócios prósperos vai sendo enterrado, mas o seu poder económico vai permanecer. Esse poder tem força no aparelho militar. Que o diga a Unita que continua a contar com apoios fortes em círculos governamentais da África do Sul e desprezando os resultados eleitorais continua a semear a destruição e a guerra em Angola. Que o diga a Renamo que sempre recebeu e continua a receber o mesmo tipo de ajuda. Os racistas sul-africanos provocaram em toda a África Austral um clima de desestabilização e guerra de modo a enfraquecer os países da região.

E por isso que quanto maior for a votação no ANC, menor será o peso das forças do passado racista.

E uma maioria absoluta do ANC significa, que apesar de todos os obstáculos colocados neste difícil processo, uma confiança indesmentível no ANC.

Esta data custou muito ao povo de África do Sul. É hoje um dia de alegria. E a confirmar-se uma grande vitória do ANC, é também um grande dia para a África Austral. Para Angola, Moçambique, Namíbia e outros. Esperemos que os cerca de 600 000 portugueses emigrantes na África do Sul compreendam a nova África do Sul e ali contribuam para uma nova fase de um novo país.

Os que sempre foram solidários com o ANC, o PC Sul-Africano e o povo sul-africano também sente este dia como um marco para a África do Sul e a África.

D. L.

Em Lisboa, as comemorações populares dos 20 anos do 25 de Abril encheram literalmente toda a Avenida da Liberdade, desde o Marquês de Pombal aos Restauradores, onde este ano se realizou o tradicional comício que tinha lugar no Rossio. Mas se a multidão impressionava pela amplitude - sendo ideia generalizada que bateu todos os recordes destas comemorações - o mesmo há que dizer da alegria contagiante que transbordava do desfile. Com a juventude a marcar o ritmo. Na impossibilidade de referirmos a infinidade de iniciativas que, por todo o País, assinalaram vigorosamente o 20º aniversário da Revolução de Abril, damos aqui nota de reportagem da extraordinária participação em Lisboa.

A alegria merece relevo nestas comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa. A música e o canto, as coreografias e os coros, a energia e a cor, as palavras de ordem e os aplausos agitaram continuamente o interminável desfile - tão interminável que, duas horas depois do início da marcha a partir do Marquês de Pombal em direcção aos Restauradores, o breve comício teve de começar sem que a multidão houvesse chegado. E a única intervenção da tarde, proferida pelo coronel Pinto Soares em representação da Comissão Promotora, teve à sua volta um mar de gente que se estendia da Praça dos Restauradores ao Marquês de Pombal.

Outra nota a assinalar é a presença maciça da juventude. Havia jovens por tudo o que era sítio, expandindo uma animação contagiante que borbulhava de uma ponta à outra do imenso desfile e, mais significativo ainda, assumindo na primeira pessoa a essência das comemorações. As frases "Viva o 25 de Abril!" e "25 de Abril - contem comigo!", inscritas em panos vermelhos, verdes e azuis, estavam por todo o lado na cabeça dos jovens, atraindo irresistivelmente as objectivas de profissionais e amadores.

Objectivas que não sabiam para onde se virar, tão vertiginosa se transformou a festa, aqui erguendo palavras de ordem contra a política governamental, ali festejando a Revolução com carros alegóricos e diversas coreografias alusivas aos militares do MFA e às conquistas da Revolução, além denunciando o desemprego crescente e diversos aspectos da crise que prolifera no País, por todo o lado produzindo uma animação contínua e direccionada, celebrando Abril e o Portugal democrático.

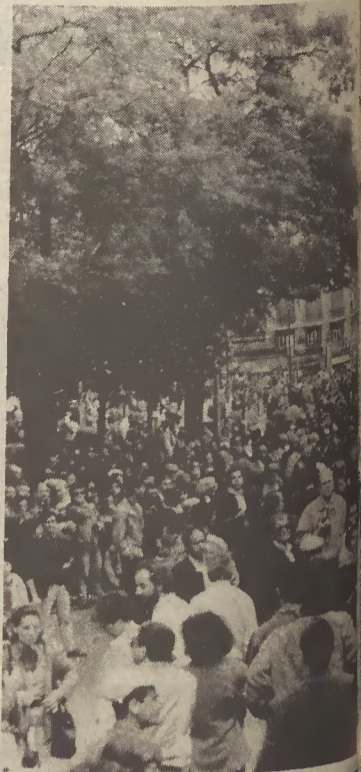
O palco do comício foi, desta vez, montado na Praça dos Restauradores, dado que o Rossio se encontra em obras. A ele foram chamados representantes das forças que integraram a Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril de 1994 em Lisboa: **Octávio Pato** e **Vítor Dias** pelo PCP, **Tito de Moraes** e **Manuel Alegre** pelo PS, **Isabel de Castro** pelos Verdes, **Blasco Hugo Fernandes** pela ID, **Carlos Marques** pela UDP e **António Feu** pelo PRD, ao lado dos dirigentes sindicais **Manuel Carvalho da Silva**, representando a CGTP-IN, e **Torres Couto**, representando a UGT. Presentes ainda no palco **Estela Piteira Santos** e **Irene Dias Amado**.

O único orador da tarde foi o **coronel Pinto Soares**, um capitão de Abril e antigo membro do Conselho da Revolução, que falou em nome da Comissão Promotora das Comemorações.

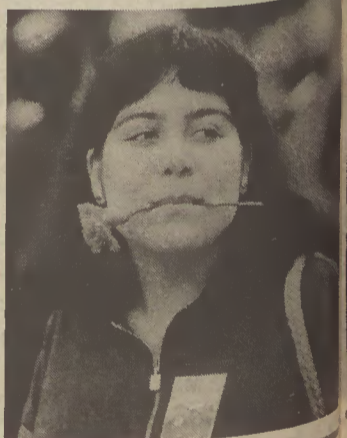
"Apelar em 1994, tal como nos anos anteriores, à participação popular nas comemorações do 25 de Abril significou, não só respeitar uma tradição já enraizada nos hábitos e nas expectativas da sociedade portuguesa mas, sobretudo, não desperdiçar uma ocasião particularmente vocacionada para expressar o amor à liberdade que constitui a linfa vital do sistema democrático e reafirmar o apego aos valores que consubstanciam a solidariedade e o desejo genuíno a uma redistribuição mais equitativa dos benefícios do progresso e do desenvolvimento".

Mais adiante assinalou criticamente o panorama social e político da actualidade portuguesa, realçando as dificuldades que se deparam à juventude numa "sociedade cada vez mais friamente competitiva, geradora de crescentes desigualdades", "o crescente advento de manifestações de populismo no discurso do poder vigente", "a pobreza que está a adquirir características de doença galopante" e "o acesso à instrução, que adquire, pela oneração do ensino e a falta de ajudas, o carácter de um privilégio dos mais ricos".

E concluiu, dizendo: "Alterar esta paisagem e restituir a esperança aos jovens obrigará a que, com eles, repensemos o 25 de Abril à luz dos condicionalismos do presente, que rectifiquemos as concepções que a História entretanto mostrou serem desajustadas, mas que o façamos tendo por objectivo o avançar sempre no sentido da justiça social e no aprofundamento da democracia, tanto na sua dimensão política como económica. Que saibamos, em suma, propor um novo projecto galvanizador e generoso e que Abril continue a servir-lhe de inspiração".



A alegria que Ab





ril abriu



Este ano, as comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril alargaram-se à Praça do Comércio, onde uma gigantesca multidão participou num concerto de música popular e de rock, e ao Largo do Carmo, onde se concentraram milhares de jovens vindos de todo o País. O Presidente da República esteve presente em ambas as iniciativas

No Porto, as comemorações populares do 20º aniversário do 25 de Abril constituíram também um grande êxito. Muitos milhares de pessoas participaram no desfile alegórico, que percorreu a Praça da Liberdade, a Avenida dos Aliados e a Praça General Humberto Delgado por entre gigantescas multidões, onde a animação e a juventude marcaram presença evidente. Na noite anterior já uma imensa multidão prenunciara o que se verificaria no desfile comemorativo: a de que as comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril foram das maiores realizadas na Cidade Invicta. Entretanto, este ano, a DORP do PCP promoveu um ciclo de comemorações do 25 de Abril cujo êxito e participação merecem particular destaque. Nele se incluiu um grandioso jantar/concerto com mais de 700 pessoas na Exponor, realizado a 15 de Abril e onde se ouviu, cantou e dançou música e palavras de Abril interpretadas por diversos artistas e pelo grupo "Resistência", uma homenagem a Lobão Vital no dia seguinte (e que o "Avante!" referiu a semana passada), no dia 18 um debate subordinado ao tema "20 anos de lutas juvenis. Três gerações em diálogo", onde participou o dirigente do PCP, Henrique de Sousa e outro no dia 23, designado "Conversas de Abril", que contou com a presença do dirigente do PCP Octávio Pato.

No fim-de-semana que antecedeu o 25 de Abril, a CDU promoveu um conjunto de jantares comemorativos que registaram grande participação, nomeadamente em Felgueiras, Vilarinho, Guidões, Penafiel, e Póvoa de Varzim, reunindo muitas centenas de pessoas a festejar Abril. Realizou-se ainda um convívio promovido pelo sector da Saúde, na cidade do Porto, que reuniu cerca de 100 pessoas.

Destaque também para a Mostra "20 anos de Abril através do Cartaz", que esteve aberta ao público no CT da Boavista até ao dia 25 de Abril e era formada por cerca de 150 cartazes e documentos diversos, entre os quais os que foram criados por Vieira da Silva e João Abel Manta. Refira-se, ainda, que a Comissão Concelhia de Gaia do PCP promoveu, no quadro das comemorações do 25 de Abril, uma romagem à campa de Adriano Correia de Oliveira, tendo usado da palavra o vereador, do PCP, Honório Novo. Fez-se também uma homenagem aos democratas perante o edifício que servia de sede à PIDE, na cidade do Porto, com intervenções a cargo de Hernâni Silva, Manuel Ramos e Virgínia Moura.

«Com o PCP Regionalizar, Desenvolver o Algarve» é o lema da 3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, marcada para o próximo dia 15 de Maio.

A Assembleia que decorrerá no Cinema Santo António em Faro, conta, na sua sessão de encerramento, com a presença do secretário-geral, Carlos Carvalhas.

No âmbito da preparação desta iniciativa estão a ser distribuídos por todas as organizações do PCP na região os projectos dos três documentos a serem aprovados na Assembleia: o relatório da DORAL, a resolução política e a resolução sobre o reforço da organização, da actividade e da influência do PCP no Algarve. A assembleia elegerá ainda o Plenário da DORAL, órgão dirigente do Partido na região.

Um pano preto com dizeres «Não ao branqueamento do fascismo. Viva Abril» foi colocado na estátua de Santos da Cunha, em Braga, por um grupo de democratas. O acto simbólico que decorreu na manhã de sábado passado, pretendeu expressar a grande indignação e protesto de milhares de democratas e antifascistas do distrito contra a campanha que, a coberto da passagem do 20º aniversário do 25 de Abril tem procurado, pelos grandes meios de comunicação e nomeadamente da televisão pública e privada, denegrir a revolução de Abril, promover a falsificação da história e branquear o regime fascista, desculpar e reabilitar e até humanizar e justificar a hedionda PIDE e os seus torcionários e assassinos.

Com esta iniciativa, os democratas de Braga quiseram gritar bem alto «Viva o 25 de Abril - Fascismo nunca mais» e alertar contra a presença na cidade de Braga de símbolos desse período negro da história portuguesa.

Por erro, na edição anterior, atribuímos à DORBraga um comunicado relativo à situação social e política no distrito de Bragança, que na verdade foi divulgado pela Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, pelo que pedimos desculpa. Limitações de espaço não nos permitiram dar maior destaque ao texto que, para além de abordar o futuro aproveitamento do complexo agro-pecuário do Cachão, salientava:

«Continua o corropio de visitas ao distrito de ministros e secretários de Estado, inseridas na constante acção de propaganda governamental, sem que nada útil tragam para sustentar a desertificação patente a todos os níveis, nomeadamente humano. Como sempre muitas promessas, mas não apresentam propostas que resolvam os principais estrangulamentos do distrito e do Nordeste.

«Os agricultores, através das suas Associações de Defesa Sanitária (ADS) continuam preocupados com as crescentes dificuldades, sobretudo económicas pois, tal como o PCP em devida altura alertou, o Governo PSD tem como objectivo fundamental desresponsabilizar-se de uma área tão importante como seja a sanidade animal e o combate e erradicação das doenças animais.

«Recentemente, quando da visita ao distrito de Sua Exa o Senhor Presidente da República, foram abordadas algumas questões que também preocupam o PCP, nomeadamente: a construção de um depósito de resíduos radioactivos em Aldeiadávila; o desvio das águas dos rios Douro, Tuela e Rabaçal; o problema das indemnizações aos pastores pelos prejuízos provocados pelo lobo, que há vários anos não são pagas, ao contrário do estipulado pela lei; e a perspectiva de integração da serra de Nogueira no Parque Natural de Montesinho, que não pode fazer esquecer a necessidade urgente da elaboração e discussão pública do Plano de Ordenamento do PNM. Como é sabido, o PNM foi criado há cerca de 15 anos e aquele instrumento fundamental ao seu funcionamento mantém-se na gaveta.»

No âmbito da pré-campanha para as eleições para o Parlamento Europeu, a DORBA está a realizar um conjunto de iniciativas, em cujo âmbito se inseriu a visita ao distrito do deputado Joaquim Miranda, estando anunciada para breve a deslocação de Luís Sá, cabeça de lista da CDU.

80 milhões de contos foi o montante facturado nos últimos três anos pela Lisnave que continua a ser considerado um dos maiores estaleiros do mundo e que o Governo e os Mellos querem encerrar.

Uma nota do secretariado da célula da Lisnave considera como um «auténtico crime económico e social» o contrato assinado entre o Governo e os Mellos, no final do ano passado, que visa fechar o estaleiro da Margueira e despedir mais de quatro mil trabalhadores.

A célula, que reuniu para debater o relatório de actividades e eleger a direcção, afirma que «a Lisnave além da influência que tem a nível do concelho de Almada, tem ligadas a si empresas como a ENI, Lisnico, Gaslimpo, Rebocalis, Lisrestal e muitas outras que directa ou indirectamente dela dependem». Deste modo, os comunistas alertam para a gravidade da situação que conduzirá «ao aumento do desemprego, à falência de pequenas e médias empresas e à diminuição da actividade económica do concelho de Almada, nomeadamente do pequeno comércio».

PCP/Açores quer rigor na defesa do ambiente

As questões do ambiente devem deixar de ser encaradas como um «modismo» mais ou menos útil para a imagem e passarem a ser vistas como essenciais a um desenvolvimento harmonioso equilibrado e propiciador de qualidade de vida, defende o PCP/Açores que promoveu recentemente uma conferência de imprensa para apresentar um conjunto de propostas sobre matéria ambiental

As condições naturais existentes na Região Autónoma dos Açores são «essencialmente positivas», contudo os comunistas acusam a acção governativa de ser «desarticulada, pouco coerente e pouco intensa».

Considerando positiva a existência de reservas naturais e áreas protegidas, o PCP pronuncia-se pelo desenvolvimento de «uma organização e gestão eficiente dessas áreas, tendo em vista uma adequada protecção da natureza, o enriquecimento do património natural e o justo e equilibrado usufruto da natureza pelas populações».

Uma das maiores ameaças ambientais constitui o problema dos **lixos e resíduos sólidos**, que até ao momento não tem sido considerado como uma prioridade governativa, quer pelo Governo Regional, quer pelas autarquias locais.

Neste sentido, o PCP defende que o problema seja assumido como uma «urgente prioridade regional» e que sejam estabelecidas todas as «formas de cooperação entre o Governo Regional e as autarquias susceptíveis de contribuir para uma acção adequada sobre a grave situação existente neste domínio».

Igualmente em perigo se encontram as **lagoas**, onde se verifica o fenómeno da eutrofização (excesso de flora nas águas), cujo alastramento põe em evidência a falta de medidas de combate e erradicação das causas que sejam possíveis. Também aqui o PCP considera que é uma prioridade a definição, por via legislativa,

dos quadros e objectivos das intervenções a realizar.

Saneamento

A ausência de redes de saneamento básico em muitas localidades da região e a falta de renovação da rede de captação e de distribuição de água potável constituem um outro sério problema e um grave défice na perspectiva de obtenção de níveis sanitários e de qualidade de vida exigíveis nos tempos de hoje.

A solução terá de passar pelo incremento de esforços concertados das autarquias e do Governo Regional com vista ao «urgente reforço do investimento a conseguir através de programas globais e coordenados de médio e longo prazo a estabelecer desde já».

A eventual proliferação de espécies silvícolas de crescimento rápido é também uma ameaça potencial no equilíbrio regional porquanto a legislação existente é escassa e dúbia na sua formulação.

Os comunistas exigem «um quadro legislativo rigoroso e não susceptível de ter interpretações desvirtuadoras dos seus objectivos».

Numa região que pela sua localização está fortemente sujeita a desastres ecológicos provocados por acidentes com a navegação transoceânica, transportando produtos poluentes (ver caixa) «não é aceitável que as entidades ligadas à segurança marítima e à administração portuária não disponham, nos Açores, de todos os meios de equipamentos, com qualidade e em quantidade

suficientes para enfrentarem e limitarem com sucesso eventuais acidentes marítimos». No entender do PCP, este problema exige «uma perfeita coordenação de esforços e de investimentos entre o Estado e a Região, tendo em vista uma racional atribuição de meios e preparação de medidas e planos de intervenção por parte de todas as entidades envolvidas».

Lixeiras nucleares

Os comunistas vêem ainda com preocupação o facto de estar há anos a ser discutida a possibilidade de virem a ser criadas lixeiras nucleares no Atlântico, em zonas próximas dos Açores e da Madeira.

De forma a evitar a concretização dessa ameaça, o

PCP/Açores apela à pressão da opinião pública do País sobre os órgãos de soberania para que tomem «uma inequívoca posição de completa intransigência em relação a essa hipótese sinistra».

Por último, no encontro com a imprensa, os dirigentes comunistas salientaram a necessidade de «dar credibilidade à política e capacidade executiva da secretaria regional que tem a responsabilidade pelo sector do ambiente e criar os quadros legislativos e os mecanismos de fiscalização que permitam a realização de uma política de ambiente, defensora da natureza e inserida num processo de desenvolvimento que assegure o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado».

O desastre na Horta

No passado dia 16 de Abril, o navio de pesca «Viana» sofreu um grave desastre no porto da Horta, criando o perigo de derrame na bacia da doca de 500 mil litros de gasóleo.

A segurança dos cidadãos e a importância do porto da Horta na economia regional e faialense levou o PCP/Açores a exigir das entidades responsáveis a maior rapidez na adopção de «medidas que impossibilitem o derrame e que permitam a reposição, com segurança, da total operacionalidade do porto».

Preocupados com anteriores precedentes noutros portos nacionais, o secretariado da DORAA e a Comissão de Iha do Faial do PCP alertaram o Governo Regional dos Açores para a gravidade desta situação, considerando necessária «uma larga cooperação de esforços, a todos os níveis, entre as autoridades regionais e nacionais, com vista à concentração de meios susceptíveis de viabilizarem uma cabal resolução da questão».

Exigindo a eliminação do perigo de derrames de combustível e a remoção da embarcação do interior da doca, o PCP saudou os que «se empenharam com muito esforço e com muito risco pessoal, no combate ao incêndio do Viana», notando que «não é aceitável existirem tão poucos meios adequados ao pronto combate a situações deste tipo».

CAMARADAS FALECIDOS

Guerra Pulhas

Faleceu no passado dia 22 Abril **Guerra Pulhas**, residente na Freguesia da Charneca e membro do organismo da Zona Norte de Lisboa e do Executivo da Freguesia da Charneca do PCP.

Joaquim Lopes

Faleceu **Joaquim Araújo Lopes da Recta**, vítima de um derrame cerebral quando regressava a casa após ter participado numa reunião da Comissão Concelhia de Fafe, a que pertencia.

Joaquim Lopes foi de imediato socorrido no hospital onde veio a falecer mais tarde. Determinou o destino que o seu funeral se realizasse na manhã do dia 25 de Abril. Naquele momento interveio o camarada António Lopes, membro da Comissão Política, que destacou o valor humanista e revolucionário, a dedicação ao seu povo e ao seu partido de Joaquim Lopes.

Fafe viu as suas ruas encherem-se de gente simples em manifes-

tação de pesar e homenagem a um lutador contra a ditadura de que foi vítima e preso pela PIDE.

Joaquim Lopes que contava 72 anos, era membro da Comissão Concelhia de Fafe e da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, membro da Assembleia de Freguesia de Fafe, presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fafe, dirigente do MURPI e representante da organização de reformados no Concelho Regional da Segurança Social de Braga.

João Inácio

Faleceu no passado dia 9 de Abril, depois de doença prolongada, **João António Inácio**. O camarada tinha 74 anos e assegurou durante um longo período o funcionamento do bar do centro de trabalho de Aljustrel.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Dezenas de iniciativas em todo o País assinalam o 25 de Abril

Numerosas iniciativas levadas a cabo por organizações do PCP têm vindo a assinalar nos últimos dias o 20º aniversário do 25 de Abril

No passado sábado, um jantar promovido pelo sector intelectual de Lisboa do PCP reuniu muitas centenas de pessoas na Casa do Alentejo. A iniciativa contou com a presença e intervenção do presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, e com a actuação de Carlos do Carmo, para além de vários momentos de poesia que recordaram a luta contra o fascismo e a conquista da liberdade.

Para a ocasião foi elaborado um documento que saúda «a memória, a herança e o presente do 25 de Abril de 1974», referindo mais à frente:

«O fluxo de Abril e Maio é a construção de uma democracia maior do que aquela a que nos querem hoje reduzir. Maior porque aliou representação, participação e democracia directa, porque restituiu, ampliou e consagrou liberdades e direitos políticos, mas também económicos, sociais e culturais. Porque justamente buscou a articulação, a solidariedade fundamental entre essas diferentes esferas dos direitos e das liberdades.

«É porque assumimos a integralidade da liberdade, dos direitos e dos deveres, que rejeitamos as caricaturas e o esclerosamento, hoje, da demo-

cracia - a governamentalização da vida política e administrativa, o clientelismo partidário e de clã, a naturalização da corrupção, a marginalização social e a exclusão dos discordantes, o reforço da exploração, da opressão económica, social e cultural dos trabalhadores».

Por sua vez, o PCP/Açores divulgou uma declaração em que saúda o 20º aniversário do 25 de Abril, considerando que «a realidade regional actual, resultante da política do PSD, contraria profundamente o 25 de Abril. A democracia política existe, mas é manipulada pelo poder; o domínio exercido pelo PSD sobre os cidadãos ultrapassa em muitos casos qualquer sentido de ética democrática; as políticas sectoriais são, em geral, concebidas contra os interesses dos trabalhadores; o proteccionismo económico é usado como arma política. Para o PCP Açores só uma mudança política construída por uma actividade constante das várias vertentes do descontentamento, pode defender a autonomia e realizar uma governação regional assente nos valores de Abril».

Durante o plenário de militantes do PCP do concelho de Cascais, recentemente realizado, foi aprovada por unanimi-



Jantar promovido pelo sector intelectual de Lisboa do PCP

dade uma moção salientando que «a Revolução portuguesa, contrariamente ao que hoje de novo afirmam os seus inimigos e os fascistas saudosos, foi uma época inesquecível para todos os que tivemos a felicidade de a vivermos. Época radicalmente nova na sociedade portuguesa contemporânea, marcada pela solidariedade, pela generosidade, pela fraternidade entre as pessoas, tornando-nos um povo feliz, renascido, confiante em si próprio, entusiasticamente empenhado na construção colectiva do futuro até aí sonhado».

A 5ª Assembleia da Organização dos Olivais do PCP, realizada nas instalações da colectividade ADCEO, aprovou por unanimidade uma moção que refere: «Foi há 20 anos que com a Revolução de Abril, se abriram as portas à liberdade. Com o 25 de Abril, conquistas tão importantes como a liberdade de expressão, a democracia institucional, o poder local democrático, as nacionalizações, foram possíveis. Comemorar hoje o 25 de Abril é também lutar pelas suas conquistas, cada vez mais ameaçadas».

Um comunicado da Comissão Concelhia de Vendas Novas do PCP, condenando a desresponsabilização e o branqueamento do regime fascista lembra que «o País em geral, e o Alentejo em particular, não se encontra mais desenvolvido devido à política do regime fascista, assim como à política dos variados governos encabeçados pelo PS, PSD e CDS, em coligação ou isoladamente».

Também a célula do PCP na EDP divulgou uma nota a propósito do 25 de Abril em que afirma «com todo o orgulho e propriedade que a EDP é uma

empresa do 25 de Abril, pois os seus trabalhadores ao mesmo tempo que se integravam na luta mais geral pelos valores de Abril, avançaram com a formação de organizações representativas, impondo com determinação a criação de uma só empresa pública de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, defendendo a electrificação em superfície de todo o país e uma tarifa única, objectivos que são importantes alavancas para o desenvolvimento económico e social das populações e do país».

Sem imprensa livre não há democracia

Vinte anos volvidos sobre o 25 de Abril, sobre a abolição da censura e o restabelecimento das liberdades democráticas, vinte anos depois de voltarmos a comemorar o Primeiro de Maio em liberdade, nuvens negras ensombram o panorama da comunicação social, perigos pairam sobre a liberdade de informação.

Cresce o desemprego no sector, multiplicam-se os casos de jornalistas e outros profissionais a prazo ou a recibo verde, o que origina não só instabilidade laboral como afecta a liberdade de informar e criar.

Um profissional com vínculo precário está, obviamente, muito mais vulnerável a pressões sobre o conteúdo da informação que produz, o que se torna particularmente grave quando se trata de trabalhadores com especiais responsabilidades no exercício da liberdade de informação.

Na Madeira, assiste-se a graves limitações ao exercício da profissão de jornalista e a um descarado controlo da informação local por parte do Governo Regional.

A progressiva concentração dos principais meios de comunicação social num reduzido número de grandes grupos traz perigos adicionais para a liberdade de informação. Os órgãos de comunicação social desenquadrados desses grupos têm crescentes dificuldades de sobrevivência e em muitos casos encerraram.

Degradam-se os direitos dos trabalhadores do sector, assistindo-se a situações como a da suspensão da revista Sábado em que os trabalhadores deixam de ter local de trabalho e nem recebem os salários em atraso nem indemnização por despedimento.

Numa das novas televisões privadas - a SIC - assiste-se a um vergonhoso debate em que um torturador da PIDE (muitas

vezes) é obsequiosamente tratado por «senhor inspector» e faz figura de estrela do debate, usando até um tom ameaçador.

Outros programas de televisão convidam, também, figuras do 24 de Abril para branquearem o fascismo e denegrirem o 25 de Abril.

Em contraponto, cumpre louvar a iniciativa da TSF «Dia contra o esquecimento» em que aquela rádio deu voz às vítimas da PIDE para denunciarem o comportamento terrorista da polícia política salazarista.

Só falta assistir a um debate na SIC sobre a imprensa com a presença dos censores do fascismo a louvarem as «virtudes cívicas» da censura.

O Governo aproveitou uma situação de vazio legal de falta de carteira profissional, que está a prolongar, para retirar aos jornalistas os descontos nos transportes, uma situação que recorda o já longínquo ano de 1968. Nessa altura, face a uma vaga de entrada de jovens na profissão, o Governo suspendeu as carteiras e não voltou a haver carteiras até ao 25 de Abril.

Mas os que tinham a carteira antiga mantiveram descontos nos transportes.

Vinte anos depois de Abril é necessário lembrar que o fascismo existiu e denunciar as tentativas de o branquear.

Vinte anos depois de Abril é preciso combater os retrocessos na liberdade de informação, porque sem ela não haverá nunca verdadeira democracia.

A Direcção do Sector da Comunicação Social da ORL do PCP

Sondagens falsificadas

Face à publicação pelo «Independente», na sua edição de 22 de Abril, de uma sondagem realizada pela Universidade Católica sobre as próximas eleições para o Parlamento Europeu que atribui à CDU 5,7%, o Gabinete de Imprensa do PCP considera indispensável:

• **Recordar** que, nas últimas eleições autárquicas, sondagens da Universidade Católica também publicadas pelo «Independente», entre outros exemplos, atribuíram à CDU em Sintra 13,5% mas o resultado da CDU veio a ser 28,8%; em Cascais 4,1% mas o resultado da CDU em 12 de Dezembro foi 13,5%; e na Amadora 21,5% mas o resultado da CDU veio a ser 36,7%.

É assim de concluir que a Universidade Católica tem uma persistente tradição de errar na previsão dos resultados da CDU atribuindo-lhe sistematicamente uma cotação eleitoral diminuída em 10 ou 15 pontos percentuais.

• **Salientar** que tudo indica que, na sondagem hoje publicada sobre as próximas eleições para o Parlamento Europeu (e também na publicada sobre eleições legislativas), a Universidade Católica volta a reincidir no atrevimento, no despudor e no absurdo de publicar resultados baseados numa amostra que não dá qualquer garantia de ser equilibrada do ponto de vista das anteriores opções eleitorais dos cidadãos.

Ora, como é evidente, não podem merecer a mais ínfima credibilidade sondagens eleitorais em que não se perguntou aos inquiridos como votaram anteriormente ou cujos resultados se baseiam em amostras - não reequilibradas - em que os anteriores votantes de algumas forças políticas estão sobre-representados enquanto os de outras estão sub-representados.

• **Afirmar** que sondagens como a publicada hoje pelo «Independente» e há uma semana pela «Visão» são puros produtos de intoxicação política, sem qualquer credibilidade técnica e política, e que apenas traduzem uma patente ligeireza, falta de escrúpulos e de respeito pelos cidadãos.

Crise no sistema educativo

A existência de uma grave crise no sistema educativo português, com origens que radicam em aspectos de natureza estrutural, sem deixar de ser simultaneamente uma crise de confiança, voltou a ser evidenciada no Parlamento. Os exemplos, recentemente enunciados pelo deputado comunista Paulo Rodrigues, em intervenção no período antes da ordem do dia, não deixaram margem para dúvidas quanto ao alcance das insuficiências e erros das opções governamentais, recolocando na ordem do dia a necessidade de implementar orientações e propostas alternativas para outra política. É a desadequação das tipologias dos edifícios, revelando erros de concepção e deficiências de construção, são as insuficientes obras de manutenção e reparação, é a insuficiência de equipamentos de apoio pedagógico, são as bibliotecas mal apetrechadas, é o insuficiente número de pessoal auxiliar e administrativo, é por fim, como sublinhou Paulo Rodrigues, a desconfiança com que o Ministério da Educação encara os professores e as suas legítimas pretensões. Comentadas pelo deputado do PCP foram ainda as promessas de investimento no sistema educativo ainda há relativamente pouco tempo anunciadas publicamente por Cavaco Silva. A este respeito, manifestou estranheza por "tão ousados projectos", uma vez que, observou, ainda não se conhece um balanço global sério do PRODEP I, a que acresce o facto de ter diminuído a percentagem destinada à educação no segundo Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, passou de 8,4 para 5,8 por cento.

Ilegalidades na privatização dos matadouros

A existência de claros indícios de ilegalidades no processo de privatização dos matadouros do Estado levou o Grupo Parlamentar do PCP a propor a realização de um inquérito parlamentar. Apresentada em reunião da Comissão de Agricultura na semana finda, esta proposta dos parlamentares comunistas encontra plena justificação, do seu ponto de vista, dado o teor do Relatório, elaborado por Lino de Carvalho, com base igualmente em várias audições solicitadas pelo PCP, no qual são apontadas diversas irregularidades relacionadas com a privatização da Rede Nacional de Abate. Entre elas, conta-se a campanha publicitária destinada a lançar no mercado os matadouros, bem como as respectivas acções, campanha cujos custos são considerados exageradamente elevados, segundo apurou o Relatório, que fala num orçamento global que terá ultrapassado os 410 mil contos, isto sem que tenha havido qualquer concurso público de adjudicação. Outra das irregularidades apontadas no Relatório subscrito por Lino de Carvalho prende-se com o arrendamento de um prédio em Lisboa, destinado a albergar a sede do IROMA e as quatro empresas da PEC, SA, onde foram realizadas obras, mais uma vez sem concurso público, que ultrapassaram os 30 mil contos, quando o custo inicial não excedia os 800 contos. Para cúmulo, o IROMA nunca chegou a instalar-se no local e as empresas da PEC não estiveram lá mais de dez meses.

Carlos Carvalhas na sessão solene comemorativa do 25 de Abril

«Comemorar "Abril" nos dias de hoje é combater o autoritarismo e a governamentalização do Estado»

As comemorações oficiais do 20.º aniversário do 25 de Abril tiveram um dos seus momentos altos na sessão solene realizada na Assembleia da República. Ao acto, presidido pelo Chefe de Estado, que interveio no final, assistiram muitas personalidades e representantes de várias entidades e organismos, com destaque para os militares de Abril que acompanharam os trabalhos das galerias do hemiciclo.

Da tribuna, todos os partidos com assento parlamentar, pela voz dos seus dirigentes, produziram intervenções reflectindo a sua visão sobre as duas décadas que mudaram a face do País.

Em nome do Grupo Parlamentar do PCP, interveio Carlos Carvalhas, Secretário-Geral, cujo discurso transcrevemos na íntegra:

No vigésimo aniversário do 25 de Abril, as nossas primeiras palavras são de saudação para os heróicos capitães de Abril, a quem prestamos sentida homenagem.

Capitães de Abril que, naquela inesquecível madrugada, abriram decisivamente o caminho da liberdade e da democracia e que merecidamente ganharam um lugar no coração dos portugueses e das portuguesas amantes de paz e da liberdade.

Passados 20 anos, renovamos também aqui a nossa sentida homenagem e profunda gratidão, a todos os patriotas, a todos os democratas, a todos os antifascistas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, empenharam as suas forças e energias, muitos sacrificando até as suas próprias vidas, para que fosse posto fim a um ciclo negro e repressivo da nossa história.

Evocamos hoje o levantamento militar de 25 de Abril e

evocamos o imediato e poderoso levantamento popular, que tornou pequenas as praças e as ruas do nosso país e que encheu aquele Maio dos Maio, o 1.º de Maio em liberdade, em que o povo mostrou que queria tomar nas mãos o seu destino, partindo depois da sua iniciativa as grandes conquistas democráticas.

E voltados para o futuro e dirigindo-nos à juventude lembramos, pois há quem quer ter memória curta, que a PIDE existiu, que esta tenebrosa polícia política perseguiu, prendeu, torturou e matou ao serviço de uma ditadura fascista que alguns pudicamente apelidam de «antigo regime» ou de «regime derrubado».

É preciso que isto se lembre, quando aqui assistimos à mistificação histórica do que foi quer o antes quer o depois do 25 de Abril e na Europa ao ressurgimento dos nacionalismos, do fascismo, do racismo e da xenofobia.

É preciso que se diga, não só a pensar nas novas gerações, mas também na nossa responsabilidade de tudo fazer, para que a mentira não passe por verdade, que a paz e o fim da guerra colonial se tratou, se inscrevem entre as mais justas, mais necessárias e mais importantes realizações da revolução de Abril, que a recusa ou o adiamento da concretização do direito à independência significaria a continuação da guerra, do sacrifício da juventude, do povo português e dos povos das colónias e que as principais responsabilidades pelos dramas e sofrimentos posteriores às independências, têm de ser assacados ao regime fascista e à guerra que foi movida contra os novos Estados independentes e as suas opções soberanas.

Com toda a firmeza combateremos as tentativas de reescrever a História e as campanhas de palavras e imagens, que procuram resumir o 25 de Abril a um alucinante vendaval de conflitos, agitação e confrontos e insistiremos em que a revolução de Abril foi sobretudo um tempo de participação popular, de liberdade e de democracia, conquistadas e exercidas, de dignificação humana, de generosidade, de solidariedade, de grandeza e beleza nas pequenas e grandes transformações da vida, de pujante afirmação de elevados valores éticos e cívicos.

E salientaremos que os confrontos e conflitos verifi-

cados tiveram causas e como causa maior tiveram exactamente a resistência e a oposição violenta aos rumos emancipadores do 25 de Abril.

A Revolução foi sonho e esperança, foi festa e liberdade, grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais, foi a institucionalização do Poder Local democrático e a consagração de importantes direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Mas mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma referência essencial na luta para um futuro melhor.

Por isso, comemorar «Abril», nos dias de hoje é, combater o autoritarismo, a governamentalização do Estado e a sua desresponsabilização em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação, é combater a degradação da democracia, a concentração da riqueza e a reconstrução das oligarquias financeiras, as exclusões sociais e a pobreza. É garantir às mulheres uma efectiva participação em igualdade, e à juventude um emprego e uma escola de qualidade e democrática, é apoiar os deficientes e melhorar a vida dos reformados, pensionistas e idosos.

Comemorar «Abril», nos dias de hoje, é não esquecer os povos irmãos das ex-coló-

nias, é manifestar a nossa solidariedade activa com o povo maubere, é lutar por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação.

E, numa época de regressão social, de desemprego crescente, de liquidação de direitos dos trabalhadores, de ruína da nossa agricultura e das nossas pescas e de ameaças à soberania nacional é ainda nos valores e ideais de Abril, que se pode encontrar um renovado impulso na luta por uma nova política e por um novo rumo na integração europeia.

Por isso, reafirmamos que vinte anos depois, a passagem do tempo o que deve trazer não é a desvalorização da Revolução de Abril, mas a condenação da ofensiva da política que liquidou muitas das suas conquistas, destruiu boa parte das suas realizações.

Vinte anos depois, os portugueses não perderam a sua capacidade de indignação, de revolta e de luta, e para frustração de alguns, a Revolução dos Cravos continua no coração do povo e os valores de Abril permanecem como referências essenciais para uma nova política ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Viva o 25 de Abril
Viva o Portugal democrático, livre e independente.

Governo bloqueia «Administração Aberta»

A falta de regulamentação da lei sobre acesso aos documentos da Administração que continua a bloquear a efectivação prática da «Administração Aberta», foi a questão suscitada pelo Grupo Parlamentar do PCP, através do Deputado António Filipe, em recente sessão de perguntas ao Governo.

A «Administração Aberta» traduz-se na concretização do direito dos cidadãos terem acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas. Este direito, que tem consagração constitucional expressa desde 1989, tem também desde 26 de Agosto de 1993 consagração legal. Porém, a falta de regulamentação desta lei por parte do Governo, faz com que, em muitos serviços da Administração Pública, a «Administração Aberta» não tenha ainda passado do papel.

O Deputado comunista recordou que a Lei sobre o acesso aos documentos da Administração, que foi debatida pela primeira vez há mais de quatro anos na Assembleia da República, foi aprovada em 2 de Julho de 93, tendo sido publicada apenas em 26 de Agosto. O órgão criado para zelar pelo cumprimento da lei (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) só verá os seus membros designados após a regulamentação da lei por parte do Governo. O prazo concedido por lei ao Governo para essa regulamentação era de 90 dias.

No momento da formulação da Pergunta ao Governo haviam passado 252 dias sobre a publicação da lei, sem que tenha sido até ao momento publicado qualquer diploma regulamentar. António Filipe acusou o Governo de bloquear deliberadamente o acesso dos cidadãos aos documentos administrativos.

Livro Negro sobre o Fascismo

O Grupo Parlamentar do PCP entregou no final da passada semana um projecto de lei que cria, de novo, a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Para os seus signatários, conforme explicam na exposição de motivos, esta iniciativa tem plena justificação não apenas pelo facto de se comemorarem os 20 anos do 25 de Abril, mas também, porque, em ordem a "uma pedagogia de liberdade", importa que "esse registo de memória possa ser do conhecimento de todos".

Um registo tanto mais importante quanto é sabido não faltar quem esteja empenhadamente interessado em distorcer ou reescrever a História, como recentes debates televisivos puderam testemunhar. Daí a necessidade, como salienta o preâmbulo do diploma, de retomar o trabalho que entidades como a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista empreenderam com vista ao esclarecimento político e à reposição da verdade histórica dos factos que permitiram o aparecimento e instalação do regime fascista em Portugal.

Criada em 1978, aquela Comissão, recorde-se, foi extinguida em 1991 por decreto-lei do Governo que considerou na altura que estava "realizado o objectivo que presidiu" à sua criação.

FUNÇÃO PÚBLICA EXIGE REVISÃO INTERCALAR

A revisão intercalar dos salários dos trabalhadores da Administração Pública foi antontem formalmente pedida ao ministro das Finanças pela comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa. Na nota de imprensa em que anuncia esta decisão, a CNS justifica-a pelo «elevado inconformismo» dos trabalhadores face à «brutal» redução do poder de compra a que são sujeitos e que tem a ver com a imposição de uma actualização salarial inferior à inflação (acompanhada do agravamento dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações). Neste momento, protestam os sindicatos, o salário mínimo da Função Pública (o índice 100, a partir do qual são calculados os restantes vencimentos) está já 5 por cento abaixo do salário mínimo nacional.

«Não se justifica que o Governo continue a apostar no conflito e na desmotivação dos trabalhadores, esvaziando qualquer tentativa de modernização e melhoria da eficácia dos serviços públicos, até porque existem verbas inscritas no Orçamento de Estado que permitem rever os salários, por forma a atenuar a situação descrita», afirma a comissão negociadora sindical.

O desfazamento entre o salário mínimo da Função Pública e o nacional leva, por outro lado, a que a federação sindical do sector (FNSFP) tenha decidido entregar hoje, no Supremo Tribunal Administrativo, um pedido de declaração de ilegalidade de alguns preceitos da portaria que consagra os salários dos trabalhadores do Estado para o ano corrente.

SETENAVE NA RUA

Debaixo de forte chuva, os trabalhadores da Solisnor/Setenave voltaram na passada sexta-feira, na Praça de Bocage, a repudiar o plano de reestruturação da indústria naval, ao abrigo do qual as instalações da Lisnave serão transferidas para os estaleiros da Mitrena, e 4 mil postos de trabalho serão eliminados.

O plenário, ocorrido em pleno coração de Setúbal, visou ainda comemorar os vinte anos do 25 de Abril e, segundo a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da empresa, repudiar a atitude de hostilização da administração ao 25 de Abril, pois mais uma vez não permitiu a reunião nas instalações do estaleiro. Os deputados Paulo Trindade, do PCP, e Mario Tomé, da UDP, o almirante Rosa Coutinho, João Paulo, da Comissão Executiva da CGTP, e o presidente da CM de Setúbal, que se fez substituir pelo vereador Catarino Costa, levaram ao plenário a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Solisnor. Foram feitas fortes críticas ao Governo, por apoiar o plano dos Mellos e praticar uma política que aumenta o desemprego e não resolve os problemas dos trabalhadores e do País.

PINGO DOCE EM GREVE

A greve nos supermercados «Pingo Doce», cujos trabalhadores recusam o trabalho aos domingos, teve uma adesão «bastante elevada» no primeiro dia, segundo disse, à Lusa, Raul Pica Sinos, da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, recordando que a greve resulta do incumprimento pela Administração do «Pingo Doce» do CCTV em vigor desde dia 10 e que determina que a alteração do horário de trabalho que implique mudança de regime de descanso semanal carece do prévio acordo escrito do trabalhador interessado». Face à intransigência do «Pingo Doce» - que, segundo um comunicado da Federação (Fepces), diz ainda que só fará a actualização de salários em Maio, quando o contrato obriga a que seja desde Abril, e que vai pagar retroactivos até Agosto, quando o contrato determina que estejam todos pagos em Abril - foi convocada uma greve para todos os domingos até ao fim de Maio.

IPSS DEVEM NEGOCIAR

Estiveram ontem em greve os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, exigindo que a União das IPSS e o Governo iniciem o processo de negociação e contratação colectiva. A federação da Função Pública, numa nota antontem divulgada à imprensa para confirmar a paralisação de 24 horas, recordava que aos cerca de 33 mil trabalhadores destas instituições é aplicada uma portaria de regulamentação de trabalho que data de 1985, o que leva a que estejam desactualizados salários, carreiras e horários de trabalho. A greve, afirma a FNSFP, poderá repetir-se «caso a UIPSS/Padre Maia e o Governo/MESS insistam em bloquear o processo».

ONIÁGUAS DEVE PAGAR

O pagamento dos salários em atraso e o cumprimento da contratação do sector são as reivindicações que estiveram na base da greve de 48 horas convocada para ontem e antontem na Oniáguas, empresa de águas minero-medicinais de Mação, pelo sindicato das Bebidas do Sul e Ilhas.

Todos à rua no 1.º de Maio!

CGTP promove iniciativas em mais de 40 localidades e anuncia novas acções em defesa do emprego, dos salários, dos direitos, da Segurança Social e de uma nova política.

Com as iniciativas que promove em praticamente todos os distritos, a CGTP-IN pretende «fazer da festa do 1º de Maio de 1994 um dia de luta pelo emprego, pelos salários, pela protecção social, pela redução dos horários de trabalho e pelos nossos direitos individuais e colec-

tivos», afirma-se no manifesto em que a central apela à participação nas manifestações, concentrações e convívios, recordando que o Dia do Trabalhador está indissociavelmente ligado à revolução de Abril.

No 1º de Maio deste ano, afirma a *Inter*, «vamos comemorar

os extraordinários avanços sociais alcançados, as conquistas e direitos adquiridos através da luta de todos nós e da acção esclarecida dos nossos sindicatos na instauração, defesa e consolidação da democracia». Mas, além disso, «vamos transformar este 1º de Maio numa gigantes-

ca onda de protesto contra a política que vem sendo seguida, numa onda que contribua para varrer do poder quem há muito não merece ocupá-lo».

Nas intervenções sindicais de domingo, a CGTP deverá anunciar novas formas de luta a levar a cabo a breve prazo, as quais deverão ter sido abordadas nas reuniões da Comissão Executiva e do Conselho Nacional, ontem e hoje.

Aljustrel — concentração e almoço-convívio, a partir das 11 horas
Amarante — espectáculo a partir das 15 horas, no Mercado Municipal

Aveiro — concentração-manifestação às 15.30 horas, no Largo da Estação, seguida de comício-festa no Largo do Rossio

Beja — concentração, às 11 horas, na Praça da República, seguida de almoço-convívio na Mata

Borba — espectáculo e concentração, a partir das 15 horas, no Jardim Público

Braga — espectáculo e intervenção sindical, a partir das 14.30, na Avenida Central

Castelo Branco — comício-festa, às 15 horas, no Parque dos Loureiros

Cebolais de Cima — espectáculo no Largo da Igreja, às 21 horas

Coimbra — concentração-manifestação às 14.30, da Praça da República para o parque da cidade, onde tem lugar um comício, seguido de espectáculo

Couço — manifestação às 17 horas

Covilhã — convívio, às 14 horas, no Parque Florestal, e comício-festa, às 18 horas, no Pelourinho

Évora — concentração e manifestação, a partir das 11 horas, no Jardim Público

Faro — desfile às 16 horas, na Alameda João de Deus

Felgueiras — espectáculo a partir das 15 horas, no jardim da Câmara

Figueira da Foz — concentração e espectáculo na Praça 8 de Maio, a partir das 14.30

Funchal — comício às 18 horas

Gouveia — concentração às 15.30 nos Paços do Concelho

Guarda — concentração às 15.30 no Jardim José de Lemos

Horta — espectáculo e intervenções sindicais

Lamego — concentração às 15 horas, na Avenida

Leiria — manifestação às 15.30, Teatro Lúcio da Silva

Lisboa — Desfile do Largo de Martim Moniz para a Alameda de Afonso Henriques, a partir das 14.30

Lousã — colóquio «Liberdade — direito à informação», às 16 horas. Espectáculo no Largo da Igreja Matriz, às 21 horas

Mangualde — concentração no Largo da Câmara, às 15 horas

Portalegre — convívio-festa, à noite, no cine-teatro

Porto — concentração e espectáculo, seguidos de desfile, a partir das 14 horas, na Praça Humberto Delgado

Santo Tirso — espectáculo a partir das 15 horas, no Parque D. Maria II

Seia — concentração às 15.30 na Fonte das 4 Bicas

Setúbal — desfile, às 15.30 horas, da Praça Quebedo. Espectáculo e intervenção sindical, às 16.30, na Avenida Luísa Todi

Torres Novas — comício às 17.30 horas

Torres Vedras — convívio no Parque do Choupal, com intervenções sindicais às 16.30

Tortosendo — manifestação, às 9.30 horas, e convívio no Parque de Merendas, a partir das 14.30

Unhais da Serra — convívio a partir das 15 horas

Viana do Castelo — comício na Praça da República

Vila Real — espectáculo e intervenção sindical, a partir das 14.30, na Avenida Carvalho Araújo

Viseu — concentração às 15 horas, no Rossio.

Responsabilizando o Governo pelo descrédito do sistema

CGTP propõe 8 medidas para a Segurança Social

É o discurso dos governantes que leva ao descrédito do sistema de Segurança Social, criando riscos sociais e comportamentos de falta de solidariedade, a qual não pode ser pedida apenas aos trabalhadores. A acusação foi feita por Carvalho da Silva, no encerramento do seminário que a CGTP realizou na semana passada em Lisboa.

O coordenador da central criticou a política de liberalismo que está a ser seguida pelo Governo nas questões sociais, assinalando que nunca houve tantos meios para criar riqueza, mas que o problema continua a residir na distribuição da mesma. Manifestando-se aberto às reflexões sobre todos os aspectos que envolvem a Segurança Social portuguesa e aceitando o debate sobre um tema que interessa a todos e por por isso deverá envolver toda a sociedade, Carvalho da Silva anunciou oito medidas propostas pela CGTP para defesa do sistema.

A primeira visa a consagração da segurança social universal, que tem de ser solidária e não igualitária e não nivelada por baixo. A segunda medida será contra o desemprego, através de acções de grande pressão sobre o Governo, apresentando documentos e exigindo respostas. A terceira será um combate sério à evasão fiscal e a moralização do sistema, recordando Carvalho da Silva que, numa reunião recente, o ministro das Finanças confessara que as disponibilidades financeiras para a Educação e o Emprego e Segurança Social passam pelo combate à fraude fiscal. «E depois vêm com a amnistia para os infractores», comentou.

A revisão do sistema de cálculo das pensões, cada vez mais distantes dos salários, e a protecção aos desempregados de longa duração, com pressões para a criação de novos postos de trabalho, foram outras medidas apontadas.

Carvalho da Silva defendeu o aumento das pensões mais baixas, e não apenas das mínimas, bem como das prestações sociais, considerando uma vergonha o que o Governo tem feito também nestas rubricas da Segurança Social.

Finalmente, a CGTP propõe alterações na situação dos trabalhadores independentes, através de medidas a tomar pelos ministérios da Finanças e do Emprego.

Da Arrancada a Águeda contra o desemprego

Os trabalhadores da «Arrancar» e da «Almagre» convocaram para ontem uma marcha de 8 quilómetros para protestar contra a ameaça de encerramento que paira sobre aquelas empresas têxteis de Valongo do Vouga. Para permitir a participação de trabalhadores de outras empresas, o sindicato do Sector Têxtil do distrito de Aveiro convocou greve para este dia. A marcha, que terminaria na Praça do Município de Águeda, foi aberta ainda à participação da população e mereceu a adesão dos metalúrgicos, nomeadamente dos trabalhadores da Famel.

No plenário onde foi decidido avançar com a realização da marcha, os trabalhadores da «Almagre» e da «Arrancar» prometeram ainda estar pre-

sentes nas assembleias de credores destas empresas, marcadas para 2 e 9 de Maio. Nos processos judiciais em curso, dois dos principais credores (Caixa Geral de Depósitos e Banco Nacional Ultramarino) têm dado a entender que votarão nas assembleias contra a viabilização.

A «Almagre» e a «Arrancar», sediadas em Valongo do Vouga, empregam 700 pessoas, do total de 1200 que trabalham no sector têxtil, do qual depende aquela localidade do concelho de Águeda. O seu eventual encerramento terá problemas sociais de grande gravidade, tanto mais que as duas restantes empresas do sector não se encontram em boa situação financeira, como refere a federação dos Têxteis (Fesete/CGTP-IN).

Pela Paz na Europa

A redução em 10 por cento dos orçamentos militares, em favor de necessidades sociais e do ambiente, foi proposta a semana passada, em Estrasburgo, pela Conferência "Para uma Europa de Paz", organizada no Parlamento Europeu.

A iniciativa, em que participaram mais de 80 pessoas de onze países, incluindo o Chile, EUA e Egipto, e 25 organizações pacifistas, partiu do Intergrupo Parlamentar "Paz e Desarmamento".

A declaração final da Conferência sublinha que, embora a ameaça da guerra nuclear tenha diminuído, a guerra continua a ser uma realidade bem presente, como testemunha o drama que se vive na ex-Jugoslávia e atesta a manutenção e mesmo reforço dos instrumentos militares concebidos desde 1945.

Conscientes de que pelas armas não se resolverão os problemas com que a Europa e o mundo se defrontam neste fim de século - a miséria, as desigualdades, o desemprego -, os participantes na Conferência apelaram à opinião pública para que se oponha aos perigos de militarização da União Europeia, e para pôr fim à ameaça das armas nucleares, considerando que as próximas eleições europeias são o momento para fazer ouvir a vontade de desmilitarização e de cooperação pacífica para a construção de uma Europa mais segura e mais solidária.

A declaração chama a atenção para o facto de se estar a viver um período cheio de contradições. Por um lado, há a ameaça de uma nova escalada armamentista, com a França e a Grã-Bretanha a prosseguirem a modernização do respectivo arsenal nuclear, ao mesmo tempo que se evoca de forma cada vez mais precisa uma defesa comum. Mas, por outro lado, a situação apresenta-se favorável para avançar na eli-

minação dessa escalada, com as moratórias sobre os ensaios nucleares e com a realização, em 1995, da Conferência de



alargamento do Tratado de não-proliferação de armas nucleares.

Neste contexto, a Conferência pronunciou-se a favor da continuação das moratórias até à conclusão de um tratado de proibição total dos ensaios nucleares; pela renovação e alargamento do Tratado de não-proliferação no objectivo da proibição total das armas nucleares; e também pela convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU para o desarmamento e eliminação das armas nucleares até ao princípio do século XXI.

A Conferência considerou ainda que os problemas na Europa acentuam cada vez mais a necessidade de cooperações pacíficas para a segurança e que,

pelo contrário, a constituição de um novo bloco militar para o reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica (NATO), através da União da Europa Ocidental (UEO), não fará mais do que agravar as tensões existentes.

Tomando a tragédia da ex-Jugoslávia como prova de que não há soluções militares para os problemas europeus, a Conferência pronunciou-se a favor da dissolução da NATO (bem como do Eurocorpo e da UEO) e pela sua substituição por uma organização de nações, com base na

Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Neste contexto, a Conferência de Paz apelou à União Europeia para acabar com o fornecimento e venda de armas, em primeiro lugar nas zonas de conflito, e propôs a redução dos orçamentos militares em 10 por cento, em benefício de necessidades sociais e defesa do ambiente.

Entretanto, o Intergrupo Paz e Desarmamento solicitou ao Patriarca de Constantinopla, em visita oficial ao PE, para que as autoridades morais, ortodoxas, católicas e muçulmanas, apelem - tanto aos intervenientes no conflito como às nações do mundo inteiro - ao cessar-fogo na ex-Jugoslávia e à procura de uma solução justa e duradoura na ex-Jugoslávia.

Palestina Negociações decisivas no Cairo

Está a decorrer no Cairo uma semana de negociações entre a OLP e Israel, que pode ser decisiva para a assinatura de um acordo global para a autonomia de Gaza e Jericó - marco importante no processo de paz israelo-palestiniano. Na opinião de Nabil Chaath, que dirige a delegação palestina às conversações, nunca se esteve tão próximo de um acordo, que poderá vir a ser assinado entre os dias 2 e 4 de Maio.

No balanço do caminho entretanto decorrido, alguns entendimentos foram alcançados sobre a transferência de poderes civis, nomeadamente no que respeita ao controlo e partilha da água, questão particularmente importante numa zona onde a água é bem precioso. No domínio da economia - objecto de negociações em Paris - avançou-se no que respeita à indústria, agricultura, turismo e petróleo. Mas não se chegou ainda a compromisso em áreas como o emprego, a moeda, importações e taxas.

Entretanto, os debates continuam em torno das questões fundamentais. Em particular o controlo que a futura autoridade palestina exercerá sobre a costa e o espaço aéreo da Faixa de Gaza.

Há ainda divergências quanto à jurisdição palestina nas regiões autónomas, e a libertação dos 8400 presos palestinianos em cadeias de Israel.

A OLP exige a libertação de 2500 presos quando for assinado o acordo, mais 2500 três semanas depois e outros 2000 em Julho. Quanto aos restantes 1400, na sua maioria membros do grupo fundamentalista islâmico Hamas, seriam posteriormente objecto de negociações entre Arafat e Rabin.

Nesta fase delicada do processo de paz, foi divulgado um acordo entre a Fatah (movimento integrante da OLP) e o Hamas, em que se apela aos militantes de ambos os movimentos para renunciarem à violência em Gaza.

De referir que o Hamas se opõe ao processo de paz, sendo entretanto a sua composição não homogênea.

Declarações à Rádio de Israel do primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin, proferidas nestes últimos dias, parecem indicar a possibilidade de desmantelamento dos colonatos em troca de paz.

"Se lerem as entrevistas que eu tenho dado - diz Rabin - verão que eu disse que nunca desmantelaria os colonatos pela segurança, mas pela paz, sim".

Uma questão particularmente importante - e basta olhar para um mapa dos territórios palestinianos para constatar que estão literalmente crivados de colonatos israelitas - que uma vez mais foi sublinhada por Yasser Arafat, dia 13, na Assembleia europeia, em Estrasburgo.

Arafat insistiu no perigo que os colonatos israelitas representam para a concretização da paz. E condenou o facto de - apesar da assinatura dos acordos - Israel ter continuado a implantar novos colonatos e a ampliar os já existentes.

Na sua intervenção em Estrasburgo, Arafat denunciou ainda a não-aplicação dos acordos de Washington e lançou um vibrante apelo para que todos os que estão implicados neste processo se empenhem decididamente para que sejam respeitados os compromissos assumidos.

Ruanda As raízes da violência

Continuam os massacres no Ruanda, enquanto o anunciado diálogo entre as forças governamentais, da maioria hutu, e a Frente Patriótica Ruandesa (FPR, em grande medida constituída por tutsis) vai sendo protelado.

Segundo o porta-voz do Comité Internacional da Cruz Vermelha, os massacres já fizeram dezenas de milhar de mortos por todo o país. Num hospital de Butare, 170 feridos, quase todos hutus, foram assassinados por elementos da guarda presidencial ruandesa.

Pelo menos 400 000 pessoas - 2 milhões de acordo com outras fontes - fugiram. O porta-voz da Cruz Vermelha calcula em 300 000 as pessoas deslocadas de Kigali (a capital) e da região de Kibungu, no sudeste, próximo da Tanzânia, e outras 100 000 no Sul, na fronteira com o Burundi. Dezenas de milhar de pessoas refugiaram-se no Norte, sob a protecção das forças da FPR.

Esta explosão de violência foi desencadeada na sequência da morte dos presidentes do Burundi e do Ruanda (Juvénal Habyarimana), no passado dia 6, quando o avião em que chegavam ao aeroporto internacional da capital ruandesa foi abatido.

O quadro político em que se desencadeia este processo é marcado por uma clara resistência do ditador Habyarimana, agora morto, ao início do processo de democratização definido nos acordos de Arusha, concluídos em Agosto de 1993.

Mas as raízes da actual violência vêm de trás, e prendem-se a um conflito étnico a seu tempo alimentado pelas potências coloniais - a Alemanha e a Bélgica, e mais tarde pela França.

A maioria hutu e a forte minoria tutsie, que constituem a população do Ruanda, falam uma língua comum e têm culturas próximas, pelo que haveria à partida boas condições para um mútuo entendimento. A utilização da minoria tutsie, por parte dos colonizadores, como sector dominante, deu origem a uma revolta popular nos anos 60, no momento da descolonização, e levou à direcção do país a comunidade hutu.

Estes velhos ódios tribais foram posteriormente utilizados e alimentados pelo ditador Juvénal Habyarimana. Os tutsis passaram a ser vítimas de perseguições e mesmo de sistémicas acções punitivas, o

que provocou o seu êxodo em massa para o Uganda e o Burundi.

No início de 1993, um relatório de uma comissão internacional afirmava que "actos de genocídio, crimes de guerra são levados a cabo no Ruanda com o apoio táctico ou directo de elementos ligados ao Estado ou de militares".

Esta situação leva à criação, em 1987, da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), constituída por vários movimentos, maioritariamente composta por tutsis e dirigida por elementos das duas comunidades.

A Frente, que teve as suas primeiras acções militares em Outubro de 1990, luta simultaneamente contra o regime militar do presidente agora morto e contra a presença de tropas estrangeiras no país.

Em Agosto de 1993, em Arusha, é assinado um acordo entre o governo e a FPR, que prevê, para além de um cessar-fogo, um governo com uma ampla base de apoio, e uma Assembleia Nacional que incluisse representantes da Frente.

Este acordo nunca chegou a ser concretizado pelo presidente Habyarimana.

Na PAC nada de novo

As propostas da Comissão para a próxima campanha agrícola são completamente inaceitáveis e sem novidades, afirmou o eurodeputado Joaquim Miranda ao intervir a semana passada no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Segundo o eurodeputado, as novas propostas sobre preços agrícolas visam, no essencial, dar seguimento às orientações contidas na reforma da Política Agrícola Comum (PAC), continuando e acentuando a sua política restritiva iniciada na época passada. Uma política que, como tem sido demonstrado das mais diversas formas, merece a "profunda e crescente oposição por parte dos agricultores".

A título de exemplo desta realidade, Joaquim Miranda referiu a situação que se vive nos campos portugueses, sublinhando que o produto agrícola bruto sofreu, nos últimos três anos, uma quebra de 25 por cento; o défice agro-alimentar, da ordem dos 51 por cento em 1986, atinge hoje não menos de 70 por cento; o rendimento real dos agricultores baixou 45 por cento, entre 1986 e 1993; a desertificação tornou-se uma realidade dolorosa numa parte significativa do país.

Nestas condições, como esperar a aceitação de uma política que faz apelo e incentiva a não pro-

dução, premeia o absentismo, reduz drasticamente o rendimento de quem já vive com profundas dificuldades e faz definhir o meio rural? Os comunistas não a aceitam hoje, como não a aceitaram anteriormente, antes voltam a fazer ouvir a sua voz alertando para os perigos crescentes que se avizinhavam, com a entrada em vigor dos novos acordos do GATT. Como salientou ainda Joaquim Miranda, toda esta situação é agravada ainda pelos atrasos na implementação nas medidas 'accessórias', o que contrasta flagrantemente com a inflexibilidade demonstrada na aplicação das medidas restritivas, bem como por algumas medidas particularmente negativas na nova orientação proposta pela Comissão (como é o caso da redução das quotas leiteiras, para além da redução preconizada do preço de intervenção da manteiga (2 por cento), a alteração do ano de referência para os bovinos jovens, a baixa de 30 por cento do preço-base para os suínos, a falta de meios para a promoção do azeite), em que se substituem as ajudas ao consumo pelas ajudas à produção.

Motivos de sobra, como afirmou Joaquim Miranda, a exigir a mudança de rumo da PAC, numa altura em que "começa já a ser tarde para dar início à reforma da reforma da PAC".

África do Sul

O fim do apartheid

Terminam hoje as primeiras eleições multirraciais sul-africanas, consagrando assim o fim definitivo do regime de apartheid.

Quase 23 milhões de eleitores votaram, nestes três dias, para a nova Assembleia Nacional (de que duzentos lugares vão ser preenchidos a partir de listas nacionais e duzentos a partir das nove assembleias provinciais), que deverá eleger o Presidente da República e dois vice-presidentes.

A Assembleia Constituinte, que irá elaborar a nova Constituição da África do Sul, terá 400 elementos da Assembleia Nacional e 90 do Senado (nomeados pelas assembleias provinciais).

O novo governo terá representação de todos os partidos que atinjam um mínimo de cinco por cento dos votos (o Inkatha recusa, à partida, essa representação).

É a alteração radical de um sistema político - a liquidação da segregação racial no plano político e a afirmação das regras da

democracia - que finalmente irá permitir a representação dos interesses da maioria negra - 30 milhões em 40 milhões de habitantes.

Um momento histórico que culmina um longo processo, em que o ano de 1990 é um marco importante. É o ano da libertação de Mandela, da legalização do ANC e outras organizações. Em 30 de Junho o apartheid é oficialmente abolido.

Estes últimos quatro anos foram marcados por um imenso esforço no sentido de se alcançar

os mais amplos consensos na afirmação da democracia. E simultaneamente por uma grande violência - arma preferencial dos que se tentaram opor a uma transformação que se foi afirmando como incontornável.

Ainda em vésperas do acto eleitoral se registou novo recrudescimento da actividade bombista, denunciado pelo ANC como uma derradeira tentativa de atemorização, que nomeadamente pudesse aumentar o número de abstenções.

Também até ao fim se tentou abarcar todos no processo eleitoral, neste momento no fulcro da transformação do país.

Na sua última sessão - o ponto final no governo da minoria branca - a câmara branca do último Parlamento do apartheid, debateu as emendas constitucionais que vão permitir o reconhecimento do reino dos zulus como uma entidade muito especial existente nas terras da antiga

provincia do Natal. O próximo Parlamento, de maioria negra, deverá reunir-se em 6 de Maio para eleger o novo Presidente da República.

Para a frente perfila-se outro desafio, ainda mais complexo - como superar o apartheid no plano económico. Nas palavras do investigador e especialista da África do Sul, Pierre Beaude, "um modo específico de desenvolvimento capitalista, estruturando simultaneamente relações de classes e relações entre negros e brancos" - o "desenvolvimento separado", doutrina oficial do racismo sul-africano.

Deste "desenvolvimento separado" resultaram desigualdades impressionantes, de que aqui nos limitamos a referir alguns números.

Enquanto o produto interno bruto (PIB) anual por habitante é em média de 4000 dólares, a população branca corresponde uma capitação de 7800 dólares, a

um negro, 2000 dólares e a um habitante de um homeland (zonas que o regime de apartheid reservou a populações negras), 250 dólares.

De entre as pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, 95% são negros. Apenas 15% dos negros ocupam postos de trabalho qualificados (60% da população activa é negra). Nos ghettos, quase 75% dos jovens estão no desemprego. O analfabetismo atinge cerca de 50% da população negra contra 1% dos brancos.

As necessidades em habitação são calculadas em 2 milhões de fogos para os próximos cinco anos. 65% da população negra não dispõe de electricidade. Quanto às terras - 60000 brancos possuem 87% das terras cultivadas e dominam 90% da produção agrícola.

Este o desafio maior para o primeiro governo democrático sul-africano.

Itália

Centenas de milhar de pessoas manifestam-se contra o fascismo

Centenas de milhar de pessoas manifestaram-se, por toda a Itália, contra o fascismo, aproveitando as celebrações de 25 de Abril, dia da vitória da Resistência, em 1945.

Em Milão, onde se registou um dos maiores protestos populares das últimas décadas, uma impressionante multidão, em se notava a presença de dirigentes dos sindicatos e dos partidos e organizações de esquerda, vaiou o chefe da Liga do Norte, Umberto Bossi,

que se aliou aos neofascistas da Aliança Nacional para a formação do próximo governo italiano, liderado por Silvio Berlusconi, presidente da Forza Itália.

Uma importante manifestação da força da esquerda - a nível nacional - num momento

em que a direita (e mesmo a direita fascista) se afirma ao nível do poder, com todos os perigos que tal evolução política comporta.

Manifestação que traduz também uma reacção às tentativas de fazer uma revisão da história, apagar o passado, afirmar que o fascismo foi coisa que passou à história, e por isso não seria hoje motivo para preocupações. Em 1992, Armando Cossuta escrevia:

"O perigo é muito grave, está em vias de nascer um regime social e político claramente antipopular. A própria natureza do Estado está em vias de mudar. (...) É preciso dizer claramente que se esta data do 25 de Abril de 1945 foi a conclusão de uma revolução democrática, que em 1946 teve a sua continuidade na República e em 1948 na Constituição, o que hoje está em causa é a tentativa de uma

contra-revolução, de que o resultado efectivo pode ser um regime verdadeiramente autoritário".

Neste momento, o governo dirigido por Berlusconi poderá avançar sucessivamente pelas reformas pretendidas pela direita: eleição directa do primeiro-ministro, diminuição dos poderes do Parlamento, limitação do poder judicial. Por seu lado, a Liga continua a exigir uma constituição federalista.

A história, naturalmente, não se repete. Mas encerra lições que é importante não descurar. E talvez por isso seja importante lembrar que Mussolini não instaurou o fascismo imediatamente. Começou por medidas económicas muito semelhantes às do programa de Berlusconi. Fazia então parte de uma aliança com os centristas. Só dois anos depois as leis fascistas foram promulgadas, face às crescentes críticas e manifestações contra o regime.

Um outro facto a sublinhar - o fascismo dos anos 20 foi também a resposta da burguesia a um capitalismo em crise e um crescente descontentamento popular.

Por tudo isso, a importância das manifestações como as que agora mobilizaram tantas dezenas de milhar de pessoas por toda a Itália. Por tudo isso o necessário lembrar da história. Mas também a urgência de resposta a um desafio bem mais difícil - afirmar uma real alternativa de esquerda.

Índia

Protestos contra o GATT

A assinatura dos acordos GATT, em Marraqueche, provocou manifestações de protesto por toda a Índia. As forças de esquerda, nomeadamente os comunistas e as organizações sindicais, decidiram assinalar esta data como um "dia negro" para o país.

O governo indiano afirma que, ao aprovar os acordos GATT, a Índia deixará de ter as suas trocas comerciais submetidas a pressões externas, e o país passará a usufruir das vantagens da dinâmica do comércio mundial.

Bem diversa é a posição das forças de esquerda, que consideram que a conclusão destes acordos irá ser prejudicial para o país, que será invadido por produtos estrangeiros, inacessíveis às classes populares.

Um dos pontos de desacordo entre Nova Deli e os negociadores do GATT foi o acordo multifibras, que regulamenta o acesso dos têxteis indianos aos mercados ocidentais. A Índia, que realiza 30% das suas exportações graças à indústria têxtil, é fortemente penalizada pelo acordo multifibras, apesar de um retardamento, obtido nas negociações, da abertura dos mercados indianos aos produtos têxteis de proveniência ocidental.

Com 900 milhões de habitantes, a Índia representa, para os países estrangeiros, um enorme potencial de "consumidores". Um vasto mercado que naturalmente se irá restringir às classes dominantes, a que se junta uma nascente classe média. De fora

- e sofrendo apenas as consequências negativas dos acordos agora assinados - ficará a maioria da população, os camponeses e o vasto mundo dos pobres das grandes cidades.

Será possível continuar com o sistema de subvenções à agricultura, como o governo garante? E que fazer da produção agrícola interna - e aqui em Portugal há disso experiência - quando, por força da aplicação dos acordos, os mercados forem inundados por produtos alimentares provenientes de outros países?

Um outro facto denunciado pela esquerda indiana, é a entrada massiva de capitais estrangeiros para sectores fundamentais como a banca, seguros, telecomunicações, nomeadamente sob pressão do FMI e do Banco Mundial.

A Índia sempre tem sofrido de um défice nas trocas comerciais, e de um crescente endividamento internacional.

No último decénio, o défice comercial agravou-se ainda com a abertura dos mercados a bens de consumo de luxo, enquanto, simultaneamente, o país sofre de grande penúria no domínio da energia.

A Nova Política Económica (NEP), implementada a partir de 1991, teve como consequência levar o país a uma crescente desindustrialização, abrindo as fronteiras à entrada em massa de produtos estrangeiros.

Uma situação que os acordos GATT, agora assinados, tenderão ainda a agravar.

Bósnia

No espaço de dois dias, dois comboios humanitários da ONU dirigiram-se ao enclave muçulmano de Gorazde, transportando mais de uma centena de toneladas de alimentos e medicamentos.

Proseguia simultaneamente a colocação de tropas da ONU ao longo das linhas de confrontação em torno de Gorazde, após as forças sérvias terem iniciado a retirada do seu armamento pesado para o exterior do perímetro de segurança de 20 quilómetros, uma das exigências impostas pela NATO.

Num momento em que são lançadas novas iniciativas diplomáticas, o ministro russo da Defesa sublinhou que "as provocações de uma ou outra parte (na Bósnia) foram suscitadas pelas decisões da NATO, que não são de forma nenhuma apropriadas".

O general Michael Rose, responsável da Forpronu, disse que o balanço total dos combates se cifrou em 700 mortos e 2000 feridos.

Argélia

O secretário-geral da central sindical UGTA, Abdelhaq Benhamouda, pede um aumento generalizado de salários, depois da desvalorização do dinar (moeda argelina) em 40% e aumentos de 25 a 30 por cento dos preços dos principais produtos de base, decididos pelo governo.

Israel

O primeiro ministro israelita, Yitzhak Rabin, afirmou que 219 israelitas, dos quais 68 militares, e 2156 palestinianos, foram mortos desde o início da Intifada, em Dezembro de 1987. "120000 a 140000 palestinianos passaram pelas nossas prisões", afirmou.

Rússia

A popularidade do ultranacionalista russo Vladimir Jirinovski caiu para 6% em Abril, contra 16% em Dezembro passado, segundo uma sondagem divulgada dia 19 deste mês.

Uma sociedade sem exploradores nem explorados não é uma utopia, mas sim um objectivo por que vale bem a pena lutar. Mesmo quando os tempos são tão difíceis como os que vivemos, em que defender o que se tem é já uma grande conquista.

Quem o afirma é Manuel Carvalho da Silva, Coordenador da Central Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional, um homem consciente dos grandes desafios que a sociedade e o movimento sindical em particular têm pela frente, mas confiante que o futuro será construído com mais solidariedade e justiça social.

Com o 25 de Abril comemora-se também vinte anos de actividade sindical em democracia. O movimento sindical está hoje mais forte ou, pelo contrário, tende a diluir-se com o esvaziamento político que se pretende fazer da luta de classes?

Não, não tende a diluir-se. As razões objectivas da existência dos sindicatos são fortes, as grandes causas pelas quais os sindicatos lutam persistem e exigem grande intervenção - os salários, o direito à protec-

ção da organização, gestão, métodos de trabalho, formação e preparação dos empresários, incentivos aos trabalhadores, as políticas cambiais e financeiras, enfim, um conjunto de factores que pesam muito mais do que o factor salários, e levam de facto ao aumento da produtividade e da competitividade.

O corte nos salários, hoje como no passado, é meio caminho andado para a eliminação do emprego e de direitos adquiridos. Isto não invalida que em situações pontuais, numa situação de crise momentânea, identificada e susceptível de ser ultrapassada através de um compromisso para a adopção de medidas, os trabalhadores e os sindicatos não possam aceitar reduções; mas reduções em situações controladas, não como regra.

Estamos perante a contradição de, por um lado, a evolução científico-técnica constituir, em abstracto, um bem para a humanidade e, por outro, ser um factor de crescente libertação de mão-de-obra traduzida em aumento do desemprego. O sistema está bloqueado?

A questão de fundo é a da distribuição da riqueza. Nós somos pela evolução das tecnologias, por todos os métodos que sejam mais rentáveis. Mas é evidente que, se desse acréscimo de produção trazido pelas novas tecnologias não for retirada uma parte da riqueza que ele produz para gerar novos espaços de intervenção, nova criação de emprego, novos serviços à sociedade e uma distribuição mais justa da riqueza, então estamos a caminhar para o agravamento das desigualdades e da

Ai de nós

se não lutássemos

ção social, a redução do horário de trabalho, e tantos outros. Simultaneamente, há novas razões e novas frentes de intervenção que dão objectivamente uma grande vida à intervenção dos sindicatos. Ai de nós se não lutássemos! Os valores morais e ideológicos por que os sindicatos se batem são valores essenciais para que exista futuro, pelo que o sindicalismo, embora mais acossado - mas isso é fruto dos tempos, de uma sociedade em crise profunda de valores - é cada vez mais necessário.

A sociedade em que vivemos debate-se com o flagelo do desemprego...

O desemprego é um flagelo social que precisa de ser profundamente tratado. Há novos dados sobre os efeitos negativos de todo este processo de destruição do aparelho produtivo e do emprego; efeitos extremamente perversos que estão a ser gerados do ponto de vista social e uma desprotecção muito grande.

A situação do emprego necessita de ser analisada, precisa de uma abordagem do ponto de vista teórico e ideológico, a realizar pelos sindicatos e por todos os que defendem uma democracia efectiva, para que se reassuma na sociedade portuguesa o direito ao trabalho como um direito a que todos os homens e mulheres devem ter acesso, e não como um elemento secundário na vida das pessoas.

É um problema global, mas com dimensões específicas no nosso país, que exige respostas.

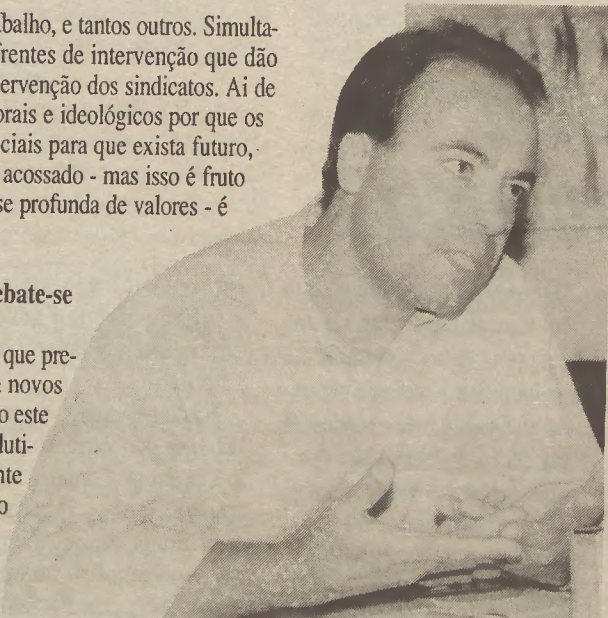
No contexto nacional, que respostas são essas?

Em primeiro lugar, ter uma postura, também ela de defesa, mas de defesa no sentido positivo, muito activa, para se combater a destruição dos postos de trabalho. Não podemos permitir a postura política dos governantes, que não respondem aos problemas de hoje, não tomam medidas concretas para evitar o desemprego e a destruição do aparelho produtivo, e continuam a governar em função de condições financeiras pontuais, na base de promessas triunfalistas para o futuro e que não têm uma base sólida.

Há quem defenda que a contenção do desemprego passa pela contenção salarial. Não é essa a posição da CGTP. Não se corre o risco, como alguns acusam, de ao defender mais salário se estar a contribuir para o aumento do desemprego?

É evidente que não. Diz-se isso em nome do aumento de produtividade, da competitividade, etc. Nós costumamos usar uma formulação que, não tendo nada de científico, toda a gente entende: se fôssemos competitivos em função dos baixos salários, no contexto da Comunidade seríamos os maiores, pois somos quem tem os salários mais baixos.

Os caminhos não são esses. Está mais do que demonstrado que uma aposta séria e segura passa por um conjunto de factores que atravessam a política económica em todas as suas vertentes; são as ques-



O corte nos salários, hoje como no passado, é meio caminho andado para a eliminação do emprego e de direitos adquiridos

Por outro lado, há que introduzir na sociedade - e os sindicatos têm obrigação de dar um contributo para isso - o debate ideológico sobre esses conceitos de competitividade e produtividade que não têm como referência os homens e as mulheres.

Há que discutir e encontrar alternativas. Hoje diz-se, por exemplo, que certas profissões, como os vidreiros da Marinha Grande ou de outros sectores ditos desactualizados, são profissões condenadas a desaparecer. Não é verdade. Trata-se, em muitos casos, de trabalhadores com uma formação profissional, uma aquisição de conhecimentos que os torna trabalhadores com qualificações únicas. Essas qualificações, se utilizadas correctamente em opções económicas visando servir a sociedade no seu pleno, podem dar uma contribuição, mesmo do ponto de vista económico, tão grande ou maior do que dão hoje as chamadas profissões modernas.

Não pode haver esta visão imediatista dominante, que está a criar uma espiral regressiva

no que se refere à situação em que se encontram os valores e os direitos sociais, os valores e os direitos individuais e colectivos no mundo do trabalho. Toda esta lógica da competitividade leva a que o grande capital, as multinacionais, os grandes grupos que dominam este processo utilizem os povos para a intensificação da exploração. Neste movimento de competitividade desenfreada, sem uma dimensão social, gera-se uma espiral regressiva que vai eliminando direitos individuais e colectivos em todos os povos e em todas as latitudes, conduzindo sempre a um caminho cada vez mais próximo da exploração absoluta dos trabalhadores e que produz outros fenómenos, como o racismo e a xenofobia.



Entrevista com Carvalho da Silva

eliminação do próprio emprego. E isto sucede porque há uma política geradora desta situação, produtora das desigualdades, que prossegue e está a produzir a concentração de capital numa meia dúzia de mãos enquanto são cada vez mais os explorados.

Diz-se que o desemprego é um problema estrutural mas não se assumem as causas e as consequências, não se vai à sua origem e não se disponibiliza parte da riqueza - nunca o homem teve tantos conhecimentos como hoje e tanta capacidade de produzir riqueza - para servir o homem, inclusive na criação de emprego. O sistema está bloqueado? Não. Se há, graças às novas tecnologias, libertação de meios, o que é necessário é criar empregos em áreas novas. Já falei de profissões que têm qualificações únicas. Quantas delas podiam ser utilizadas com produção de bens extremamente importantes para a sociedade? É possível criar emprego em áreas novas que prestem melhores serviços à sociedade: a área do ambiente, da protecção social, da formação, do ensino, etc. Só não é possível fazê-lo nesta lógica de mera gestão social do desemprego com que o grande capital procura entreter a situação.

Chamo a atenção para esta questão da distribuição da riqueza, que é outro dos problemas de fundo a exigir a nossa atenção. Na CGTP consideramos que há três aspectos que marcam actualmente o comportamento e as opções do capitalismo a nível mundial: a opção pela competitividade, com os interesses economicistas a sobreporem-se a tudo o resto; a desregulação e a desregulamentação crescente das relações laborais, com impacto em termos gerais da organização da sociedade; e a teorização e prática política de transferência da carga fiscal sobre o capital para os trabalhadores. Verifica-se, em relação a este último aspecto, que em cada país - e no nosso caso - é gritante - se regista um crescimento de benefícios e isenções ao capital, e agravamento dos impostos dos trabalhadores, intensificando a sua exploração por esta via. É hoje uma terceira componente do problema que se baseia em teorizações absolutamente falsas quanto às fontes e à forma de captação da riqueza, que está a induzir

a sociedade a aceitar que a responsabilidade na formação das responsabilidades financeiras de cada Estado recaia quase em absoluto e exclusivamente sobre os rendimentos do trabalho.

O confronto com o capital não vai terminar nos tempos mais próximos. É preciso combater a ideia de que ao fazer a greve geral fica tudo feito



20 anos de liberdade 20 anos de luta

■ Domingos Abrantes

No próximo Domingo, dia 1º de Maio, os trabalhadores portugueses, as massas populares, respondendo ao apelo da CGTP-IN de Norte a Sul do País, vão sair à rua para festejar o 20º Aniversário do dia internacional do trabalhador comemorado em liberdade, para reafirmar a sua adesão aos ideais libertadores, para exigir uma nova política, uma política que responda aos anseios e aspirações das massas populares, uma política que dê sentido ao sonho, à luta e às conquistas de Abril. A ampla participação nas iniciativas populares comemorativas do 20º Aniversário da Revolução e em particular a grandiosa manifestação de Lisboa, confirmou quanto é profunda a adesão popular aos ideais de Abril e fazem antever um grandioso 1º de Maio de luta e de unidade. O 25 de Abril e o 1º de Maio são inseparáveis para todos quantos se identificam com os ideais e os valores de progresso social projectados pela Revolução. Se o 25 de Abril é o dia da Liberdade, o 1º de Maio é o dia da sua consolidação. A grandiosa jornada de massas que foi o 1º de Maio de 1974, deu corpo à intervenção e à unidade das massas populares no processo

revolucionário, deu expressão à aliança Povo-MFA, aliança tornada essencial para a defesa da liberdade e o aprofundamento do curso transformador da Revolução de Abril. As grandiosas, combativas e unidas acções de massas no 1º de Maio de 1974, fizeram entrar em cena como sujeito histórico os trabalhadores, a força social que ocupou o lugar central e fundamental na longa resistência ao fascismo e no combate pela liberdade. Intervindo no processo com as suas reivindicações próprias, exigindo uma profunda democratização da vida política, económica, social e cultural, os trabalhadores e as massas populares determinaram o sentido e a natureza das transformações revolucionárias, tornaram-se o principal esteio de defesa da liberdade. O 1º de Maio não é só um dia de festa. Desde há 20 anos que as jornadas do 1º de Maio se tornaram numa constante e viva demonstração da grande adesão dos trabalhadores e das massas populares aos ideais democráticos e de transformação progressista, numa jornada de luta em defesa das conquistas da Revolução. Numa altura em que as forças revanchistas levantam cabeça e os seus escribas se afadigam em falsificar a história, não será

nunca de mais lembrar o alcance e o significado das conquistas alcançadas pela luta dos trabalhadores, conquistas entre as quais se contam o salário mínimo nacional, a generalização das pensões e das reformas, o alargamento do período de férias, o subsídio de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o direito à organização e intervenção sindical e à criação de comissões de trabalhadores e o direito à greve. Os aumentos salariais e a adopção de todo um conjunto de medidas de carácter social, melhorou significativamente as condições de vida dos trabalhadores. Com o controlo operário, com a sua criatividade, com o seu trabalho, com a sua organização e sua luta, os trabalhadores, construindo uma ampla unidade asseguraram uma intervenção determinante na construção de um novo Portugal que correspondia às mais profundas aspirações do povo. Ao comemorar o 1º de Maio, os trabalhadores não se esquecerão que as conquistas democráticas, as profundas transformações socioeconómicas que imprimiram à Revolução de Abril um verdadeiro sentido transformador, há vários anos são sistematicamente atacadas por sucessivos governos e que na actualidade

enfrentam graves problemas (limitação de direitos, desemprego crescente, degradação dos salários, ataques às conquistas sociais) resultantes da política de direita. E não esquecerão que só a sua luta constante, combativa e mesmo heróica tornou possível defender muitas das conquistas de Abril. Apesar de todas as diferenças quanto às perspectivas e à natureza das tarefas imediatas, a grande festa do mundo do trabalho que é o 1º de Maio, é um momento muito próprio para recordar os caminhos de luta e de resistência que foram os 20 anos que nos separam de Abril. É sobretudo um momento muito próprio para dar combate aos mistificadores, para despertar consciências e congregar esforços, capazes de rasgar perspectivas para uma alternativa democrática capaz de afirmar e renovar os valores de Abril. A próxima jornada do 1º de Maio coroando e dando continuidade às variadas e combativas lutas dos trabalhadores, deverá constituir uma grande jornada de afirmação de disposição de luta, de reforçar a unidade, uma unidade que se exprime no desenvolvimento e intensificação da acção de massas, condição essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores e para derrotar a política de direita.

20
Anos

**VIVA
ABRIL**

O Partido Comunista Português chega a Abril de 1974 com 53 anos de idade, 48 dos quais lutando nas duras condições da clandestinidade imposta pelo fascismo. Trazia consigo um Programa, aprovado em 1965, no seu VI Congresso. «Destruir

o Estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos povos das colónias o direito à imediata independência; seguir uma política de paz e amizade com todos os povos», tais eram os oito pontos desse programa, outros tantos objectivos propostos ao nosso povo e pelos quais o PCP lutava, a serem atingidos na revolução antifascista que o PCP caracterizou como Revolução Democrática e Nacional.

O 25 de Abril foi como que o primeiro dia dessa Revolução. Ao longo dos dias, das semanas, dos meses, o povo, aliado ao MFA, perseguiu tais objectivos que comprovaram a sua justeza, construindo um caminho nem sempre fácil, mas sempre exaltante.

Em 20 de Outubro de 1974, ao realizar o seu VII Congresso Extraordinário, o Partido fazia um primeiro balanço dos primeiros e

determinantes passos desde Abril e apontava novas tarefas aos comunistas. Era tempo também de introduzir no seu Programa as modificações resultantes da nova realidade e de adaptar os seus Estatutos à vida democrática que Portugal passou a viver, liberto o PCP de uma longa clandestinidade.

A liberdade

«Portugal vive em liberdade. A guerra colonial acabou», pode ler-se na Proclamação aprovada pelo VII Congresso. «Tornaram-se realidade dois dos grandes objectivos de luta do povo português ao longo dos anos. Ficaram para trás há já seis meses o pesadelo da ditadura fascista, a negação das mais elementares liberdades, a onipotência da PIDE, as perseguições, as prisões, as torturas, os assassinatos, a guerra injusta queimando vidas, estropiando e mutilando. O povo português não quer voltar ao passado. Quer conservar e está pronto a defender aquilo que conquistou e ganhou com o 25 de Abril e desde então. Está pronto a lutar por profundas transformações democráticas que encaminhem o país para um rápido desenvolvimento, que melhorem as condições de vida, que assegurem a verdadeira independência nacional». Reunido no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, o VII Congresso realizou-se com a participação de 1003 delegados, aberto a 4209 convidados, na presença de mais de

uma centena de jornalistas. Mais de meia centena de oradores, delegados de células ou dirigentes subiram à tribuna, abrindo os trabalhos o camarada Pires Jorge, do Comité Central, a que se seguiu o discurso do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal que, saudando os delegados e os membros do PCP, lembraria os tempos em que a sala onde o Congresso tinha lugar «teria sido demasiado grande para abrigar todos os membros do Partido. Hoje», sublinhou, «não há em Portugal sala ou pavilhão, por maiores que sejam, onde caibam todos os comunistas».

Poucos dias haviam passado sobre o golpe de 28 de Setembro e estava ainda fresca a memória do golpe anterior, o de Palma Carlos. Álvaro Cunhal recordou o pesado preço que a reacção pagara com as derrotas. Referindo-se ao 28 de Setembro diria: «Dois factores intervieram para essa derrota clamorosa: o primeiro foi o movimento popular de massas, em que o nosso Partido representou decisivo papel. Quando a grande operação contra-revolucionária estava já lançada, foi o nosso Partido que desvendou os seus objectivos, que advertiu dos perigos, que compreendeu e indicou que a manifestação da chamada «maioria silenciosa» fazia parte de uma vasta conspiração para instaurar uma nova ditadura e que tomou a iniciativa para lhe dar abertamente combate, assumindo as responsabilidades e os riscos».

«O segundo factor da vitória», lembrou mais adiante, «e que lhe deu na fase final, todo o seu profundo alcance e significado, foi o Movimento das Forças Armadas. Intervindo com decisão na altura própria, detectando e desmantelando redes clandestinas, anulando a tentativa,

inicialmente bem sucedida, de silenciar a TV, a rádio e a imprensa, o MFA, ao lado do povo e em defesa da liberdade, consumou a derrota estrondosa da reacção, que arrastou consigo os três generais reaccionários da Junta de Salvação Nacional e, finalmente, a demissão do general Spínola».

A principal ameaça

«A ameaça para a liberdade», alertava mais à frente Álvaro Cunhal no seu discurso ao Congresso, «não consiste só na acção contra-revolucionária de conspiradores. A principal ameaça para a liberdade vem do poder económico que estrangula o desenvolvimento do país e que é a base de apoio político e financeiro da contra-revolução».

«Os monopolistas e os latifundiários recusam-se a aceitar a nova situação democrática. Recusam-se a aceitar uma nova situação em que têm de pagar melhores salários aos trabalhadores, em que deixaram de poder multiplicar várias vezes o capital em poucos anos. São eles o principal obstáculo ao desenvolvimento económico independente, à elevação do nível de vida da classe operária e das massas trabalhadoras dos campos, ao desafogo dos pequenos industriais, comerciantes e agricultores».

«Ao mesmo tempo que conspiram com vistas a impor novamente uma ditadura que proteja pela força a sua ilimitada exploração do povo português, sabotam a economia, cortam créditos, anulam investimentos e encomendas, organizam a evasão de capitais, paralisam ou diminuem a laboração de fábricas, deixam campos por lavar e

Há 20 anos

Um extraordinário





colheitas por colher, despedem sem justa causa os trabalhadores, e procuram assim provocar uma grave situação económica em que a desorganização da produção e as dificuldades levam o descontentamento, aponham o povo ao Governo e abram fácil caminho à contra-revolução.

«Os acontecimentos têm mostrado e continuam a mostrar que a democratização e a descolonização encontram pela frente, como seu principal adversário, os monopólios e os latifundiários.

«Não se poderá consentir que as liberdades sejam ameaçadas, comprometidas e estranguladas por meia dúzia de famílias de grandes senhores do capital e da terra. Os interesses egoístas de meia dúzia de famílias não podem sobrepor-se aos do povo inteiro.

«O próprio desenvolvimento objectivo da economia coloca uma inelutável alternativa: «Se o poder económico continua nas mesmas mãos, o desenvolvimento, tal como no passado, terá de assentar em salários de fome dos trabalhadores e na ruína das classes médias – e esse esquema de desenvolvimento só pode realizar-se com a implantação de uma nova ditadura terrorista;

«Se um regime de liberdade e democracia quer sobreviver e desenvolver-se, tem que limitar e liquidar, finalmente, o poder económico dos monopólios e latifundiários, fazer intervir cada vez mais o Estado na economia sem prejuízo da iniciativa privada não monopolista, proceder à nacionalização dos sectores-chave da economia e entregar aos camponeses grandes latifúndios.»

Referindo-se mais adiante à Plataforma de Emergência que viria a ser aprovada no Congresso, inscrita no Programa do Partido como definição de tarefas imediatas

prioritárias, Álvaro Cunhal afirmou: «Para assegurar o curso democrático da política portuguesa, para conduzir o país à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte, para criar as bases indispensáveis para a instauração de um regime democrático, a política portuguesa tem de orientar-se no imediato em três direcções fundamentais:

«A defesa das liberdades e o reforço do Estado democrático, o prosseguimento da descolonização e a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento.»

O futuro começara

Foi o primeiro dos congressos do PCP depois do 25 de Abril. Longas jornadas de luta esperavam os comunistas – aprofundar a Revolução; defendê-la; resistir mais tarde à contra-revolução que se instalou no poder político através da aliança do PS com a direita e, mais tarde, à vasta ofensiva desencadeada pela direita no poder. Com os trabalhadores, com o povo, defender Abril, a liberdade, os direitos, as conquistas. E apontar soluções, propor o futuro.

Nesse congresso, por extraordinário, não houve eleição do Comité Central, que foi apresentado aos delegados e ao Partido. Juntos, os 36 camaradas que compunham o CC, somavam 308 anos de prisão. Muitos deles são hoje ainda destacados dirigentes, muitos eram já de nome conhecidos do povo e dos trabalhadores portugueses, pela sua prolongada luta.

Nestes vinte anos que já passaram sobre o 25 de Abril, muitos outros congressos houve, outros tantos marcos na história do PCP,

outros tantos momentos através dos quais, recordando os seus documentos, se pode fazer a história portuguesa destes anos. Renovando-se, fortalecendo-se, ligando-se cada vez mais às massas, conhecendo melhor os problemas e aspirações do povo e do país, o PCP foi fazendo o seu caminho, virado para o futuro.

Em Novembro de 1976, realizava-se o VIII Congresso, em que Álvaro Cunhal apresentou aos delegados o Relatório do CC – «A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro». Na FIL, em Lisboa, 1282 delegados representavam um Partido forte, de mais de 115 mil membros.

No Barreiro, o IX Congresso, em fins de Maio, reunia 1749 delegados representando mais de 164 mil membros, não contando os 30 mil jovens comunistas. O PCP propunha uma plataforma democrática, em 9 pontos, para a solução dos problemas nacionais resultantes da ofensiva contra as conquistas da Revolução.

Realizado no Porto, o X Congresso, em Dezembro de 1983, assinala a continuação da ofensiva contra as conquistas de Abril, agora através do Governo PS/PSD, e aponta o caminho de uma política alternativa democrática.

Novo congresso em Fevereiro de 1986. Extraordinário, desta vez, convocado em menos de duas semanas, o XI Congresso decide apoiar a eleição de Soares à segunda volta para obstar à eleição de Soares Carneiro.

Outra vez no Porto, o XII Congresso aprova um novo Programa para o Partido – «Com o PCP por uma

democracia avançada no limiar do século XXI». Em Maio de 1990, em Loures, mais um congresso extraordinário, o XIII, convocado para analisar os acontecimentos decorrentes da preocupante evolução da situação na URSS e em outros países socialistas; a análise do rápido avanço do processo de restauração capitalista e monopolista em Portugal também ocupou os delegados, que se dedicaram às questões ideológicas da identidade e do ideal comunistas. Avançando no processo de renovação do Partido, o Comité Central decide a eleição de um secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas.

«Democracia e Socialismo, o Futuro de Portugal», foi o lema do XIV Congresso, realizado em Almada, em Dezembro de 1992. Com confiança, lucidez, determinação, os comunistas, através das dificuldades, continuam firmes, continuam a lutar por um país mais justo e mais livre. Com Abril. Os delegados elegem novo Comité Central, depois de terem aprovado importantes alterações ao Programa e aos Estatutos. Reunido, o CC elege novo secretário-geral – Carlos Carvalhas. Álvaro Cunhal é eleito Presidente de um novo órgão do CC – o Conselho Nacional.

Este, foto abaixo, foi o mais recente Congresso do Partido, o XIV, realizado em Almada, em Dezembro de 1992. As outras fotos são de há quase vinte anos, a recordar o primeiro congresso depois de Abril, o VII, extraordinário. Novos programas, novas lutas, o mesmo Partido de sempre

Congresso





Maio da liberdade

Preparemos desde já a comemoração do 1º de Maio de 1974! Façamos desse dia uma ampla e grande jornada dos trabalhadores portugueses, estreitamente ligada à grandiosa luta por aumento de salários que está tendo lugar por todo o País. Assim titulava a Comissão Executiva do CC do PCP, em Março de 1974, um documento dirigido aos trabalhadores, estudantes e intelectuais, aos soldados e marinheiros, aos antifascistas, convidando a que cada um dê a sua contribuição para fazer do 1º de Maio de 1974 uma grande jornada antifascista, de unidade e de acção!

Dela se deu conta, a "quente", livre da censura, a imprensa da época. Revisita-la, 20 anos depois, sobretudo para as novas gerações, adquire um sentido pedagógico, de inegável interesse. Tanto maior, quanto é certo, como se tem lido e ouvido recentemente, que continua a haver gente que não desista de tentar reescrever a História. Atentemos, pois, a essas breves passagens e relatos, respigados um pouco ao acaso, em forma de letra de imprensa, das primeiras páginas da época. Valem, também, como singelos testemunhos da perenidade dos valores do 25 de Abril.

"O Povo Unido jamais será vencido!", grito que encheu as alamedas do Chile de Salvador Allende, ecoou também nas ruas do Portugal livre. Foi manchete no Diário de Lisboa, encimando a moldura humana registada em foto, a toda a largura da página,

que o jornalista legendou como um "aspecto imponente, ainda que parcial, da multidão ontem reunida no Estádio 1º de Maio, ex-FNAT, para comemorar livremente, pela primeira vez, há quase 50 anos, o Dia do Trabalhador". Em texto de rodapé, a "Festa da Fraternidade do Povo Português", assim era titulado, foi descrita assim: "a explosão de alegria que ontem percorreu o País inteiro só pode ter paralelo nas manifestações que assinalaram, no fim da guerra, a libertação dos povos ocupados pelo domínio nazi fascista. Cerca de um milhão de pessoas viveu, só na capital, essa experiência que é já um dos ângulos mais fascinantes de toda a nossa História. O civismo, o respeito, a união, a maturidade demonstrados foram a grande resposta dada

aos que, durante décadas nos caluniaram de subcivilizados, impedindo-nos de exercer os direitos da opinião e da liberdade. Por isso essa resposta torna-se uma das grandes certezas para o efectivar das alterações capazes de conduzir à formação de um novo Português e de um novo Portugal. O primeiro passo está dado. "Um vulcão de civismo - Que povo e que dia 1º de Maio!" exclamava, por sua vez, o Comércio do Porto, na sua edição de dia 2, quinta-feira, com a primeira página inteiramente ocupada por duas fotos, uma, da manifestação na cidade invicta, a outra, com jovens em cima de um tanque do exército, rejubilando e erguendo os dedos em sinal de vitória. "1º de Maio: o povo mereceu a liberdade. Nem um só incidente obscureceu o brilho dos festejos em todo o País", titulava o

Jornal de Notícias, dando suporte a duas fotografias ilustrando a imponente concentração na Avenida dos Aliados, no Porto. A maturidade expressada pelo povo português nas ruas foi, portanto, uma das questões que fascinou, também, pelo Mundo fora, expectantes, milhares de olhos postos em Portugal. Partilhando das atenções de curiosidade que despertou nos estrangeiros, no topo da página, o manifesto português iniciava assim um pequeno texto: "Como, após quase meio século de obscuridade política, um povo pôde patentear a sua maioridade cívica como a que o povo português patenteará ontem em todo o País, foi o motivo da comemoração do 1º de Maio? A resposta deu-a ainda o articulista, que na clandestinidade, no passado, no subterrâneo da ilegalidade que durou longas décadas os

portugueses se treinaram para o exame a que ontem foram sujeitos". Em sentido idêntico expressava a Capital a sua visão da Jornada do dia anterior. Depois de se interrogar sobre se "saberiam os portugueses merecer a liberdade? Mais: teriam os adeptos do antigo regime força para perturbar a festa popular? Em resumo, estavam os portugueses preparados para a Democracia?", o vespertino alfacinha não hesita em concluir que "nas ruas de todo o País, os portugueses deram uma lição exemplar de civismo. Não temeram o desafio. E passaram no teste". Também o Diário Popular considerava à largura da sua primeira página o 1º de Maio



como a "Grande Festa do Povo", destacando em «caixa» o facto, "inédito numa Revolução, de o escudo ter subido em Nova Iorque". Mais abaixo, a acompanhar a foto que ocupa toda a segunda metade da página, o lead que abre a notícia sublinha que "Jamais se deixaram de ouvir pelos tempos fora os clamores de júbilo que ontem se elevaram nos céus de Lisboa para comemorar o 1º de Maio e a queda do fascismo que, durante quase meio século, impediu os portugueses de se afirmarem

espantosa e comovedora" que dominara "as gigantescas manifestações do 1º de Maio que assumiram proporções nacionais". E a prosa, rica nas descrições, continua: "se isto não é o povo, então onde está o Povo? gritaram cadenciadamente, primeiro entre a Alameda Afonso Henriques e o Estádio 1º de Maio, depois até de madrugada por toda a cidade de Lisboa, multidões incalculáveis de populares, cujo comportamento cívico desmentiu em absoluto as repetidas «constatações» do governo fascista

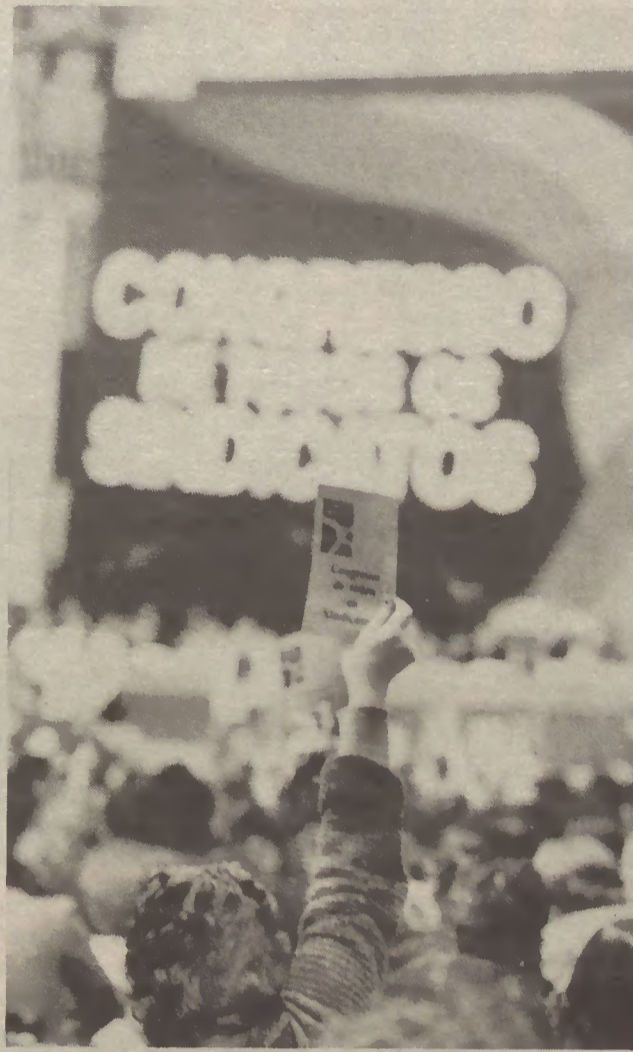
derrubado em 25 de Abril sobre a sua «falta de maturidade». O Primeiro de Janeiro, exuberante, titulava às suas oito colunas que "O povo português demonstrou maturidade cívica". "A hora marcada para a concentração - começa a reportagem ainda estava longe e já não havia espaço para quem quer que fosse na Praça da Liberdade. E não só: também as ruas convergentes estavam apinhadas, as praças e praças das imediações tornavam-se via estreita para a passagem dos grupos espontâneos de bairro ou formados «ad hoc» atrás de um cartaz, de uma bandeira". "Afinal os portugueses estavam preparados para a democracia", constata em antetítulo o Diário de Notícias no formato Broadsheet da sua primeira página, onde se podia ainda ler que "a grande lição do povo" foi uma impressionante demonstração de civismo de Norte a Sul do País" onde "entre flores, sorrisos e cantos, milhões de corações celebraram o trabalho e a liberdade". Do povo nas ruas falou também detalhadamente, num segundo caderno quase inteiramente dedicado à jornada, O Seculo, de 3 de Maio. No corpo principal do matutino, ocupando um quarto de página, uma foto mostra um pormenor da grande festa, para a qual a legenda chama atenção, realçando a alegria e civismo de um povo irmanado no desejo de celebrar com as Forças Armadas, entre flores e cânticos, uma data a partir de agora com significado transcendente.



20
anos

**VIVA
25
de
ABRIL**

Na resistência ao fascismo, na construção da democracia e na defesa das conquistas alcançadas pelo povo português, aos trabalhadores e ao movimento sindical unitário cabe um papel determinante. Nos 20 anos do 25 de Abril, esse papel tem sido, de uma ou de outra forma, recordado, nomeadamente nestes suplementos com que o «Avante!» comemora o 20º aniversário da revolução. Hoje lembramos, tomando como roteiro uma brochura editada pela central em 1990 («CGTP, 20 anos com os trabalhadores, breve memória»), alguns momentos da vida da CGTP-IN, desde a fundação da Intersindical até ao Congresso de Todos os Sindicatos, em 1977. São 20 datas que marcam um período muito vivo e muito rico, com experiências e ensinamentos que importa ter presente.



O Abril 20 datas do trabalho

As reuniões intersindicais

No dia **1 de Outubro de 1970** (data consagrada como a da fundação da CGTP-IN) as direcções dos «sindicatos nacionais» dos Caixeiros, do Pessoal da Indústria de Lanifícios, dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e dos Bancários, todos do distrito de Lisboa, subscrevem um ofício que é enviado a um grupo restrito de outras direcções sindicais, que tinham em comum uma prática sindical de natureza anticorporativa, convidando-as a «comparecer numa sessão de trabalhos para estudo de alguns aspectos da vida sindical». A seguir à «análise e estudo do Decreto-Lei nº 49212, nomeadamente no que se refere a arbitragens, intervenção do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra e homologação de convenções colectivas de trabalho», a ordem de trabalhos sugerida incluía «horário de trabalho», «censura» e «liberdade de reunião». As direcções subscritoras alertavam que seria «conveniente que os sindicatos presentes

estejam devidamente habilitados a subscrever quaisquer deliberações que venham a ser tomadas».

A reunião teve lugar no dia **11 de Outubro**, na sede do sindicato dos Bancários de Lisboa, na Rua de São José, nº 131. Além das direcções sindicais promotoras da iniciativa, nesta primeira «reunião intersindical» compareceram dirigentes dos Bancários de Coimbra, dos Electricistas de Lisboa, dos Escritórios de Lisboa, dos Lanifícios de Castelo Branco, dos Lanifícios da Guarda e Viseu, dos Metalúrgicos do Porto, da Propaganda Médica, dos Seguros de Lisboa e dos Viajantes e Praça do Porto.

Das decisões então tomadas, consta o envio ao Governo de uma exposição sobre o direito de reunião e de um telegrama de protesto contra a proibição da realização de uma assembleia geral do sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Foi também decidido enviar o texto dos documentos aprovados a todos os sindicatos do País, solicitando a sua difusão. Reconhecendo o interesse da continuação das «reuniões

intersindicais», os participantes na reunião decidem ainda que as direcções sindicais promotoras do encontro se constituam em comissão organizadora, alargando o leque dos convites a dirigir.

Novas reuniões, já com a participação de 21 direcções sindicais, tiveram lugar a **25 de Outubro e 15 de Novembro**, ainda de 1970. Iniciava-se assim o movimento das «reuniões intersindicais». Na primeira fase, a sua acção tem a ver, sobretudo, com a troca de experiências sindicais e de informações sobre a situação social e laboral de cada sector; o apoio às candidaturas de oposição às direcções sindicais corporativas; a denúncia de arbitrariedade e prepotências dos patrões e do Governo; a promoção da negociação colectiva; realização de acções de solidariedade; e contestação do quadro legal corporativo.

É neste período, em **21 de Março de 1971**, que é aprovado o «Programa Básico», contendo reivindicações relativas à liberdade sindical, ao direito de livre negociação e ao direito à greve. Recusado o pedido de

audiência com o presidente do Conselho, para entrega daquele documento, os sindicalistas seriam recebidos mais tarde pelo ministro, o secretário e o subsecretário de Estado das Corporações. Pese embora as ameaças feitas pelos governantes aos dirigentes sindicais, esta audiência teve como efeito o reconhecimento implícito da Intersindical pelo Estado fascista. Esta primeira fase termina em **Junho de 1971**, quando é desencadeada uma violenta repressão: são proibidas as reuniões intersindicais, são encerradas as sedes dos sindicatos dos Bancários de Lisboa e do Porto e as suas direcções são destituídas, vários dirigentes sindicais são detidos pela Pide.

A consolidação da central

A actividade é retomada, tentando alargar a acção que vinha anteriormente a ser desenvolvida, e enriquecendo-a com aspectos novos: a implantação da Intersindical a nível dos locais de trabalho (designadamente, com a criação de redes de delegados sindicais); o incremento da acção reivindicativa, com formas articuladas entre a negociação colectiva a nível de sector e as reivindicações a nível de empresa; e o aumento da contestação ao regime político. A Intersindical cresceu, envolvendo a participação regular de meia centena de direcções sindicais. Cresce igualmente uma onda de greves, sobretudo a partir do Outono de 1973 (ver, a propósito, «Lutas operárias na região de Lisboa nas vésperas do 25 de



20 anos
VIVA ABRIL

a história recente da CGTP-IN

Abril», de Carlos Brito, no «Avante!» de 7 de Abril). A partir de Novembro de 1973 são criadas três zonas regionais (Norte, Centro e Sul) e um secretariado, com funções executivas e de coordenação.

Destacam-se, nesta fase, a intervenção da Intersindical no 1º Congresso da Previdência (desmistificando os propósitos do Governo fascista neste campo), o lançamento de uma grande campanha pela criação de um salário mínimo nacional, a luta dos caixeiros de Lisboa pelo horário de 44 horas («semana inglesa») e uma dinamização da negociação colectiva em vários sectores, com a participação dos trabalhadores. Milhares e milhares de trabalhadores, com destaque para os centros industriais e para o Alentejo e Ribatejo, entram em greve nos últimos meses de 1973 e nos primeiros meses de 1974. No próprio dia 25 de Abril de 1974 estavam em greve os operários da Mague.

A revolução

O secretariado da Intersindical convoca as direcções sindicais para uma reunião logo no dia 26 de Abril. Daqui sai uma posição de apoio explícito ao MFA e ao seu programa; é também aqui decidido avançar para a comemoração do 1º de Maio em Liberdade. Nos dias imediatos, a Intersindical avança para a democratização dos «sindicatos nacionais», destituindo as direcções fiéis ao regime deposto, e pressiona o desmantelamento do Estado corporativo, ocupando as corporações e exigindo, com sucesso, que o Ministério das Corporações e Previdência Social passasse a designar-se Ministério do Trabalho. A Junta de Salvação

Nacional, na sequência das acções da Intersindical, declara o 1º de Maio feriado nacional. As comemorações do Dia do Trabalhador ficaram registadas como a maior manifestação de massas de sempre no País, constituindo uma exuberante demonstração da adesão do povo ao 25 de Abril e ao Programa do MFA.

Na nova situação política, os trabalhadores tornam-se parte activa do processo de democratização do País. Partindo, em regra, das reivindicações da Intersindical, nas empresas são alcançadas melhorias substanciais das condições de trabalho (vitórias importantes tinham sido conquistadas em algumas empresas ainda nos últimos meses do fascismo).

A 27 de Maio é publicado o decreto que institui, pela primeira vez, um salário mínimo nacional, no valor de 3300 escudos para a indústria, o comércio e os serviços, beneficiando mais de 50 por cento dos trabalhadores. Nos meses que se seguem à revolução generalizam-se importantes conquistas: aumentos salariais, redução do horário de trabalho, direito a um mês de férias pagas e respectivo subsídio, o «13º mês», a proibição de despedimento sem justa causa, a participação dos sindicatos na gestão da Segurança Social e do Inatel (ex-FNAT).

O direito à greve e a liberdade sindical são reconhecidos e exercidos de forma generalizada. Sob a direcção da Intersindical, iniciam processos de constituição de sindicatos os trabalhadores da Administração Pública, os rurais, os pescadores e os do serviço doméstico, que antes do 25 de Abril estavam proibidos de se organizar, mesmo nos sindicatos corporativos. A acção da

Intersindical torna-se muito diversificada e ampla, a sua estrutura cresce muito rapidamente, os seus sindicatos e os trabalhadores estão presentes em todos os grandes momentos da construção da democracia e da defesa contra a reacção.

Da Inter à CGTP

A lei sindical, que consagrava as liberdades e a unidade sindical, é publicada a 30 de Abril. Também nessa data é publicado o decreto que reconhece legalmente a Intersindical como confederação geral dos sindicatos portugueses. O 1º Congresso da Intersindical Nacional, com a participação de 159 sindicatos, bem como de federações e uniões sindicais e comissões de trabalhadores, reúne em Lisboa, nos dias 25, 26 e 27 de Julho de 1975, aprovando os estatutos da central - onde eram consagrados os princípios da unidade, da independência (proibindo o exercício de cargos sindicais a dirigentes de partidos políticos ou associações de carácter confessional), da democracia e da liberdade sindical - e o «Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo», onde se definiam as bases programáticas (apontando como objectivos gerais a unidade dos trabalhadores, a aliança do Povo com o MFA, as liberdades, a democracia e a paz, a construção de uma sociedade socialista). Depois do 25 de Novembro, também no movimento sindical se acentuaram as acções de divisão, a propósito da preparação do próximo congresso da Intersindical. Em Aveiro, a 16 de Janeiro de 1976, direcções sindicais identificadas com o PS levantam a questão de um novo congresso. No Porto, a

14 de Fevereiro, 29 direcções sindicais que se proclamam «contestatárias da estrutura, programa e direcção da Intersindical» elegem a comissão de redacção da «Carta Aberta». Em Coimbra, a 26 de Março, o plenário da Intersindical decide convocar um congresso aberto a todos os sindicatos portugueses. A 27 de Abril é publicada a «Carta Aberta» em vários jornais. No 1º de Maio, organizado pela Intersindical, são oradores dirigentes da central e da «Carta Aberta». Também com o objectivo de preservar a unidade orgânica do movimento sindical, realizam-se em Julho plenários em empresas e reuniões de sindicatos a nível regional com a participação de elementos da «Carta Aberta». Em Agosto - quando os sindicatos da «Carta Aberta» que faziam parte da Mesa da Regunião Geral de Sindicatos deixam de comparecer às reuniões - as divergências resumem-se a duas grandes questões: a «Carta Aberta» quer a constituição de uma nova central sindical única, com igual número de representantes da «Carta» e da direcção da Intersindical na comissão organizadora do Congresso; a Intersindical propõe a reestruturação da central e recusa a paridade - posição decidida por unanimidade pelos 170 sindicatos (39 não filiados) que reuniram a 4 de Setembro, enquanto 50 sindicatos fora o máximo registado em reuniões da «Carta Aberta». Vários sindicatos subscritores da «Carta Aberta» integram-se nos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos.

Em 1 de Outubro o Governo revoga algumas disposições da lei sindical, para permitir a constituição de associações sindicais paralelas. Na mesma data são publicadas alterações à lei dos despedimentos e a lei dos contratos a prazo. Em Dezembro é publicado um decreto proibindo o desconto da quotização no salário, confessando o então ministro do Trabalho que tinha por objectivo «partir a espinha à Intersindical».

Com a participação de 1147 delegados de 272 sindicatos, 13 federações sectoriais e 17 uniões distritais, representando quase um milhão e setecentos mil trabalhadores, realizou-se em Lisboa, de 27 a 30 de Janeiro de 1977, o Congresso de Todos os Sindicatos. São aprovados novos estatutos da central, um programa de acção e um caderno reivindicativo imediato. Assumindo a designação histórica da central sindical da 1ª República (CGT), a Inter passa a chamar-se Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional.

20 anos de 1º de Maio

Conquistas da vida



1974

1979

1984



1989

1993

20 anos
**VIVA
1º DE MAIO**

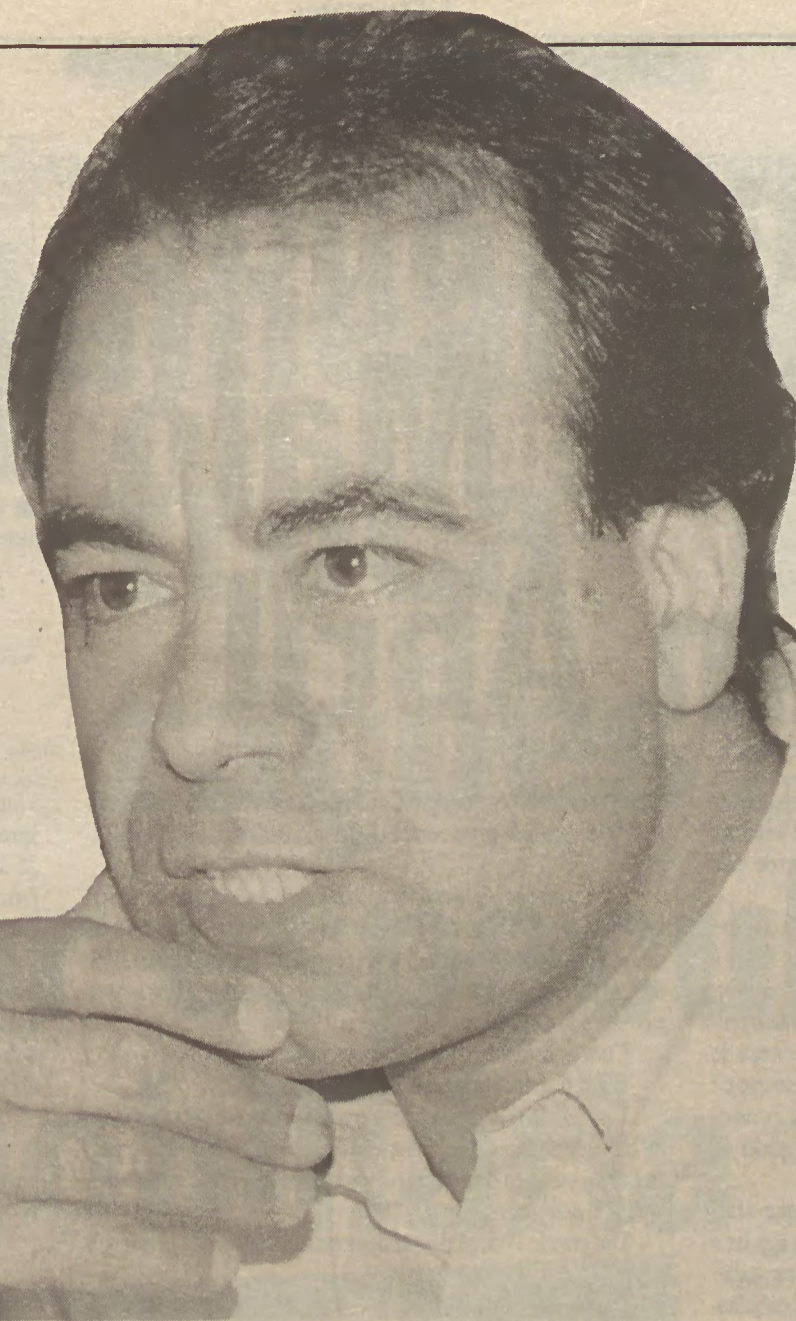
E as teorias do individualismo?

Uma coisa muito curiosa. Por um lado, assistimos à crescente internacionalização das economias, à crescente interdependência dos povos e das nações, fruto da evolução nos mais diversos campos (científico, tecnológico, da comunicação em geral...). Isso é um facto, embora cheio de contradições, que não está em causa. Neste contexto, regista-se uma teorização e procura de aplicação prática, por parte do capital e do liberalismo (expoente máximo da sua forma de exploração), da aceitação e sujeição de países e povos à internacionalização e da interdependência do ponto de vista global. Mas, no respeitante às relações entre os indivíduos, desde o local de trabalho à sociedade, o caminho é ao contrário, ou seja, valoriza-se a individualização e o egoísmo.

Esta é uma das grandes mentiras a que estamos a assistir nesta fase da nossa vida quanto às teorizações sobre qual é o caminhar da sociedade. Como é evidente, se no estado actual da sociedade há mais interdependências, mais necessidade há também de regulação e não de menos regulação. Isto é verdade do ponto de vista global, como é verdade no respeitante à vida de cada país e de cada sociedade organizada, tal como o é do ponto de vista da relação laboral ao nível do local de trabalho. Se há mais diversidade de situações - o que é uma evidência também

Texto
Anabela Fino

Fotos
Januário Trigo



Os sindicatos têm um grande futuro, o que não dispensa o debate do sindicalismo em função da sua essência

Este é um problema complexo no quadro em que vivemos. Por outro lado, há que ter presente que o confronto com o capital não vai terminar nos tempos mais próximos, pelo que vamos ter de travar muitas lutas. É preciso combater a ideia de que ao fazer a greve geral fica tudo feito. Não é assim. Na ordem do dia tem de estar o crescimento do protesto que leva à possibilidade concreta de uma greve geral com pleno êxito, mas simultaneamente pensar que a seguir vamos ter de continuar a luta.

Por isso, a CGTP tem procurado gerir este processo com muita ponderação, não permitindo o desgaste da própria forma de luta que é a greve geral. Mas estamos empenhados e consideramos que o aumento gradual do protesto é a melhor forma de construir a possibilidade de uma greve geral bem sucedida. No entanto, também neste domínio, é preciso ter em conta o quadro político e estar consciente de que há respostas a muitos dos problemas dos trabalha-

dores que exigem uma alternativa. Essa questão não pode ser secundarizada pelo movimento sindical.

Estás a pensar no sentido do voto...

O voto é uma arma muito importante, mas o movimento sindical não intervém directamente nessa forma de manifestação dos trabalhadores. O que diz é que há soluções que passam por uma alternativa a esta política e a este Governo.

Estás confiante no futuro do movimento sindical?

O futuro da sociedade humana passa inevitavelmente por uma mudança de caminho. Pensarmos numa sociedade sem exploradores nem explorados não é uma utopia. O futuro será construído com mais

certa "condenação" ao entendimento e isso seria bom. É preciso no entanto dizer que hoje não há uma aquisição de unidade na acção em termos globais, mas apenas registos pontuais que em certos momentos tem pontos positivos e até muito positivos, mas que nem por isso deixam de ser pontuais.

Defendemos, programaticamente, a importância de caminhar para a unidade orgânica, mas consideramos que seria 'pior a emenda do que o soneto' se houvesse uma unidade orgânica que não correspondesse ao assumir desse sentido de classe, dessa garantia de participação, dessa afirmação dos interesses e dos direitos dos trabalhadores em pleno, perante um projecto sindical em desenvolvimento.

Seria uma cabeça sem corpo...

... em que ninguém de boa-fé está interessado. Agora, trabalhar-se séria e solidamente para a unidade, apesar de diferenças profundas - denunciando inclusive, permanentemente, as acções de divisão dos trabalhadores, as posturas antitrabalhadores na perspectiva de classe que referi - isso sim, potenciando e valorizando sempre o que se pode unir e o que se obtém em função dessa unidade.

O futuro imediato não se afugura fácil para o mundo do trabalho. Já houve um Aviso... E agora? Quais as perspectivas de acção?

Houve um 'Aviso' que exteriorizou um descontentamento muito grande dos trabalhadores. Penso que o 'Aviso' de 24 de Março ficará como um dos grandes momentos de luta dos trabalhadores portugueses, com experiências e resultados positivos muito importantes do ponto de vista imediato, do ponto de vista da marcação de parâmetros para intervenção no futuro e do impacto que produziu na organização e motivação dos dirigentes. Esse 'Aviso', no entanto, continua sem ter resposta. O patronato e o Governo estão determinados no afrontamento aos trabalhadores, pelo que temos de manter um estado crescente de protesto e encontrar dias de forte protesto.

No 1º de Maio, a CGTP vai apresentar conteúdos reivindicativos no sentido de orientar a intervenção em cada sector e em cada empresa, mas também conteúdos reivindicativos aglutinadores dos trabalhadores, e simultaneamente formas de luta que dêem dimensão a estes momentos de forte protesto. O caminho vai ter de prosseguir com a intensificação da luta, podendo mesmo chegar-se à greve geral. Há que dizê-lo. É uma necessidade evidente, mas tendo em conta que se trata da forma mais elevada de luta de que os trabalhadores dispõem, não pode deixar de ser pensada e organizada em função de uma estratégia que sirva os interesses dos trabalhadores e que do ponto de vista social e político seja impulsionadora de mudanças positivas.



Os problemas dos trabalhadores passam por uma alternativa a esta política e a este Governo

solidariedade, justiça social, mais tolerância e melhor relacionamento entre as pessoas, com mais fraternidade, com mais paz, com mais democracia na sua aceção plena, e não com egoísmo, com individualismo e com esta lógica hoje reinante do 'salve-se quem puder'. Se os sindicatos centram a sua intervenção nestes valores, é evidente que são organizações de grande futuro. Aliás, os sindicatos são das organizações mais perenes no contexto da Revolução Industrial, o que também nos deve levar a reflectir. Isso quer dizer alguma coisa. Hoje estão acossados e fortemente acossados, mas vão resistir, evoluindo naturalmente nas suas formas organizativas - com todos os reflexos que isso possa ter nas suas estruturas e formas de direcção - e nas suas posturas em diversos campos.

Os sindicatos têm um grande futuro, o que não dispensa o debate do sindicalismo em função da sua essência, em função da participação dos trabalhadores. Todas as estratégias de intervenção, das diversas correntes de opinião, devem ser vistas a partir dessa essência, de forma a que os trabalhadores assumam cada vez mais a defesa dos seus interesses e dos seus direitos.

os!

da Silva

nos vínculos laborais - então a necessidade de regulação e de equilíbrio entre todas essas situações diferenciadas é cada vez mais imperiosa.

Esta é outra das questões que nós precisamos de aprofundar.

O panorama que acabaste de descrever acentua a necessidade, e em Portugal isso tem-se vindo a sentir, da unidade da acção sindical...

A unidade é cada vez mais necessária, a unidade entre todos os trabalhadores, a unidade construída a partir do concreto. Gostamos muito da afirmação "unidade na acção" justamente porque pressupõe unidade para agir, para caminhar, não para estar parado.

Neste movimento de competitividade desenfreada, sem uma dimensão social, gera-se uma espiral regressiva que vai eliminando direitos individuais e colectivos em todos os povos e em todas as latitudes, conduzindo sempre a um caminho cada vez mais próximo da exploração absoluta dos trabalhadores

Estás a fazer referência às recentes acções conjuntas com a UGT? As duas organizações estão "condenadas" ao entendimento?

O movimento sindical necessita de trabalhar todos os dias, e cada vez mais, na construção da unidade entre todos os trabalhadores e da unidade na acção, no sentido em que me estava a referir. É este o caminho para dar dimensão à palavra solidariedade, assumida no que possa ser a expressão mais positiva do próprio termo. Também neste domínio da solidariedade há uma questão de fundo que o movimento sindical e todos os amantes dos valores da democracia precisam de afirmar: a sociedade tem que ser responsabilizada, no seu conjunto, pela afirmação da solidariedade.

O capital distribui uma fatia do rendimento cada vez mais pequena aos trabalhadores e depois defende que os trabalhadores suportem 'solidariamente' os problemas do país com essa fatia. Ora, a solidariedade é um problema global da sociedade. Retomamos aqui o problema da distribuição da riqueza que já referi. Nós não podemos aceitar estes conceitos falsos de solidariedade.

E quanto à unidade?

Como ia dizendo, os trabalhadores precisam de unidade na acção, a partir dos seus problemas concretos, dinamizada a partir da base.

O sindicalismo tem de reflectir sobre a sua evolução a partir destas referências e da sua essência. E a sua essência é a participação dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e dos seus direitos.

É esta unidade que hoje se deve procurar. Para que existam alternativas na sociedade, para que existam alternativas mesmo do ponto de vista político e social no nosso país, a unidade na acção é essencial e nós pela nossa parte estamos dispostos a tudo fazer nesse sentido.

Quanto à questão se CGTP e UGT estão "condenadas" a entender-se, o que posso dizer é que, se caminharmos positivamente, há uma

Um grande 1.º de Maio com Abril

Foi no 1º de Maio de 1974 que Abril foi legitimado pelos trabalhadores e pelo povo português.

Sem dúvida que foi o anseio de liberdade e de democracia a força motora e mobilizadora que levou aquela formidável torrente humana a invadir as ruas das principais cidades e localidades do país e particularmente ao Estádio 1º de Maio em Lisboa. Mas as fundas aspirações de maior justiça social, de dignificação e cidadania plena, do estatuto do trabalho, de pôr fim à exploração e à opressão existente nos locais de trabalho, pulsavam nas ruas e haveria de marcar o desenvolvimento de todo o processo democrático que se seguiu.

Os inimigos de Abril ou os que nele participaram para o sustentar nas baías duma democracia formal, alguns historiadores feitos à pressa e poderosos meios de comunicação social tentam agora diluir e denegrir o papel do movimento operário antes e durante o processo da Revolução de Abril a fim de esconderem a natureza de classe da ditadura fascista. Fazem-no com a consciência de que tal natureza, devidamente interpretada nos dias de hoje, deixa incomodados todos aqueles que querem recuperar e restaurar o poder do privilégio e da fortuna usando o poder do Estado.

Não era por sadismo ou exercício satânico do poder que o fascismo usava todos os seus instrumentos repressivos para jugular a liberdade sindical, o exercício do direito à greve e à contratação colectiva, para impor a discriminação salarial às mulheres trabalhadoras, para vigiar, prender, torturar e, se necessário, assassinar dirigentes operários e sindicalistas que se destacavam na luta.

Faziam-no porque serviam alguém. Faziam-no para servir o grande capital monopolista e os agrários sacrificando milhões de famílias portuguesas aos efeitos da emigração, do desemprego, da guerra, do analfabetismo, do medo e da insegurança, reduzindo o estatuto do trabalho a coisa sem valor.

La haver um grande 1º de Maio em 1974 não porque o Governo de Caetano estivesse no caminho da abertura. Antes pelo contrário. A PIDE tinha as listas prontas para prender sindicalistas que tinham conquistado alguns sindicatos e formado a CGTP. Maio estava proibido como proibidos estavam os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Honra e mérito aos corajosos capitães de Abril que no seu acto libertador fizeram com que Maio fosse maior.

Mas importa lembrar quantas lutas não foi necessário travar, quantos sacrifícios não foi necessário passar, quantos riscos não foi preciso correr para conquistar direitos, elevar novas vontades e consciências que haveriam de validar Abril e transformar a própria vida.

É importante que se diga que os direitos dos trabalhadores não nasceram por geração espontânea, não foram inventados por decreto ou criados pelos centros de decisão do poder político da altura.

Os direitos foram conquistados exercendo-se. A CGTP já existia antes do 25 de Abril. Os trabalhadores não obedeceram a nenhum manual para formar os seus sindicatos, eleger as suas Comissões de Trabalhadores e realizar o controlo de gestão em defesa dos seus direitos, da economia nacional e da jovem democracia.

Afirmaram o seu direito à greve, fazendo-a.

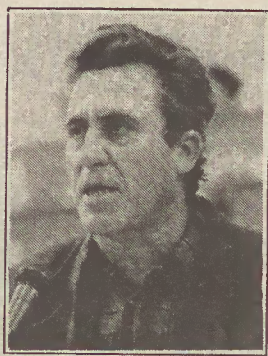
Quem fez o 1º de Maio de 74 foram os trabalhadores e os sindicatos.

Mas acima de tudo foram eles quem durante o processo de Abril mais depressa perceberam que a democracia, onde a liberdade tem um valor intrínseco, é inseparável nas suas componentes política, económica, social e cultural - lição e ensinamento que o PCP inscreve no seu Programa e nos seus objectivos.

A vinte anos de distância, quando se assiste a tentativas de reescrever a história, louvar inimigos de Abril e distorcer o papel do movimento operário na vitória, nas transformações, realizações e na defesa do 25 de Abril, há que lembrar e saudar os milhares de homens, mulheres e jovens que com a sua luta deram contribuições muito mais valiosas que alguns que hoje se arrogam de estar na primeira fila da construção da democracia.

As comemorações dos vinte anos do 1º de Maio em liberdade vão ter uma forte componente de luta.

De luta porque o Governo do PSD desencadeia uma forte ofensiva contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, contra a segurança no emprego, fomentando o desemprego através da destruição do aparelho produtivo, impondo o garrote na liberdade de negociação de contratação colectiva e nos salários, aplicando serviços mínimos que precarizam as relações de trabalho para restabelecer velhos medos e novas inseguranças. Não prende sindicalistas mas manda-os vigiar e escutar.



■ JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Um grande 1º de Maio com Abril que continua solidamente ancorado no coração e no sentir dos trabalhadores portugueses e que talvez por outras formas e, quem sabe, com outros nomes, há-de ser concretizado nos seus valores e ideais por outras gerações que não tardam.

E será que o faz porque Cavaco e seus ministros estão possuídos de vontade ruim contra tal ou tal sindicalista ou trabalhador?

Claro que não. Quer servir os Mellos ali na Lisnave, quer servir a multinacional ABB ali na Mague, quer servir o poder do dinheiro e do grande capital quando privatiza e legisla pacotes laborais. Apesar de Abril e da Constituição. Se necessário contra Abril e contra a Constituição.

Com tenacidade os trabalhadores resistem e lutam.

E vão realizar um grande 1º de Maio da CGTP.

Um grande 1º de Maio que se traduza numa elevada expressão da luta que se trava e continua nas empresas e nos sectores pelo emprego, contra o desemprego, por melhores salários e melhores horários, pela garantia dos direitos.

Um grande 1º de Maio que demonstre a vontade de prosseguir

a luta caso o Governo persista em não responder às reivindicações apresentadas pela CGTP-IN e ratificadas nas grandes acções de 26 de Fevereiro e 24 de Março, continuadas pelos trabalhadores ferroviários, da Carris, da Administração Local, Central e Regional, da Torralta.

Um grande 1º de Maio com Abril que continua solidamente ancorado no coração e no sentir dos trabalhadores portugueses e que talvez por outras formas e, quem sabe, com outros nomes, há-de ser concretizado nos seus valores e ideais por outras gerações que não tardam.

Contrariando a descrença de alguns e as tristes rectificações de uns quantos, as grandes manifestações populares de comemoração dos 20 anos da Revolução de Abril foram um sinal inequívoco de que Abril valeu e vale a pena.

Assim o reafirmaremos no 1º de Maio. ■



E quer que os trabalhadores paguem...

Vitamealo troca rações por especulação imobiliária

Poucos meses depois de um presidente do conselho de administração proclamar que a empresa não estava à venda e anunciar um plano de recuperação da imagem, a produção parou e os salários deixaram de ser pagos. Pelo meio, surgiu um projecto de loteamento para quase 170 mil metros quadrados.

A Comissão de Trabalhadores da Vitamealo - com quem estivemos na semana passada - endereça todas as responsabilidades à accionista maioritária do grupo Sociedade Nacional de Sabões, Maria Helena Marques de Sousa. E acusa o Governo e os organismos oficiais de nada fazerem, quer para garantir os direitos dos trabalhadores, quer para assegurar a correcta aplicação dos fundos comunitários e estatais concedidos à empresa para modernização e para formação profissional (quase 40 mil contos).

A Vitamealo Portuguesa, produtora de rações e alimentos compostos para animais, foi criada em 1963 e faz parte do grupo SNS, a par de empresas como a própria Sociedade Nacional de Sabões e a Fábrica Nacional de Margarina. As suas instalações situam-se em Marvila, na zona oriental de Lisboa, em terrenos contíguos à Expo 98 (ainda que não abrangidos directamente na área da exposição). A Vitamealo, como recordaram os membros da CT, já teve 250 trabalhadores e chegou a facturar 4 milhões de contos anualmente.

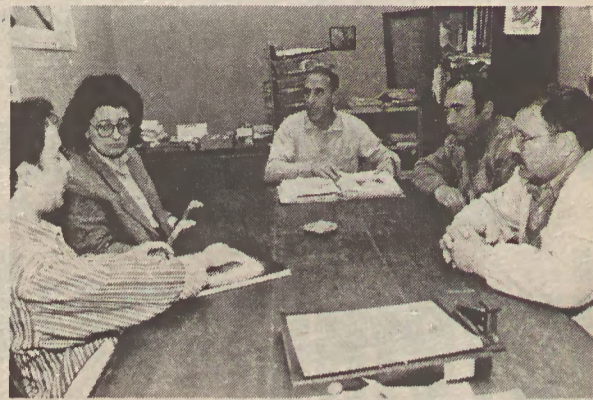
Hoje, a empresa tem 66 pessoas ao seu serviço, a quem deve, segundo a CT, cerca de 60 mil contos de remunerações desde o passado mês de Outubro; deve ainda cerca de 60 mil contos à Segurança Social e 20 mil ao fisco (IRS). O capital social da Vitamealo é de 900 mil contos e tem um património avaliado em mais de dois milhões de contos.

A administração, eleita em Julho do ano passado, pediu a demissão há dois meses, alegando que a inviabilidade da Vitamealo é «uma realidade para a qual não se vê outra saída, que não seja o recurso à aplicação do DL 132/93», ou seja, declarar a falência ou insolvência da empresa. A produção, essa, já estava parada desde Outubro.

SNS e Governo têm responsabilidades

Os representantes dos trabalhadores contestam esta argumentação e recordam factos que os levam a supor que «por detrás disto está a especulação imobiliária».

Numa circular aos clientes, distribuída em Junho de



1992 pelo então presidente do conselho de administração, Jorge Van Zeller, fazia-se questão de frisar que «a Vitamealo não está à venda e não está nas intenções dos seus accionistas a sua alienação ou cessação de actividades». E adiantava-se que «muito pelo contrário», «está em curso um grande plano de recuperação da imagem da empresa, que passa fundamentalmente pela

melhoria do serviço que iremos dispensar a todos os nossos clientes e amigos».

Em Março de 1993 foi apresentado solenemente o «projecto de melhoria da produtividade», desenvolvido no âmbito do PEDIP, com custos avaliados em mais de 50 mil contos e uma participação oficial de mais de 70 por cento.

Em Setembro veio a lume a aprovação do projecto de loteamento para toda a área da Sociedade Nacional de Sabões, estimando-se o valor dos terrenos entre 8 e 10 milhões de contos («Público»/Economia, 13 de Setembro de 1993). Admitia-se, então, que a actividade industrial fosse transferida para o concelho de Loures (a Fábrica Nacional de Margarina tem instalações em Sacavém).

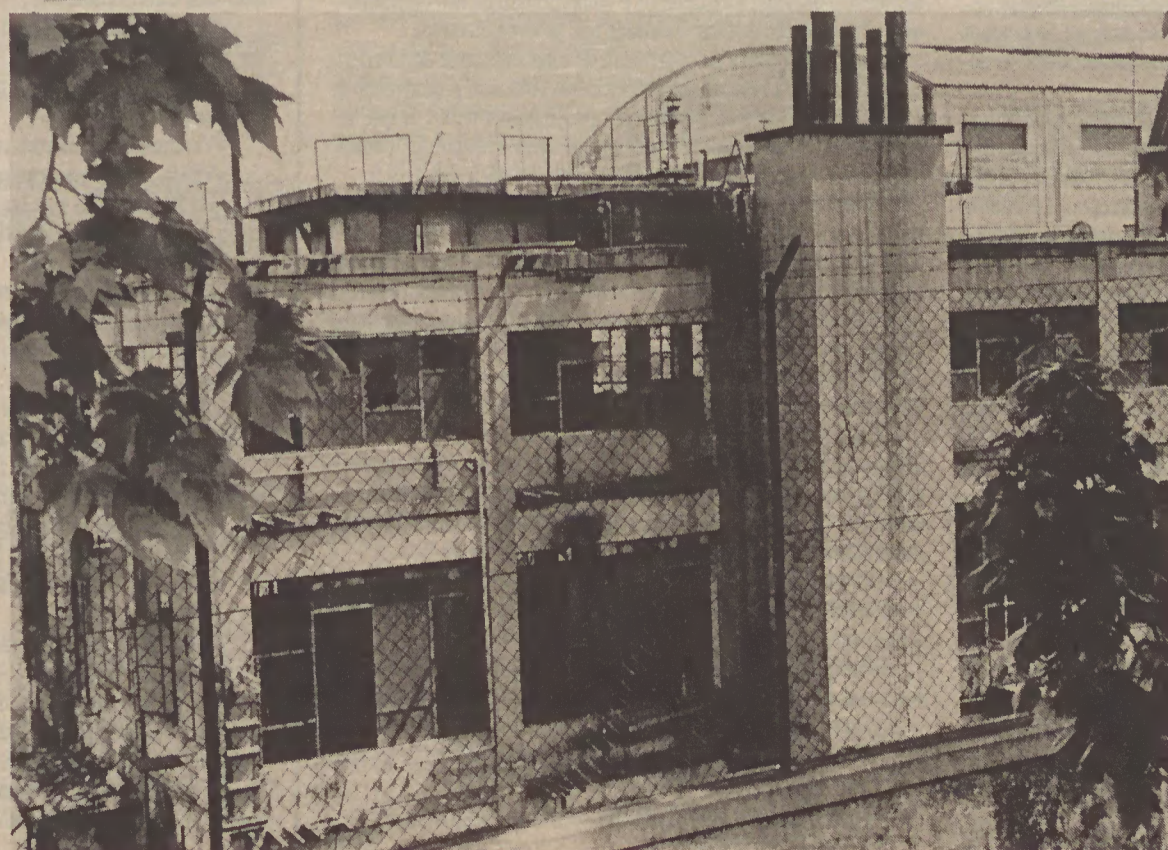
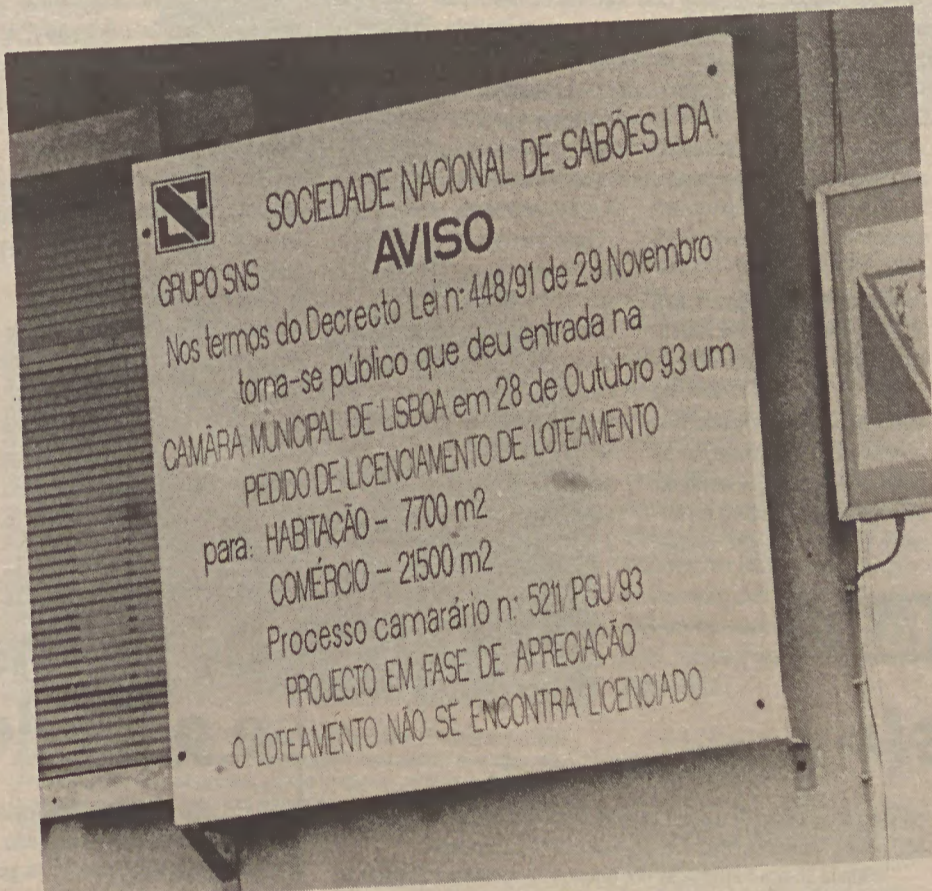
Passado um mês, a produção da Vitamealo foi paralisada, por decisão dos responsáveis da empresa e sem qualquer reparo por parte do Governo. Pelo contrário, do executivo laranja o que veio foi, 4 meses depois da produção estar parada, o pagamento da última *tranche* das verbas atribuídas pelo PEDIP! «É escandaloso», indignam-se os membros da comissão de trabalhadores.

Para estes, a inviabilidade é um argumento que não convence, por tudo o que as administrações diziam até há poucos meses, pelo apoio oficial dado aos projectos e por um facto tão demonstrativo como o que nos contaram: «a produção está parada há 6 meses, e ainda hoje continuam a chegar pedidos de fornecimento».

Convicta de que não há falta de clientes nem qualquer crise de mercado, a CT da Vitamealo (apoiada pelos sindicatos) recusa que sejam os trabalhadores a pagar os custos de uma decisão que foi tomada pela accionista maioritária com consentimento do Governo: «Se querem fechar, que assumam as responsabilidades e paguem aquilo a que os trabalhadores têm direito», afirmaram os membros da CT à nossa reportagem, adiantando

que só os créditos que têm constado dos relatórios e contas desde 1987 dariam, se fossem cobrados, para pagar todas as dívidas actuais e ainda as indemnizações a que o pessoal legalmente tem direito pelo encerramento.

Mas Helena Marques de Sousa não parece disposta a assumir as suas responsabilidades e recusa-se a reunir com a CT da Vitamealo para discutir o futuro da empresa e o pagamento da dívida aos trabalhadores. Estes, desde Outubro sem salários, continuam a ir todos os dias para a fábrica e não se mostram dispostos a ficar de braços cruzados perante a injustiça de que estão a ser vítimas. Já contactaram os ministérios do Emprego e da Indústria, já escreveram ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, já participaram numa concentração à porta da empresa juntamente com os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões (também estes com salários em atraso) e não vão ficar por aqui.



V Encontro Nacional da Juventude

Associações juvenis contestam Governo



O Encontro Nacional da Juventude, onde estiveram duas centenas e meia de associações de jovens, foi violentamente crítico em relação ao Governo

Realizado em Tróia no fim-de-semana de 17 e 18 de Abril, com a presença de cerca de 650 jovens a representar 249 Associações Juvenis, o V Encontro Nacional da Juventude, o mais participado de sempre, assumiu-se como um importante fórum de debate e discussão do Movimento Juvenil Português, e permitiu, a quem ainda alimentava dúvidas, constatar o profundo descontentamento da juventude portuguesa com a situação social em que vive e aferir da sua disposição para transformar essa situação.

O Encontro, organizado por uma Comissão que integrava o Conselho Nacional da Juventude e representantes eleitos das várias expressões do Movimento Juvenil (Associações de Estu-

dantes do Secundário e Superior, Associações Locais e Regionais), contou com uma sessão de abertura subordinada ao lema "Os nossos direitos têm 20 anos", e prosseguiu, no Sábado, com debates em painéis, tendo-se no Domingo realizado a sessão de encerramento.

Dos debates, importa salientar a contestação generalizada à acção governativa do PSD e, uma crítica, ainda mais consensual, à actual situação juvenil. É assim, que do emprego à educação, passando pela cultura, desporto, protecção ambiental, toxicodependência, habitação, é exigida, em todos os painéis e grupos de trabalho, uma política diferente, virada para a resolução dos problemas juvenis e satisfação dos seus anseios.

De destacar a discussão sobre Educação, onde a reforma do Sistema Educativo foi alvo de uma severa crítica, onde se exigiu uma nova política de apoio social, uma nova política educativa para o Superior e se reafirmou que cabe ao Estado o financiamento do Ensino Superior. Das conclusões deste painel transcrevemos os dois seguintes parágrafos:

«Tendo em conta que a taxa de analfabetização em Portugal atinge níveis inaceitáveis, sendo que é a mais alta da Europa e, simultaneamente, que ao nível da formação da população activa é semelhante ao registado nos países do terceiro mundo, conclui-se que,

caso não se inverta o sentido da actual política educativa, o atraso do nosso país tenderá a agravar-se em relação aos restantes países europeus.»

«A Educação deve ser encarada por parte do Estado, ou seja, por todos nós, como um investimento a longo prazo. Tal investimento encerra em si mesmo uma preocupação civilizacional, no sentido em que está intimamente ligado à sobrevivência e desenvolvimento de valores fundamentais, como os da democracia, da liberdade, da cidadania... Os frutos a colher são os do progresso social e cultural, são em suma, os frutos de um desenvolvimento multifaceta-

do e humanista, que reclama o nosso país.»

Particularmente crítica foi a posição do Encontro sobre a autodenominada política de juventude do Governo, acusado de não apoiar o associativismo juvenil e de montar uma máquina realizadora de iniciativas para os jovens, que acumula com a função de distribuidor de benesses pelas clientelas e de controlador do Movimento Juvenil. Aliás, a postura da Secretaria de Estado da Juventude no que respeita a este Encontro é bem ilustrativo desta situação: solicitada a dar o seu apoio ao Encontro, com três meses de antecedência, acabou por fazê-lo a 24 horas do seu início, colocando evidentes entraves à Comissão

Organizadora, que a essa distância do Encontro não possuía os meios financeiros indispensáveis para o seu sucesso.

Este Encontro permitiu ainda avaliar bem do reconquistar de valores fundamentais por parte do Movimento Juvenil Português: os valores da Solidariedade e do inconformismo, associado a uma verdadeira intenção de participar para a transformação. Afinal, aquilo que seria de esperar de uma juventude que, desde há anos, se encontra mergulhada numa luta contra a política juvenil do PSD.

Manuel Gouveia
Membro do Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa

Manifesto

«Somos solidários!»

Aprovado por unanimidade, do Encontro saiu o manifesto que reproduzimos:

«Somos jovens, cidadãos de pleno direito, actores e construtores da nossa Sociedade, apostando na realização das nossas utopias.

«Não aceitamos o individualismo e a banalização de fenómenos como a violência e a injustiça, com os quais nos querem forçar a conviver sem nos revoltarmos.

«Não aceitamos que hoje ainda o dia-a-dia de tantos seja marcado por perseguições, tortura, exploração, opressão, fome e miséria extrema.

«Não aceitamos que prevaleça a precarização e desintegração social, o crescimento do desemprego, a persistência do trabalho infantil, e que falte uma perspectiva de vida para tantas mulheres e homens, cada vez mais à margem de uma vida digna.

«Não aceitamos a falta de vontade política para enfrentar o desperdício dos recursos naturais, a deterioração e poluição do ambiente.

«Não aceitamos que, de forma irresponsável, os governos apresentem os estrangeiros e os imigrantes como bodes expiatórios para os problemas que enfrentam, desenvolvendo uma acção promotora de atitudes racistas e xenófobas.

«Não aceitamos a existência de práticas discriminatórias em relação a qualquer minoria da nossa sociedade.

«Não nos acomodamos ao facto de vivermos na parte menos instável e mais desenvolvida do planeta, porque temos consciência que tal se deve à instabilidade, às desigualdades sociais e à miséria que cresce noutras.

«Assumimo-nos como parte integrante de um todo planetário que queremos harmoniosamente desenvolvido.

«Estas realidades têm causas de raiz política e económica de que devemos tomar consciência, para as nossas acções individuais e colectivas.

«Assumimo-nos como parte integrante de um todo planetário que queremos harmoniosamente desenvolvido.

«A nossa solidariedade é-nos imposta pela nossa condição de cidadãos, e tudo faremos para desenvolver uma sociedade que sobre-

ponha à mera busca do lucro uma verdadeira solidariedade entre países, povos, mulheres e homens, combatendo a indiferença.

«Impõe-se-nos a afirmação dos direitos fundamentais de todas as mulheres e homens, e assumimos o compromisso de nos empenharmos na construção de uma sociedade que os torne efectivos.

«Empenhamo-nos na construção de uma sociedade de tolerância, que respeite e assuma a diferença como um valor, promovendo a multiculturalidade e sem qualquer tipo de muros como os que se erguem agora com as actuais políticas de asilo e imigração, consequência dos acordos de Schengen.

«Empenhamo-nos na construção de uma sociedade que respeite os direitos económicos e sociais de todos os cidadãos, permitindo-lhes uma vida digna e de qualidade, atribuindo a todos os Estados uma real igualdade perante o Direito Internacional, acabando com os imperialismos, com a escravatura das dívidas externas, reconstruindo a relação comercial entre os Estados em bases justas e que permitam o desenvolvimento de todos, acordando numa base comum de direitos e tempo de trabalho.

«Empenhamo-nos na construção de uma sociedade onde a autodeterminação e independência dos povos seja um direito inquestionável, e que considere todos os povos deste planeta como identidades únicas que importa respeitar, e cujo desaparecimento, mesmo que cultural, resulta numa perda irrecuperável para todos.

«Empenhamo-nos na construção de uma sociedade que proceda a um desenvolvimento auto-sustentado, preservando o meio ambiente, salvaguardando o presente e o futuro.

«Porque no presente há rostos e razões para estas situações, afirmamos que todos os povos:

«Têm direito a uma Pátria;

«Têm direito à Paz;

«Têm direito a decidir livremente o seu caminho;

«Têm o direito a construir as suas vidas;

«Têm direito à liberdade;

«SOMOS SOLIDÁRIOS.»

Os jovens e o 25 de Abril

Uma das moções aprovadas neste Encontro, com apenas uma abstenção, diz o seguinte:

«Fazemos parte duma geração que sempre viveu em liberdade e em democracia.

«Que exprime livremente as suas opiniões e sentimentos, sem medo de falar alto

«Que é livre de se organizar em associações, grupos ou partidos políticos.

«Vivemos dia a dia com entusiasmo e paixão,

«Vivemos, amamos, sentimos e protestamos em Liberdade.

«Há 20 anos atrás este era o sonho de todo um povo que viveu 48 anos amputado de todos os seus direitos. Tinha apenas o direito de sonhar.

«Mas sonhava e agia enfrentando as prisões e a tortura. Dando as suas vidas por outra vida melhor. E fez o 25 de Abril.

«A Liberdade e a Democracia, tal como se conquistam, também se perdem

«Cresceu sobre a sociedade, os sinais de controlo, claros na repressão aos estudantes, aos trabalhadores e aos imigrantes.

«Multiplica-se a violência, a marginalidade, a precariedade, a frustração da desintegração social.

«É agora fundamental o exercício dos nossos direitos.

«O direito a um emprego certo e seguro.

«O direito a uma Educação de qualidade para todos.

«O direito à Saúde.

«O direito a uma habitação digna.

«O direito à realização pessoal.

«Em suma, o direito a sermos felizes.

«Se é verdade que a nossa geração, a de 20 anos, é filha da liberdade e da democracia conquistadas, também é verdade que tem hoje o grande desafio de as manter e exigir que elas se apliquem no dia-a-dia.»

NOVA
POLÍTICA
para o ENSINO
SUPERIOR

ENCONTRO
NACIONAL
ENSINO
SUPERIOR

Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP

Estudantes comunistas

discutem formas de luta

contra política educativa

A Organização do Ensino Superior da JCP vai realizar, no próximo sábado no anfiteatro 3 da Faculdade de Letras de Lisboa, o seu Encontro Nacional do Ensino Superior. Uma reunião que se realiza num momento em que existem mudanças na política educativa levada a cabo pelo Executivo de Cavaco Silva e da ministra Manuela Ferreira Leite, ao mesmo tempo em que se enraizou nos estudantes um firme espírito de luta contra os objectivos do Governo, que em dois anos levou já à demissão de dois ministros. Das razões para a realização deste Encontro e da matéria que nele vai ser discutida falámos com Ricardo Oliveira, estudante do Ensino Superior e membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP. O que se pretende, segundo nos diz o nosso entrevistado, é, antes do mais, «uma grande discussão, uma grande troca de ideias de forma a enriquecer o nosso trabalho».

Este Encontro vai realizar-se entre duas Conferências do Ensino Superior - órgão máximo da estrutura da JCP dedicada a esta frente - o que significa um acontecimento excepcional, para o qual gostaria que explicasse as razões.

Este Encontro acontece pelas alterações que ultimamente têm acontecido na política educativa e na situação da luta estudantil. É o caso da nova lei das propinas, com todas as suas implicações negativas e as necessárias alterações que irá provocar na postura da luta dos estudantes, nomeadamente na questão de boicotes e não pagamentos, já que a nova lei veio alterar para o ano lectivo de 93/94 as condições de luta que anteriormente tínhamos.

Por outro lado, existem alterações no Movimento Associativo, com as grandes vitórias das listas de unidade, a consequente nova composição desse Movimento e até a nova posição da JSD, nomeadamente através da FAP (Federação Académica do Porto), de alguma participação na luta estudantil.

Temos também uma nova ministra, Manuela Ferreira Leite, que tem vindo a tomar posições de aparente abertura para o diálogo, diálogo mascarado, mas que nos obriga a enfrentar novos desafios.

Estás quer dizer que a nova lei das propinas e a fixação pelo Ministério do valor de pagamento para este ano, são factos que estão a dificultar a luta dos estudantes, em relação à situação anterior?

Não. O que quero dizer é que há formas diferenciadas de luta e há condições diferentes de actuar. O que antes levou os estudantes para a rua continua de pé, nada, nesse aspecto, se alterou. Todas as medidas que têm vindo a ser tomadas desrespeitam as reivindicações e as ideias dos estudantes, das próprias universidades, de todos os agentes do ensino. Há cada vez mais razões para a luta, não só no que diz respeito às propinas, mas sobretudo quando essa luta se alarga a questões como a acção social escolar, financiamento, avaliação, estatuto particular e cooperativo, etc.

Agora teremos de avançar em outras condições. Quando há um ano atrás lançámos o boicote ao pagamento das propinas existiam determinadas condições. Agora teremos, se calhar, de pensar numa nova forma de evitar esse pagamento. Por exemplo: na Universidade de Lisboa tentou-se aprovar no Senado uma proposta que faria a devolução desse dinheiro aos estudantes, mas não foi possível discutir essa matéria na última reunião. Na Universidade Técnica prepara-se algo de semelhante...

Naturalmente que as grandes manifestações e as grandes acções de luta continuam a ter a sua credibilidade e a sua razão de ser. A luta institucional é que terá de fazer face a novas realidades.

Nenhuma forma de luta está afastada

Mas a recusa ao pagamento de propinas é ideia afastada?

É uma das ideias possíveis. Mas com esta nova lei é perigoso avançar nesse sentido, tal como pretendem alguns sectores do Movimento Associativo, porque o boicote nacional colocaria em risco muitos estudantes, caso não seja bem pensado e executado. A nova lei implica uma anulação da matrícula a quem não pagar as propinas. Nós não queremos que se pague, mas também não queremos que um estudante deixe de ser estudante por causa das propinas...

Objectivos para este Encontro: o reforço do Movimento Associativo, o reforço da luta estudantil, o papel dos estudantes comunistas nas escolas e o reforço da JCP.

Sim, eles têm vindo a tentar mostrar que não têm nada a ver com o Governo, que são «uns coitadinhos», etc. Mas a nossa principal preocupação é se eles vão enveredar pela assinatura de um novo contrato social, ou coisa semelhante, com o Governo, tentando desfazer a luta. Naturalmente, mesmo quando actualmente avançam com propostas de luta muito avançadas para as ideias que têm, as razões que estão na base dessas posições críticas em relação ao Governo não são as razões que os estudantes têm para avançar para a luta. Eles não criticam a política de fundo, queixam-se apenas de falta de diálogo ou da má aplicação de algumas medidas, o que é muito pouco.

Neste Encontro vão estar estudantes de todo o país?

Este Encontro Nacional do Ensino Superior surge depois de um grande debate em toda a organização, onde traçámos cinco objectivos para esta reunião: a análise da política educativa dos

últimos tempos, o reforço do Movimento Associativo, o reforço da luta estudantil, o papel dos estudantes comunistas nas escolas, e, no fundo o reforço da JCP. Vamos contar com a participação de camaradas e amigos de todo o país, seja das três grandes academias, seja de

outras universidades ou expressões do Ensino Superior, como o particular e cooperativo ou o Ensino Politécnico. Não pretendemos que esta seja uma iniciativa fechada apenas a comunistas e por isso vamos também convidar alguns amigos que têm colaborado connosco.

25 de Abril e 1º de Maio

Em relação ao papel do jovens comunistas nas escolas, há certamente situações muito diferentes: escolas onde os comunistas são muitos, outras onde serão em menor número. Que diferenças de actuação isso implica?

É um debate que teremos de travar. Seja em que situação for, os jovens comunistas têm sempre participado na vida das escolas e na luta. Mas como as situações são de facto diferentes por todo o país, é necessária uma grande discussão, uma grande troca de ideias de forma a enriquecer esse nosso trabalho, detectando insuficiências, quais os nossos sucessos, como avançar, etc.

Poderás desde já enunciar quais as grandes questões que vão estar em debate neste Encontro e em que documentos ele se vai exprimir?

Vão ser apresentadas duas Resoluções, uma que faz a caracterização da política educativa dos últimos tempos e outra sobre o que nós teremos de fazer, quais as nossas prioridades e linhas de acção.

Há por outro lado que considerar que o Encontro se realiza poucos dias depois do 25 de Abril, sendo este o ano em que se comemoram os 20 anos da Revolução, e num contexto em que parece que se tenta branquear o que se passou no regime fascista e se coloca em causa os direitos conquistados pelos estudantes, há alguns retrocessos que até estão na base das lutas estudantis de hoje. Por isso tudo iremos apresentar uma Moção sobre o 25 de Abril e também sobre o 1º de Maio, já que o Encontro se realiza na véspera de mais um Dia do Trabalhador e para nós a luta dos trabalhadores é determinante para as mudanças necessárias na sociedade.

Também as eleições europeias e a participação dos estudantes na campanha será objecto de uma moção, já que os estudantes das Universidades têm idade para votar e nós deveremos fazer um esforço para os sensibilizar para as ideias e propostas da CDU.

Para além disso, como é natural, poderão aparecer outras ideias e propostas nascidas do próprio debate que vai ocorrer no sábado, que poderão exprimir-se ou em alterações aos documentos propostos ou em novos documentos e tomadas de posição.



RICARDO OLIVEIRA: «O tipo de Movimento Associativo que se desenha e aparentemente se enraíza, é o tipo de Movimento Associativo que a própria JCP e o Partido sempre defenderam: um Movimento Associativo de unidade.»

Associativo que a própria JCP e o Partido sempre defenderam: um Movimento Associativo de unidade, não composto por elementos deste ou daquele partido, mas essencialmente por estudantes. É um Movimento Associativo partidariamente independente, não instrumentalizado, de unidade estudantil em torno dos problemas da universidade e do Ensino Superior.

A JCP tem aqui um papel importantíssimo, já que em muitos casos é a participação de estudantes comunistas que impulsiona a participação nas eleições destas listas de unidade.

O papel dos comunistas

Queres dizer com isso que são os estudantes comunistas que estão à frente desse Movimento?

Não, mas a sua influência no processo é muito grande, dado o seu tipo de participação. Desde o início da luta que temos vindo a criar com os outros estudantes este Movimento Associativo, que, fundamentalmente, nasce de grupos informais existentes nas escolas, decontentes com a actuação das Associações de Estudantes - por sua vez conotadas com a política do Governo - que então mobilizaram os outros jovens para a luta e, hoje, acabam por estar na Direcção dessas Associações. É evidente que os estudantes comunistas, no início e em todo o processo da luta, tiveram e têm um papel importantíssimo na sua dinamização.

Mas, entretanto, como já disseste, a JSD mudou de estratégia...

PONTOS CARDEAIS

O tiro pela culatra

Há sempre quem sonhe tirar as comemorações do 25 de Abril das ruas, diluir-lhe o seu carácter profundamente popular e nacional, procurando encaminhar o grande aniversário da Revolução para baías discretas, no recato de celebrações ritualizadas e progressivamente inócuas. Este ano - precisamente o 20º sobre o grandioso acontecimento -, essa obsessão tomou contornos vergonhosos, enquadrando um incrível "ciclo" de debates sobre a efeméride nos diversos canais de televisão onde, a pretexto duma discussão aprofundada do acontecimento, se convocaram como interlocutores toda a gama de reaccionários, fascistas e próceres do regime salazarista, chegando-se ao cúmulo de sentar, frente às câmaras e ao País, os torcionários e assassinos da

PIDE. Sob a capa dum jornalismo "isento", elevou-se como parte legítima na discussão/celebração do 25 de Abril representantes e protagonistas do próprio regime fascista que a Revolução dos Cravos varreu do País. O resultado era de esperar: com tais protagonistas, os debates que afirmavam querer celebrar o acontecimento transformaram-se em autênticos julgamentos do 25 de Abril, com todos os democratas e antifascistas que neles participaram a ver-se confrontados com a necessidade de repelir (mais uma vez...) as arremetidas do fascismo. Entretanto, vieram as comemorações do 25 de Abril e aí estão as contas acertadas. A poderosa resposta popular dada nas ruas pelas grandiosas manifestações que se ergueram por todo o País, foi o grande tiro pela culatra que toda essa gatinha precisava. Que os democráticos operadores televisivos do País saibam e

registem: "25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!"

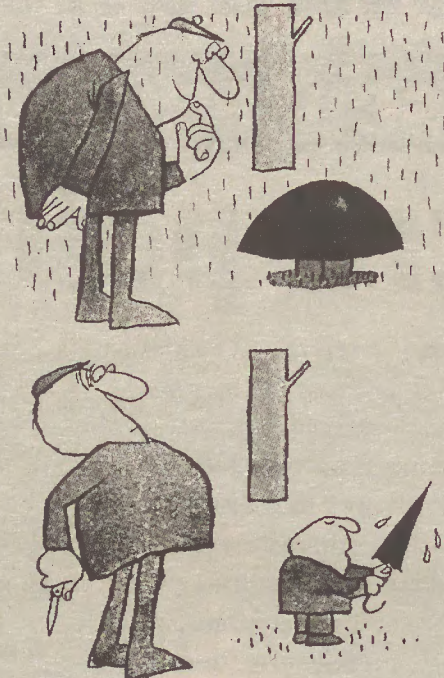
O Tombo

O Governo de Cavaco Silva, em geral confrangido em todas as comemorações do 25 de Abril a que oficialmente teve de assistir, encontrou em Borges de Macedo um bom guardião para os arquivos da PIDE, instalados na Torre do Tombo. Para este alucinado admirador do fascismo português, consultas às fichas só com sua autorização expressa e dada caso a caso. Aliás, a legislação que o Executivo elaborou para regulamentar o acesso - que se diz "livre" - aos arquivos da polícia política do regi e salazarista, está adequada ao guardião escolhido e vice-versa.

O dramático é que nenhum deles está adequado ao País, aqui e agora, quando comemoramos o 20º aniversário do 25 de Abril.

A quinta do PSD

Entretanto, o PSD e Cavaco Silva, outrora tão obcecados com financiamentos externos



aos outros partidos, têm agora oportunidade de demonstrar o seu rigor e virtude: basta explicarem, muito bem explicado, aos portugueses que história é essa, levantada pelo "Independente", duma quinta classificada "imóvel de interesse público" que uma tal Fundação Friederich Naumann adquiriu a coberto do Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro e utilizada nas lides partidárias pelo próprio líder do PSD, Cavaco Silva... O picante da coisa é que, segundo diz o "Independente", "o Instituto dos social-democratas (leia-se PSD) comprou a Ribafria para encobrir a sua amiga Fundação Naumann. Que acabou por o trair. Zangaram-se as comadres. As irregularidades começaram a aparecer e o escândalo vai rebentar na Alemanha". E não só, e não só...

Os sondageiros

Como se aproximam as eleições europeias, eles aí estão de novo, os sondageiros. Sempre imaginativos, criam novos cenários eleitorais com a facilidade com que vestem e despem as camisas, aqui desce este e sobe o outro, além antes pelo contrário, dias depois volta tudo à mesma para, em nova prospecção, baralharem e darem de novo. Todavia, há um elemento que nunca varia, nestas cíclicas revoadas de sondagens: uma clamorosa queda do PCP e dos seus aliados na CDU. E ela aí está de novo anunciada. Isto apesar de, em sucessivas eleições, os resultados da CDU contrariarem abissal e posteriormente tão deprimidos vaticínios. Este pertinaz equívoco das sondagens acerca dos resultados do PCP só pode ter uma explicação: a de que os elementos utilizados ainda são os mesmos, desde o primeiro "engano" dos sondageiros, há uma data de eleições atrás.

FRASES da SEMANA

"O MFA preparava a construção de vastos e arejados cemitérios e havia quem balisse docemente..."

(Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 24.04.94)

"Você está aqui como historiador, como moderador ou como dirigente do PSD?"

(Lino de Carvalho, deputado do PCP, para José Freire Antunes, no debate sobre «O Desenvolvimento» - «TVI», 19.04.94)

"(...) a democracia que a partir dela (Revolução de Abril) construímos não se reduz à formalidade do poder delegado, fiscalizado e periodicamente referendado. Não. A democracia radica mais fundo. Radica no respeito inviolável pela dignidade humana, no gosto cívico pelo diferente, na tolerância que não corrói as convicções pessoais ou de grupo. A democracia radica naquilo que a PIDE negava: a dignidade de cada um como homem e mulher, livre e cidadão."

(Jorge Wemans, «Editorial» - «Público», 22.04.94)

"Vinte anos após o 25 de Abril, que sentido fará pôr tudo em causa de novo? (...) Por isso, é cada vez mais deslocada esta discussão recorrente sobre a legitimidade do movimento dos capitães que derrubou 20 anos atrás, como se essa acção pudesse ser posta em causa."

(Joaquim Vieira - «Expresso», 23.04.94)

"Se (a PIDE) pudesse, a título póstumo, conferir ainda distinções, os responsáveis do "debate" da SIC que lhe foi dedicado seriam agraciados com a Medalha de Ouro dos Serviços Distintos, com Palma, para Emídio Rangel."

(José Carlos de Vasconcelos - «Visão», 21.04.94)

"Em nome da "cacha", (Rangel) deixou que impunemente um pide garantisse aos telespectadores que os detidos (...) eram tratados a "lagosta da Bénard"."

(António Cabrita - «Expresso», 23.04.94)

"Por tudo isto, o branqueamento (do salazarismo) não é possível."

(Francisco Pinto Balsemão - «Público», 24.04.94)

PONTOS NATURAIS

Crónica

A Arte de Dizer

De vez em quando um animal sai da floresta e deita-se a correr ao sol da planície. Cheio de vitalidade, desafia o vento. Os inimigos nada podem contra ele. Tomou uma poção mágica que o torna imune. Em vão dispare quem quiser, as setas envenenadas.

Era numa rubrica, em 1976, «Com todas as letras» de seu nome, realizada por Manuel Costa e Silva. Estavam no Alentejo, quando a esperança cantava. Cantava na voz das mulheres dobradas para o chão, na apanha da azeitona:

*Não devemos dizer «meu»
a qualquer coisa que fosse.
Mas devemos dizer «nosso»
que em ser útil, é mais doce.*

Caminham. É quase noite. As sombras estendem-se, como sobreiros em movimento. Regressam, depois de um dia de moído trabalho. E cantam:

*Unidade e igualdade
ouço o meu povo dizer.
Só não quer a unidade
quem não quer compreender.*

Sigo, longamente sigo, o animal cheio de vitalidade que saiu da floresta e veio correr ao sol da minha memória e dos meus dedos. Sigo, e canto com ele:

*... Só não quer a unidade
quem não quer compreender...*

Meu Deus!, quem me dera dizer as cousas graves com tamanha sabedoria e tamanha simplicidade!

Fábula

A Canja

— Gosto do meu dono assim
(diz a pedrês comovida)
Quando ele olha pra mim
fico toda derretida.

Estando já mais crescidinha
o dono veio por ela
atracou-se na galinha
e meteu-a na panela.

A verdade tem um rosto
em histórias de «era uma vez».
Vê lá a quem dás teu gosto
olha o tal, olha a pedrês...

Na pista da memória

O Pão de Cada Dia

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
inventada no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.

Que o pão do dia não chegue
sabendo a resto de luta
e a troféu de humilhação.
Que o pão seja como flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão.

Mais do que a flor, seja o fruto
nascendo límpido e simples
sempre ao alcance da mão.

Da minha e da tua mão.

(Thiago de Mello, «A Vida Verdadeira»)

Mário Castrinho

25 DE ABRIL VIVA ABRIL

Iniciativas comemorativas promovidas pelo PCP

ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

«O 25 de Abril e o 1º de Maio 20 anos depois» - debate-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Júlio Filipe: às 15.30, no Centro de Trabalho

BARCELOS

«O PCP e os 20 Anos do 25 de Abril» - colóquio com a participação do camarada Dias Lourenço: sexta-feira, 29, às 21.30, no Centro de Trabalho do PCP.

GAIA

Exibição do filme «A Fuga», de Luís Rocha, e debate com o camarada Dias Lourenço - hoje, quinta-feira, a partir das 21.30, na sala da Associação Vilanovense (R. Marquês Sá da Bandeira, 340, 1º, junto ao Jardim Soares dos Reis).

«Homenagem a Ary, Zeca e Adriano» - Canto Livre, poemas, exibição dos filmes «O Fascismo» e «O 26 de Abril no Porto» e debate: tarde de convívio e jantar-merenda, sábado, 30, a partir das 15.00, no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

LISBOA

Jantar-convívio promovido pelo Sector de Transportes da ORL, com a participação do camarada Álvaro Cunhal: sábado, 6, às 20.00, no Centro de Trabalho Vitória (inscrições pelo tel. 3558176)

QUELUZ

Almoço comemorativo, com a participação do camarada Gouveia Monteiro: quarta-feira, dia 4, às 13.00, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz



Agenda

DEBATE sobre DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

- Programas e Fundos Comunitários

Sábado, 30, 15h, na Junta de Freguesia de Matosinhos

Participação de

Joaquim Miranda - Honório Novo - Ilda Figueiredo

Debate sobre

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

com a participação de

Aurélio Santos

Sexta, 29, às 21h

na Associação de Moradores do Bairro da Liberdade - Lisboa

Plenário de militantes sobre

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

com a participação de

António Abreu

Sábado, 30, às 15h

no Centro de Trabalho de Cascais



ÁLVARO CUNHAL

entrevistado por Miguel Sousa Tavares no programa «20 Anos 20 Nomes» da SIC: Terça-feira, 3 de Maio

Joaquim Miranda

no «Grande Júri TSF» sábado às 12 h.

A GINÁSTICA EM FESTA

25 de Abril 20 Anos

NO PAVILHÃO DO FEIJÓ
Complexo Municipal de Desportos "Cidade de Almada"
30.ABRIL.94
16H00

NOVA POLITICA ENSINO SUPERIOR

encontro NACIONAL ENSINO SUPERIOR

A Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa convida-te a participar no Encontro Nacional do Ensino Superior que se realiza na Fac. de Letras de Lisboa, no dia 30 de Abril, pelas 10.30H

CONTAMOS CONTIGO

Participa o camarada **CARLOS CARVALHAS** que fará a intervenção de encerramento (cerca das 17 h.)



Reuniões e plenários

CALDAS DA RAINHA

Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento, com a participação de José Barata Moura - Sábado, dia 30 As 10.30, visita à Lagoa de Óbidos, onde às 13.00 se realiza um piquenique; às 15.00, visita à praia da Foz do Arelho; às 16.30, visita a Salir do Porto (Baía de S. Martinho); às 18.00, visita ao Paúl de Tornada; às 20.30, jantar-debate sobre "Ambiente e Desenvolvimento" no Restaurante Ribatejana.

CASCAIS

Reunião dos militantes das empresas de S. Domingos de Rana, sobre situação social nas empresas e jornada de luta na 3ª semana de Maio: quinta-feira, dia 28, às 18.00, no CT de Tires.
Reunião dos militantes das empresas de Alcabideche, sobre situação social nas empresas e jornada de luta na 3ª semana de Maio: quinta-feira, dia 4 de Maio, às 17.30, no CT de Alcabideche.

LISBOA

Reunião do Organismo de Reformados dos Serviços (Comércio, Escritórios, Hotelaria) - terça-feira, 3, às 15.30, no CT da Av. Duque de Loulé.
Reunião do O.D. dos Serviços - terça-feira, 3, às 19.30, na Av. Duque de Loulé.
Reunião da célula de Sta. Catarina - quarta-feira, 4, às 19.00, no CT de Santos.
Reunião da célula da Encarnação - quarta-feira, 21.30, no CT Vitória.
1ª Assembleia da Zona Centro de Lisboa - sexta-feira, dia 6, às 21.00, na Junta de Freguesia de Sta. Justa, com a participação do camarada José Casanova.
2ª Assembleia da Organização da Zona Norte de Lisboa - sábado, 7, às 15.00, no Centro Cultural João das Regras (edifício da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica).

SINTRA

Reunião concelhia de autarcas - Segunda-feira, dia 2, às 21.30, no CT de Rio de Mouro.
Aigualva-Cacém - plenário de militantes sobre a situação política e as eleições para o PE: sexta-feira, 29, às 21.30, no CT do Cacém, com a participação do camarada Carlos Grilo.
Montelavar - plenário de militantes sobre a situação política e social e eleições para o PE, sábado, 30, às 21.30, com a participação do camarada António Cordeiro.

DEBATE BAR da JCP

do Colectivo de Solidariedade com os Povos

Todas as sextas-feiras à noite na Sousa Martins

Esta semana:
Debate com António Pedro sobre o Médio Oriente e o Mediterrâneo

Desfile 1º de Maio — Lisboa

Os Construtores da Festa do «Avante!» concentram-se na esquina R. da Palma/R. S. Lázaro (saída Metro Socorro)

Para COMEMORAR ABRIL

a Organização do Ensino Superior de Coimbra promove no dia 29, a partir das 21.30, um CAFÉ-CONCERTO

Materiais comemorativos do 20.º Aniversário do 25 de Abril

No âmbito das comemorações do 20.º Aniversário do 25 de Abril o PCP produziu um importante conjunto de materiais de que salientamos:

Pendão Viva Abril sempre presente por uma vida melhor

Na rua e em toda a parte acompanhando as festas comemorativas do 20.º Aniversário.

Folheto: A revolução de Abril 4 páginas a cores em formato tablóide.

Para todos os querem informar e ser informados sobre o que foi o 25 de Abril e o que significa os seus valores na situação actual.

Ao dispor de todos os interessados nas sedes do PCP, ou por pedido directo para o DEP/PCP através do destacável junto.

Exposição «Os valores de Abril» impressa com duas folhas no formato 50X70 a cores e 8 folhas no formato 35X50 a 2 cores.

Pelo elevado número de ilustrações fotografias que contém, é um instrumento de grande importância na evocação do que têm sido estes 20 anos de luta com Abril e por Abril.

Filme vídeo «A revolução de Abril»

O que foi o fascismo, as principais conquistas de Abril e o seu valor para o presente e o futuro de Portugal numa documento único do género em 20 minutos de imagens.

Poster Viva Abril 50X70 A evocação da grande revolução popular que no último quartel do século XX marca uma viragem decisiva na história de Portugal.

Faça a sua encomenda preenchendo o destacável junto e enviando-o ao:
DEP/PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1699 LISBOA CODEX

Nome

Morada

Desejo que me seja enviado

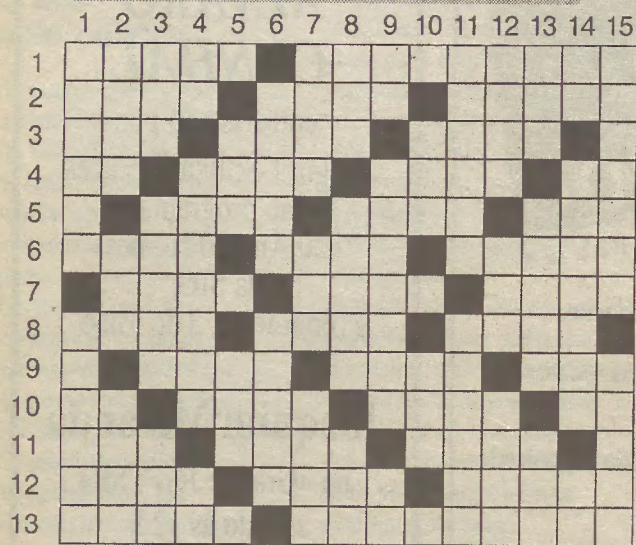
Poster Quantidade 500\$00 cada

Filme vídeo Quantidade 1500\$00 cada

Exposição impressa Quantidade 500\$00 cada

Segue pagamento em Vale Postal Cheque

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Lugar aprazível (fig.); gordura em excesso. 2 — Correntes de água natural; fileiras, observas. 3 — Dádiva; grande afeição; pequeno roedor. 4 — Pertences; impulso; chupo; Cobre (s.q.). 5 — Aro; na vadiagem; corpo aeriforme. 6 — Dou passagem; paraíso terreal; dá marrada. 7 — Dolmen; escrava de Abraão e mãe de Ismael; mau. 8 — Superfície plana delimitada; filtrar; nome de letra. 9 — Tino; pieira; anel. 10 — A unidade; couro; fado (pop.); campeão. 11 — Virtuoso; projétil; ceifa. 12 — Idem; rio da Europa norte ocidental; unidade de capacidade para líquidos. 13 — Salgado; patifes de marca.

VERTICAIS: 1 — Manda; deus do antigo Egipto. 2 — Escudeiros; estabelecimento de venda de bebidas; motocicleta. 3 — Ruído; armadura completa; doçura (fig.). 4 — Nota musical (inv.); tomais notas; manuscrito (abrev.). 5 — Ice; debaixo de. 6 — Aguce; enfeite para o pescoço. 7 — Perfume; aflente do Mondego; acolá. 8 — Meio barbos; deixar em testamento; mulher de Henrique VIII decapitada por adultério. 9 — Estás; remediar (fig.); ouro francês. 10 — Afluente do Reno que atravessa uma ribanção hulhifera; rio que passa por Leiria. 11 — Efigie de um santo; postigo. 12 — Mexerico; moldura; destro. 13 — Lavro; caverna; predo. 14 — Presenteira; furara-se (o dente); acusada. 15 — Desculpam; restos mortais.

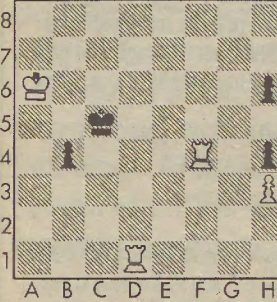
SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Pagão; idolatra. 2 — Dom; rifão; óleo. 3 — Rua; aos; riam. 4 — Ore; peço; Ru. 5 — Rá; anã; boca; com. 6 — Ela; traída; rabi. 7 — Pecara; letrado. 8 — Apa; urdira; siro. 9 — Ró; ida; Sado; sal. 10 — Cro; mana; ro. 11 — Clã; sim; seta. 12 — Foi; varas; ramo. 13 — Móbil; saborosa.

VERTICAIS: 1 — Prepara. 2 — Por; Alepo; com. 3 — Amuo; açã; Clío. 4 — Ara; ira. 5 — Ar; entrudo; VI. 6 — Oiã; arara; sal. 7 — Foz; tir. 8 — las; bílis; mas. 9 — Dó; puderam; Sá. 10 — Recatadas. 11 — Loiça; onero. 12 — Alão; rãs; atar. 13 — Tem; Cádiz; amo. 14 — Ró; roborar; os. 15 — Sumi; olor.

XADREZ

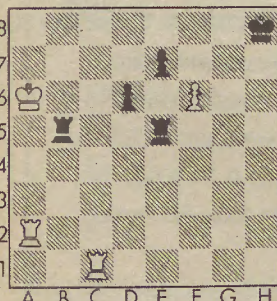
CDLVIII — 28 DE ABRIL DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X029
Por: FRIEDRICH KÖHNLEIN
Münchener Neueste Nachrichten, 1905
Pr: [4]: Psb4, h4, h6-Rç5
Br: [4]: Ph3-Ts.d1, f4-Ra6



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X030
Por: HAROLD M. LOMMER
Domination in 2545 Endgame Studies,
Moscou 1980

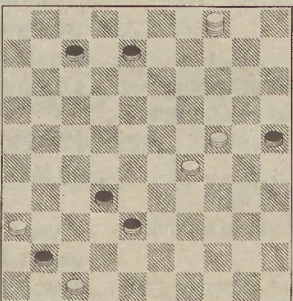
Pr: [5]: Ps.d6, e7-Ts.b5, e5-Rh8
Br: [4]: Pf6-Ts.a2, d1-Ra6



Branças jogam e ganham

DAMAS

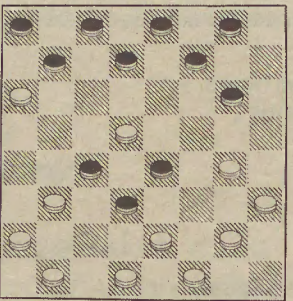
CDLVIII — 28 DE ABRIL DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D029
Por: HENRI CHILAND
Secrets et Merveilles du Jeu de Dames, Paris,
1958
Pr: [6]: 7-8-25-32-38-41
Br: [5]: (4)-14-29-36-47



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D030
GOLPE Nº 66
Por: ROBERT DAVID YATES
[Brooklyn, 22-XII-1857-1885]

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-16, 20-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 14-19, 18-14; 6. 1-5, 21-18; 7. 7-12, 14-11; 8. 16-20, 18-14; 9. 20-24, 25-21; 10. 10-13 DIAGRAMA.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLVIII
Nº 1994D029 [H. Ch.]: 1. 24-20 (25x14); 2. 47-42 (38x47=D); 3. 4-15 (47x24=20); 4. 15x10 (41-46=D); 5. 10-5+ SE: 4. (41-47=D); 5. 10-15+

Nº 1994D030 [R.D.Y.]: 10....., 14-10; 11. 5-14, 11-7; 12. 4-20, 28-23; 13. 19-28, 32-7; 14. 3-12, 21-18; 15. 13-22/14-21, 26-3=D+

A. de M. M.

A. de M. M.



CINEMA

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Lista de Schindler	★★	—	★★★★★
B Despojos do Dia	★★★	—	★★★
C Em Nome do Pai	★★★	—	—
D Filadélfia	★★★	—	★★★
E Germinal	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** — Real. Steven Spielberg — Amoreiras/2 (13.15, 16.45, 21.45, 01.15); Monumental/CineTeatro (12.00, 15.30, 19.00, 22.30); S. Jorge/1 (15.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- B** — Real. James Ivory — King Triplex/3 (14.15, 16.45, 19.30, 22.00); Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- C** — Real. Jim Sheridan — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D** — Real. Jonathan Demme — Monumental/1 (12.15, 14.30, 16.45, 19.00, 21.45, 00.30); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E** — Real. Claude Berri — Alfa/2 (13.00, 16.30, 19.30, 22.30); Amoreiras/5 (13.30, 16.30, 19.30, 22.30); Mundial/2 (13.50, 16.40, 21.30) — Lisboa.

TEATRO



AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO
Porto, R. António Cardoso. 3ª a 5ª às 18.30, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CONTIGO PARA SEMPRE, de Mary Cooper, encenação de Júlia Correia.

16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDERELLA Revista à Portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16; GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA, de António José da Silva, encenação de João Mota. - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ASSASSINADO, de Manuel de Lima, pelo Teatro da Veredas (até 2 de Maio) - Café-Concerto: 6ª e sáb. às 21.30: EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Del-fins».

PALÁCIO RIBAMAR
Algés. Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30. O CABARET DO CONDE/MARQUÊS, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - O ENSAIO DE UM SONHO, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas, produção da Companhia Teatral do Chiado.

SALA DO POVO PORTUENSE
Porto. Tel. 6024313. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. O VENDEDOR DE MILAGRES, adapt. de um texto de Gabriel Garcia Marques, enc. de José Caldas, pelos Seiva Trupe.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CLAMOR, de Luísa Costa Gomes, encenação de Ricardo Pais.

TEATRO ABC
Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. LISBOA, MEU AMOR, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO POLITEAMA
Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO O BANDO
Lisboa, R. Stª António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. SE MENTES/PHOTOCENA, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Rua Nova da Trindade, 9. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. O CONTO DE INVERNO, de Shakespeare, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO IBÉRICO
Lisboa, Rua de Xabregas, 44. Tel. 8582531. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ALZIRA POWER, de António Bivar, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO VILLARET
Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBAS.

FILMES

QUINTA, 28

As Loucas Invenções
«Gizmo» (EUA/1977). Real.: Howard Smith. Narração: Milt Moss. P/B e Cor, 77 min. Comédia. (16.30, TV 2)

A Noiva que Velo do Inferno
«Girlfriend from Hell» (EUA/1989). Real.: Daniel M. Peterson. Int.: Liane Curtis, Dana Ashbrook, Leslie Deane. Cor, 89 min. Comédia Fantástica. (01.05, Canal 1)

Int.: Gian-Maria Volonte, Mariangela Melato, Saivo Randone. Cor, 120 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

O Príncipe de Donegal
«The Fighting Prince of Donegal» (Gr.Br./1966). Real.: Michael O'Herlihy. Int.: Peter McEnery, Susan Hampshire, Tom Adams. Cor, 106 min. Ver Destaque. (15.40, Canal 1)

Miss Daisy
«Driving Miss Daisy» (EUA/1989). Real.: Bruce Beresford. Int.: Morgan Freeman, Jessica Tandy, Dan Akyroyd, Patti Lupone, Esther Rolle. Cor, 100 min. Ver Destaque. (17.35, Quatro)

SEXTA, 29

Forte Yuma
«Fort Yuma» (EUA/1955). Real.: Lesley Selander. Int.: Peter Graves, John Vohs, John Hudson, Joan Taylor. Cor, 75 min. «Western». (16.35, TV 2)

A Campeã
«Flying» (Can./1986). Real.: Paul Lynch. Int.: Olivia D'Abo, Rita Tushingham, Keanu Reeves, Renee Murphree, Jessica Steen. Cor, 97 min. Drama. (21.55, Quatro)

Desaparecido em Combate
«Missing in Action» (EUA/1984). Real.: Joseph Zito. Int.: Chuck Norris, M. Emmett Walsh, David Tress, Leonore Kasdorf. Cor, 108 min. Guerra. (22.25, SIC)

Fim de Ano na Broadway
«Bloodhounds of Broadway» (EUA/1989). Real.: Howard Brookner. Int.: Julie Hagerty, Randy Quaid, Madonna, Matt Dillon. Cor, 84 min. Comédia Dramática. (00.45, Canal 1)

O Estrangulador de Boston
«The Boston Strangler» (EUA/1968). Real.: Richard Fleischer. Int.: Tony Curtis, Henry Fonda, George Kennedy, Mike Kellin. Cor, 116 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

Um Assassino Dentro de Mim
«The Killer Inside Me» (EUA/1976). Real.: Burt Kennedy. Int.: Stacy Keach, Susan Tyrell, Keenan Wynn, Don Stroud. Cor, 99 min. Ver Destaque. (00.45, SIC)

TERESA RAQUIN
«Thérèse Raquin» (Fr./It./1935). Real.: Marcel Carné. Int.: Simone Signoret, Raf Vallone, Sylvie, Roland Lesaffre, Jacques Duby. P/B, 103 min. Ver Destaque. (16.05, TV 2)

A Raposa
«The Fox» (EUA/1968). Real.: Mark Rydell. Int.: Sandy Dennis, Anne Heywood, Keir Dullea, Glyn Morris. Cor, 110 min. Ver Destaque. (00.55, Canal 1)

José do Telhado
(Port./1945). Real.: Armando de Miranda. Int.: Virgílio Teixeira, Adalina Campos, Juvenal de Araújo, Patrício Alvares, Fernando Silva. P/B, 98 min. Drama. (22.00, Quatro)

SÁBADO, 30

O Justiciero
«Fighting Man of the Plains» (EUA/1949). Real.: Edwin L. Marin. Int.: Randolph Scott, Dale Robertson, Bill Williams, Victor Jory, Jane Nigh. Cor, 91 min. «Western». (12.00, TV 2)

Rendição Incondicional
«No Retreat, No Surrender» (EUA/1986). Real.: Corey Yuen, Jean-Claude Van Damme, J. W. Falls. Cor, 85 min. Artes Marciais. (22.10, SIC)

Ela Preferem o Mambo
«Ces Dames Préfèrent le Mambo» (Fr./1957). Real.: Bernard Borderie. Int.: Eddie Constantine, Pascale Roberts. P/B, 116 min. Aventuras. (14.30, SIC)

«Bruce and Shao Lin Kung Fu I»
Nenhuma informação dada pela RTP (01.25, Canal 1)

Tristeza não Pagam Dívidas
«A Hole in the Head» (EUA/1959). Real.: Frank Capra. Int.: Frank Sinatra, Edward G. Robinson, Eleanor Parker, Carolyn Jones, Thelma Ritter, Keenan Wynn. Cor, 116 min. Ver Destaque. (15.45, Canal 1)

TERÇA, 3
A Rapariga da Fotografia
«The Girl in the Picture» (Gr.Br./1985). Real.: Carrie Parker. Int.: Gordon John Sinclair, Irina Brook, David McKay. Cor, 84 min. Comédia Romântica. (16.20, TV 2)

O Homem Que Velo do Futuro
«Planet of the Apes» (EUA/1968). Real.: Franklin J. Schaffner. Int.: Charlton Heston, Roddy McDowall, Kim Hunter, Maurice Evans. Cor, 112 min. Ver Destaque. (17.15, Quatro)

Furacão no Asfalto
«Thunder and Lightning» (EUA/1977). Real.: Roger Corman. Int.: David Carradine, Kate Jackson, Roger C. Carmel, Sterling Holloway. Cor, 94 min. Aventuras. (21.30, Quatro)

A Lei do Poder
«Class Action» (EUA/1991). Real.: Michael Apted. Int.: Gene Hackman, Mary Elizabeth Mastrantonio, Colin Friels, Larry Fishburn. Cor, 109 min. Ver Destaque. (23.30, SIC)

Lua Nova em Parador
«Moon Over Parador» (EUA/1988). Real.: Paul Mazursky. Int.: Richard Dreyfuss, Raoul Julia, Sônia Braga, Jonathan Winters. Cor, 100 min. Ver Destaque. (22.10, TV 2)

Galileu
«Galileo» (Gr.Br./1973). Real.: Joseph Losey. Int.: Topol, Edward Fox, Colin Blakely, Georgia Brown, Clive Revill, Margaret Leighton. Cor, 138 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

O Baile do Governador
«Le Bal du Gouverneur» (Fr./1989). Real.: Marie-France Pisier. Int.: Kristin Scott-Thomas, Didier Flamand, Laurent Grevill. Cor, 96 min. Comédia. (01.25, Canal 1)

Pecados de Uma Mulher Casada II
«Husbands and Lovers» (It./1991). Real.: Mauro Bolognini. Int.: Julia Sands, Joanna Pakula, Tchéky Karyo, Lara Wendel. Cor, 91 min. Erótico. (00.20, Canal 1)

Cléo das 5 às 7
«Cléo de 5 a 7» (Fr./It./1961). Real.: Agnès Varda. Int.: Corinne Marchand, Antoine Bourseiller, Dorothee Blanck. P/B, 87 min. Ver Destaque. (16.20, TV 2)

A Grande Parada
«Da Yue Bing» (China/1986). Real.: Chen Kaige. Int.: Wang Xueqi, Sun Chun, Lu Lei, Wu Ruofu, Guan Qiang. Cor, 96 min. Drama. (01.20, TV 2)

007 - Agente Irresistível
«The Spy Who Loved Me» (Gr.Br./1977). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Roger Moore, Barbara Bach, Curt Jurgens, Richard Kiel. Cor, 121 min. Ver Destaque. (22.40, Canal 1)

Mulher sem Passado
«Woman Without a Past» (Fr./Austrália/It./1987). Real.: Joyce Buñuel. Int.: Ludmila Mikaell, Martin Sacks, Christophe Allwright. Cor, 87 min. Melodrama. (01.55, Canal 1)

«Too Outrageous!»
(título português não fornecido) - Can./1987. Real.: Dick Benner. Int.: Craig Russell, Hollis McLaren, David Mellwright. Cor, 105 min. Comédia Dramática. (01.25, Canal 1)

DOMINGO, 1

A Classe Operária Val Para o Paraíso
«La Classe Operaia Va In Paradiso» (It./1972). Real.: Elio Petri.

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



O Eurofestival no sábado, com Sara Tavares representando a RTP



Balada de Nova Iorque, uma série com a assinatura de Steven Bochco: na SIC à terça à noite



Milena, história da paixão de uma jovem checa por Kafka, em mini-série protagonizada por Valérie Kaprisky: segunda à noite na TV2

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 28

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.30 Informação
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.00 Edera
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Lotaria Nacional
- 19.05 Com a Verdade me Enganas
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Isto... Só Vídeo II
- 23.05 Os Inocentes
- 23.35 Caloiros
- 00.25 24 Horas
- 01.05 A Noiva Que Veio do Inferno (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 Os Caminhos da Arte
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 A Caminho com Ulisses
- 15.10 Infantil
- 16.30 As Loucas Invenções (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Um, Dó, Li, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.40 Magazine «Teatro»
- 20.15 O Clima de Mudança
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP - Financial Times
- 22.10 Ideias com História
- 23.00 Remate
- 23.10 Terra Instável
- 23.40 «Riding The Tiger»
- 00.35 Amazônia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.15 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.50 Casos de Polícia
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Tostões e Milhões
- 00.45 Os Donos da Bola
- 00.55 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 A Amiga Olga
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.30 Caixa de Perguntas
- 15.55 Um Dia a Casa Cai
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.15 Quem Sai aos Seus
- 17.40 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Pedidos e Achados
- 21.25 Telemotor
- 22.00 Artur Albarran
- 24.00 Informação

Sexta, 29

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 «Mad Dog Gang»
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP/Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Concurso "1, 2, 3"
- 00.15 24 Horas
- 00.55 A Raposa (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 África Viva
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 Segredos do Mundo
- 15.05 O Treinador
- 15.30 Infantil
- 16.35 Forte Yuma
- 17.55 Um, Dó, Li, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.45 Médicos Escritores Portugueses
- 20.15 Antevisão do Campeonato Mundial de Futebol
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP/Financial Times
- 22.10 Casa Comum
- 23.10 Remate
- 23.20 Projazz New York All Stars
- 00.20 As Piores Intenções
- 01.15 Amazônia

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Sete à Sexta
- 21.15 Mulheres de Areia
- 22.15 Mini Chuva de Estrelas
- 23.15 Último Jornal
- 23.35 Os Donos da Bola
- 23.45 Playboy
- 00.45 Um Assassino Dentro de Mim (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 A Amiga Olga
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.10 Animação
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Já Tocou na Faculdade
- 21.15 Top 25
- 21.50 A Campeã (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Informação
- 00.15 O Estrangulador de Boston (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 30

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.20 Luta Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.10 Parlamento
- 14.00 Clube Disney
- 15.25 Emoções Fortes
- 15.50 Tristezas Não Pagam Dívidas (ver «Filmes na TV»)
- 17.45 Made in Portugal
- 18.10 Palavra Puxa Palavra
- 19.00 Totoloto
- 19.15 Jornal de Sábado
- 19.45 Na Paz dos Anjos
- 21.00 Festival Eurovisão da Canção
- 00.15 Pecados de Uma Mulher Casada II (ver «Filmes na TV»)
- 01.55 Mulher Sem Passado (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 O Justiciero (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Tauromaquia
- 14.00 O Treinador
- 14.30 Musical: «Jimmy Smith Fourmost»
- 15.30 Um Cão na Família
- 16.00 TV2 Desporto
- 23.45 De Lisboa, Com Amor
- 23.55 Irmãs
- 00.45 Sexualidades
- 01.20 A Grande Parada (ver «Filmes na TV»)
- 03.00 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Classe de 96
- 14.30 Elas Preferem o Mambo (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Desporto
- 16.45 Grandes Planos
- 17.05 Curvas Perigosas
- 17.55 Uma Mulher dos Diabos
- 18.45 Batman
- 19.10 Nunca Digas Banzai
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Balada de Nova Iorque
- 21.40 Caça ao Tesouro
- 23.10 Último Jornal
- 23.30 A Lei do Poder (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Água na Boca

QUATRO

- 10.00 Animação
- 10.30 A Casa do Tio Carlos
- 11.30 Telemotor
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.35 Estrela
- 17.05 O Homem Que Veio do Futuro (ver «Filmes na TV»)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.50 O Jogo do Ganso
- 00.15 Galileu (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 1

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Blosson
- 13.40 Top +
- 14.30 Dinossauros
- 15.00 Missão Impossível
- 15.50 O Príncipe de Donegal (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Você Decide
- 18.10 Palavra Puxa Palavra
- 18.45 Simpsons
- 19.15 Eu Tenho Dois Amores
- 19.45 Joker
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Cheia
- 21.15 Na Paz dos Anjos
- 22.25 Parabéns
- 00.10 Sozinhos em Casa
- 00.45 Fim de Ano na Broadway (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.25 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 Made in Barcelona
- 11.00 Missa
- 11.50 70 x 7
- 12.20 Forum Musical
- 13.20 Regiões
- 14.00 Lisboa 94
- 14.30 O Espírito da Cor
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.45 Artes e Letras: «Eduardo Viana»
- 23.55 O Apeadeiro (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 A Classe Operária Vai para o Paraíso (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Tudo pelas Notícias
- 17.15 Obras em Casa
- 17.45 Bom Domingo
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Pronto-a-Vestir Paris 94
- 20.50 Os Trapalhões
- 21.50 O Labirinto
- 22.25 Desaparecido em Combate (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Último Jornal
- 00.40 Em Nome de Uma Criança
- 01.40 Histórias do Além

QUATRO

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Missa
- 13.00 Informação Religiosa
- 13.30 Coisas de Família
- 14.05 Vamos ao Circo
- 15.15 Estrelas de Miami
- 16.10 Moda
- 16.40 Modelo e Detective
- 17.35 Miss Daisy (ver «Filmes na TV»)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Passados dos Carretos
- 21.15 O Turno da Noite
- 23.30 Caixa de Perguntas
- 24.00 Últimas Notícias

Segunda, 2

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.10 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.35 Fera Ferida
- 22.30 A Filha da Cornélia
- 23.35 As Teias da Lei
- 00.45 24 Horas
- 01.25 «Bruce and Shao Lin Kung Fu I» (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Infantil
- 12.55 Hotéis
- 13.45 Regresso à Natureza
- 14.40 Sobreviver
- 15.10 Infantil
- 16.05 Teresa Raquin (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Irei para Longe
- 19.45 Crimes
- 20.15 C.I.A.
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP/Financial Times
- 22.10 Ópera: «Carmen»
- 01.00 Remate
- 01.10 Milena
- 02.05 Amazônia
- 02.55 Magazine «Cinema»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Pronto-a-Vestir Paris 94
- 21.40 Cenas de Um Casamento
- 22.30 20 Anos - 20 Nomes
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 01.05 Família do Senador
- 01.35 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 13.50 A Amiga Olga
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.10 Animação
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Carlos Magno
- 22.00 José do Telhado (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Desporto
- 01.15 Últimas Notícias
- 01.40 Estação do Oriente

Terça, 3

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Nico d'Obra
- 23.00 À Luz da Lei
- 24.00 O Guarda do Palácio
- 00.45 24 Horas
- 01.25 O Baile do Governador (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 Para Além do Ano 2000
- 13.45 Regresso à Natureza
- 14.40 Dossier Terra
- 15.10 Infantil
- 16.20 A Rapariga da Fotografia (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.40 Magazine «Viver com Saúde»
- 20.10 Rotações
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Financial Times
- 22.10 Lua Nova em Parador (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Remate
- 24.00 O Mestre e Margarida
- 00.55 Amazônia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Pronto-a-Vestir Paris 94
- 21.40 Cenas de Um Casamento
- 22.30 20 Anos - 20 Nomes
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 01.05 Família do Senador
- 01.35 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 13.50 A Amiga Olga
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.10 Animação
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Pedidos e Achados
- 21.30 Furacão no Asfalto (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Anúncios do Outro Mundo
- 23.45 Informação
- 00.10 Na Mira do Crime

Quarta, 4

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.30 Informação
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.40 Clube Paraíso
- 16.10 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 17.25 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Vamos Jogar no Totobola
- 22.40 007, Agente Irresistível
- 00.45 24 Horas
- 01.25 «Too Outrageous» (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

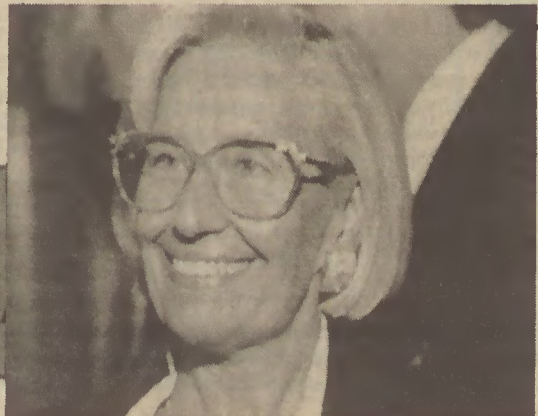
- 12.00 Infantil
- 12.50 «Opera Stories»
- 14.00 Universidade Aberta
- 14.30 Regresso à Natureza
- 15.20 Infantil
- 16.25 Cleo das 5 às 7 (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 18.50 Realce
- 20.10 Domingo Sangrento
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP/Financial Times
- 22.10 Grande Noite
- 23.15 Remate
- 23.25 Quem Fala Assim
- 00.20 Amazônia
- 01.05 Magazine «Ver Artes»

SIC

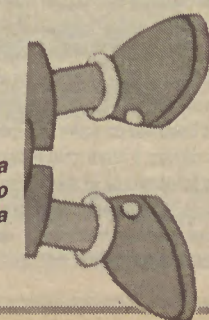
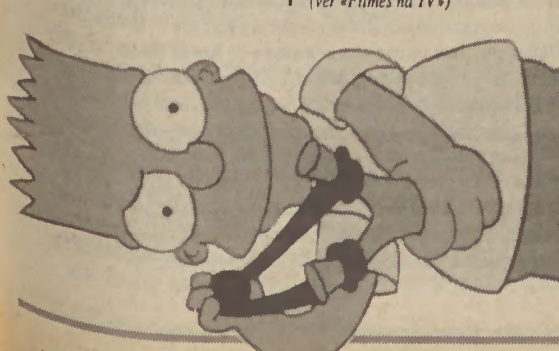
- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Perdão
- 22.30 A Brincar, a Brincar
- 23.00 De Boca em Boca
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 00.05 Internacional Sic
- 00.35 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 Telhados de Vidro
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.30 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.10 Animação
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Passados dos Carretos
- 21.40 Quê ridos Inimigos
- 23.40 Telemotor
- 00.10 Informação
- 00.35 O Último Padrinho



A Amiga Olga atinge esta semana o ponto mais alto da sua carreira: acaba



Por isto e por aquilo...

O Estrangulador de Boston

(Sexta, 00.15, Quatro)

A semana passada (a propósito de *O Violador de Boston*), já aqui vos falávamos de *O Estrangulador de Boston* - esse novo filme do ciclo dedicado pela Quatro a Richard Fleischer - já que, tal como aquele, este filme se baseia numa série de casos reais ligados a crimes que, neste caso, abalaram a cidade de Boston. Um filme com uma inegável atmosfera de *suspense*, eficazmente posto em cena pelo realizador, com o importante senão (que as referências nos recordam) de poder passar com extrema dificuldade no pequeno *écran* em virtude da complexa técnica da multi-imagem, por vezes utilizada.

Um Assassino Dentro de Mim

(Sexta, 00.45, SIC)

A fabulosa interpretação de Stacy Keach, no papel principal, é o único factor que salva este filme de cair na grosseira mediania das obras sem grande fôle-

Galileu

(Sábado, 00.15, Quatro)

Produção do prestigiado American Film Theatre, este filme é a adaptação ao cinema da peça teatral de Bertolt Brecht, que o próprio Joseph Losey havia encenado em 1947 na sua primeira representação nos EUA. Grande homem de teatro, na linha de outros mestres como Bergman ou Visconti, Losey dá-nos, com grande rigor e contensão - e um invulgar sentido da construção dramática - a sua visão do confronto das teorias do cientista com as autoridades eclesásticas do seu tempo.



Charlton Heston, no planeta dos macacos, em «O Homem que Veio do Futuro», de Franklin Schaffner

A Classe Operária Vai Para o Paraíso

(Domingo, 14.30, SIC)

O realizador Elio Petri destacou-se como empenhado documentarista e argumentista para filmes de outros realizadores (em particular Giuseppe de Santis) e pela envolvente atmosfera satírica que imprimiu aos seus melhores filmes, dos quais se destaca *Inquérito a um Cidadão*

Acima de Toda a Suspeita (1970), uma parábola cinematográfica sobre a reabilitação de um chefe de polícia fascista. Algo molestado pela crítica aquando da sua estreia no Festival de Cannes de 1972 - pela alegada cedência do realizador aos mecanismos do cinema-espectáculo (a qual residiria na escolha do actor principal, Gian Maria Volonte, entendida como chamariz para a valorização da personagem central) - este filme de Elio Petri centra as suas atenções no trajecto de um operário não especializado que vai ganhando consciência social e política durante o processo de contestação que os operários seus companheiros levam a cabo em protesto pelas faltas de condições de segurança que estão na origem de um acidente de trabalho de que ele próprio foi a vítima.

O Príncipe de Donegal

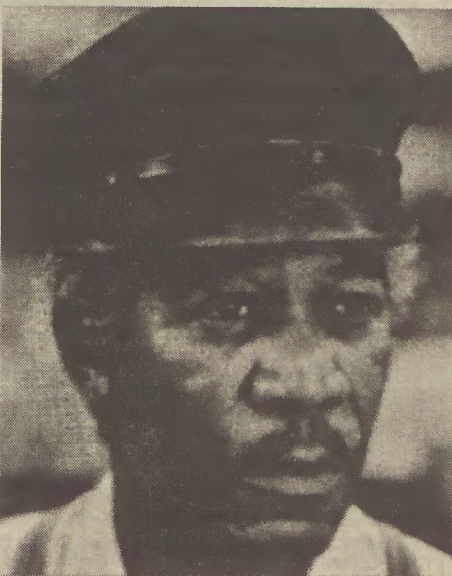
(Domingo, 15.40, Canal 1)

Um bem divertido filme de aventuras históricas, dirigidas aos espectadores mais miúdos e produzido pelos Estúdios Disney.

Miss Daisy

(Domingo, 17.35, Quatro)

Oscars para a Melhor Fotografia, Actriz Principal, Argumento e Caracterização. *Miss Daisy* foi, certamente um dos maiores êxitos cinematográficos de 1989. A realização cuidada e sensível do realizador australiano Bruce Beresford



Jessica Tandy e Morgan Freeman, em «Miss Daisy», de Bruce Beresford

dá-nos a conhecer a história da evolução das relações, no espaço de tempo de duas décadas, entre uma velha senhora e o seu motorista negro, que acaba por ser o seu melhor confidente e companheiro, no ambiente da grande burguesia do Sul dos Estados Unidos. Jessica Tandy, aos oitenta anos, arranca aqui uma das suas melhores interpretações que lhe valeu o Oscar para a Actriz Principal, mas o actor negro Morgan Freeman é igualmente impressionante, tendo sido contemplado com a nomeação para o mesmo galardão masculino.

Teresa Raquin

(Segunda, 16.05, TV 2)

Este filme de Marcel Carné, adaptado do romance de Émile Zola, é uma obra sólida, muito bem contada, em que encontramos o estilo tão pessoal do grande realizador francês. Mas a história do filme, um melodrama romântico

que se debruça sobre a paixão mais ardente, que desemboca no crime, impõe-se, também, pelas excelentes composições de Raf Vallone e de Jacques Duby, e, em particular, de Simone Signoret, numa apaixonante criação do papel de Teresa Raquin.

Lua Nova em Parador

(Terça, 22.10, TV 2)

O filme começa em Nova Iorque, onde vemos um actor (Richard Dreyfuss) percorrer uma série de «audições» na tentativa de encontrar trabalho no teatro. E eis que, de recusa em recusa, de dificuldade em dificuldade, o vemos, em *flashback*, a regressar a um passado recente (que recorda em tom nostálgico) em que agora o vemos, como actor de segunda categoria, a rodar um filme em Parador, um país imaginário da América Latina. E aqui sucede algo de surpreendente na sua vida: o ditador do país é assassinado e, em face das suas incríveis semelhanças fisionómicas, o chefe militar que na sombra domina tudo e todos (Raul Julia) contrata à força o nosso actor para substituir o déspota, não apenas na chefia do país mas também no envolvimento amoroso com a sua amante (Sônia Braga). Mas aquilo que prometia ser uma sátira vigorosa aos regimes ditatoriais das chamadas «repúblicas das bananas» transforma-se, afinal, numa comédia relativamente insípida e de algum mau-gosto, repleta de lugares-comuns - um fracasso surpreendente num realizador como Paul Mazursky, com bastas provas dadas na matéria.

Cléo das 5 às 7

(Quarta, 16.20, TV 2)

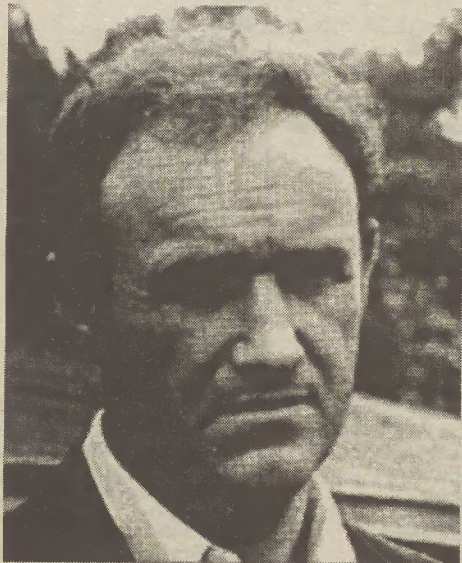
Durante as duas tensas horas de espera pelos resultados médicos que poderiam confirmar ou afastar a hipótese de ter um cancro, uma jovem cantora percorre um itinerário solitário em que é confrontada com a indiferença de uns e o egoísmo de outros. Depois de ter passado pelo obscurantismo das consultas ilusórias a uma cartomante, Cléo (Corinne Marchand) encontra por fim, nas ruas de Paris pela quais vagueia, a única pessoa que passa a interessar-se pelo seu destino, um jovem soldado em gozo de licença, que a reconforta e com-

preende. E, agora, independentemente do resultado dos exames, ela pode já tomar consciência da sua própria e lúcida indetidade. *Cléo das 5 às 7* (cujo tempo real é precisamente o tempo que dura o itinerário de Cléo - entre as 17 e as 18.30 horas), é um dos mais belos filmes da *nouvelle vague* francesa, um melodrama brilhantemente encenado por Agnès Varda sem qualquer ponta de sentimentalismo (proeza quase única na História do Cinema), com uma esplendorosa fotografia do grande director de fotografia desses tempos - Jean Rabier - e música de Michel Legrand. E com um espantoso *sketch*, a não perder, protagonizado por figuras como Jean-Luc Godard, Jean-Claude Brialy, Anna Karina, Eddie Constantine, Sami Frey e outros. O melhor filme da semana.

007 - Agente Irresistível

(Quarta, 22.40, Canal 1)

Depois dos péssimos exemplos que, em geral, constituíram as várias versões do 007 que se seguiram aos filmes em que a figura era criada por Sean Connery (falhanços entre os quais se contam os de Roger Moore) eis que este, finalmente, teve a sorte pelo seu lado ao entrar num dos mais espectaculares filmes da longa série (que, em meio da propaganda ideológica da «guerra fria» não almejava outra coisa), precisamente este 007 - *Agente Irresistível*. Claro que não faltam aqui, como sempre, as absurdas caricaturas a traço grosso do «inimigo», mas o filme é sobretudo um divertimento, cheio de pancadaria, acção e aventura, quanto baste, e o facto é que, por isso mesmo, não se leva a sério, goza consigo próprio, com um império à beira da derrocada, e regorgita com o maior à-vontade os ridículos *clichés* com que galhardamente se assume.



Gene Hackman e Mary Elizabeth Mastrantonio, intérpretes principais de «A Lei do Poder», de Michael Apted

go e que nos conta (através do frequente recurso à técnica do *flashback*) a história de um *sheriff* psicopata que comete uma série de crimes.

A Raposa

(Sexta, 00.55, Canal 1)

Duas jovens mulheres, de personalidades totalmente diferentes, mas ligadas por um forte e não totalmente assumido afecto, possuem e administram uma exploração de criação de galinhas algures no Canadá, mas a chegada de um homem que elas aproveitam para dar caça a uma raposa que frequentemente desbarata a produção - e, sobretudo, a decisão deste de se declarar a uma delas - ajuda a revelar em ambas um sentimento de atracção bem mais forte do que a simples amizade. Baseado na novela homónima de D. H. Lawrence, de 1923, a opção do realizador Marak Rydell pelas cenas de «sexo explícito» vem perturbar gravemente a muito mais poderosa e implícita atmosfera de sexualidade socialmente reprimida que tão bem o autor abordara na sua obra original.

Tristezas não Pagam Dívidas

(Sábado, 15.45, Canal 1)

Melodrama em tom de comédia, este filme conta-nos a história (por vezes algo absurda e pouco verosímil) de um viúvo sonhador, pai de um filho, que é proprietário de um hotel que vem a provar-se ser um negócio ruinoso e cujo irmão lhe apresenta uma senhora como hipótese para um novo casamento e para a solução dos seus problemas financeiros. Mas, por entre encontros e desencontros, tudo vai acabar em bem. Um filme ao tom de *Capra* (e que é o primeiro a ser realizado pelo cineasta a cores e em *Cinemascope*), mas que dividiu fortemente a crítica, já que não é das melhores obras do grande realizador.

O Homem Que Veio do Futuro

(Sábado, 17.15, Quatro)

Inequivocadamente rodado na escrupulosa subserviência aos mecanismos do cinema comercial, *O Homem Que Veio do Futuro* dá-nos a ver a história de um astronauta americano que chega a um planeta ocupado e dirigido por macacos e que passa pelos maiores perigos e tropelias para se safar destes azares. Protagonizado por Charlton Heston (e não por acaso devido ao físico...), esta imagem exterior do «americano-invincível-em-todas-as-situações» não é, de forma alguma, inocente e faz sorrir qualquer espectador europeu - mas deve ter funcionado em relação às sempre predisponíveis e auto-satisfeitas plateias americanas... Um espectáculo naturalmente eficaz, deste ponto de vista, que aproveita ao máximo os grandes espaços, mas que, precisamente por isso, deve perder-se por completo nas dimensões estreitas dos televisores caseiros. E talvez não venha daí grande mal ao mundo...

A Lei do Poder

(Sábado, 23.30, SIC)

O grande achado do argumento deste filme é tratar-se de um prolongamento, transportado para a vida profissional, do violento confronto entre pai e filha, na vida familiar. É que, na circunstância em que estão envolvidos, ambos são advogados - um de acusação e outro de defesa - no julgamento de um caso. Mas o que mais importa, em todo o filme, são os problemas de ética profissional que a sua conduta durante o julgamento envolve, bem como as motivações e a experiência de ambos os contendores: o pai, com um passado de luta contra o sistema, a começar pelas suas posições de firmeza durante a «era McCarthy»; a filha, como jovem representante de um tempo em que a subida na carreira justifica os atropelos mais surpreendentes e insuspeitados. Intérprete acima de toda a suspeita é certamente Gene Hackman, que costuma sentir-se à vontade em todos os papéis que representa, mas não menos importante é, sem dúvida, a outra grande figura do filme, Mary Elizabeth Mastrantonio - ambos fabulosos na recriação dos excelentes diálogos e hábeis construtores de sequências aparentemente insignificantes, como é essa espantosa cena da preparação conjunta de um jantar caseiro que termina na mais violenta das confrontações verbais e recriminações recíprocas.

Imperativo da verdade ou desespero da mentira?

Francisco Costa

«É também esse (o da solidariedade) o sentimento humanista, solidário e cristão, livremente afirmado na nossa "Carta de Princípios". Além dos valores comuns da profissão e da deontologia - a independência, o rigor, o serviço imperativo da verdade - a Informação da TVI assume editorialmente outros valores de substância: a liberdade, a justiça, a paz. (...) É este o compromisso editorial desta casa, afirmado pelos seus profissionais.»
(José Ribeiro e Castro, director de informação da TVI - «Informação 4», 25.04.94)

Com estas palavras, proferidas no seu velho tom estudadamente seráfico e envolvidas por uma bem ensaiada mansidão de voz, terminava José Ribeiro e Castro (novo director de informação da TVI) essa espécie de «editorial» com que resolvera invadir a edição do Informação 4 transmitida na passada segunda-feira, 25 de Abril de 1994.

Mas corresponderia essa espécie de «petição de princípios» à concretização dos «valores comuns da profissão», nela tão nobremente evocados?

Seria ela susceptível de convencer o espectador da bondade dos propósitos invocados como linha de rumo para a Informação da TVI?

Ou espelhava ela, afinal, uma postura de indistigável hipocrisia, que nem se dava

conta do ridículo de ter sido encenada imediatamente a seguir a uma cobertura maniqueísta das comemorações desse dia, organizada e montada em manifesto arripio da significativa parcela de uma esmagadora realidade que todos vimos nas ruas e no próprio Canal 1?

Como entender estas palavras de outra forma do que uma aleivosia, quando o espectador tinha acabado de constatar que o mesmo Informação 4 censurara, minutos antes, na peça sobre a cerimónia solene na Assembleia da República, a intervenção de Carlos Carvalhas em nome do Grupo Parlamentar do PCP, dela não tendo dado - ao contrário dos outros representantes partidários - uma única palavra?

Como avaliar de diferente modo esta atitude inaceitável, quando esse serviço noticioso acabara ainda de ignorar por completo (dela não dando uma única imagem, como se não tivesse existido!) uma das maiores manifestações da última década em defesa e em afirmação de Abril, que enchera horas antes a Avenida da Liberdade em Lisboa?

Vasos comunicantes

Inserida, com particular acinte e militante convicção, na monumental operação com que os vários canais de televisão (quais artérias vitais de um mesmo corpo ideológico) encenaram nas últimas semanas a «revisão da História» dos quarenta e oito anos de fascismo e dos vinte anos de liberdade e democracia - a TVI (agora parecendo alinhada com os sectores mais conservadores do espectro político português, o CDS) veio, assim, porventura tomar mais evidente aos mais ingénuos, em definitivo frustrados nas suas expectativas, aquilo que muitos avisadamente haviam prevenido, como inevitáveis consequências, face ao advento das novas televisões: a profunda degradação da generalidade das várias programações e, ao nível da informação (depois de uns primeiros tempos em que o verniz ainda não estalara), a distribuição criteriosa, sob o pano de fundo da ideologia dominante, das fatias do grande bolo das influências político-partidárias entre o chamado «serviço público» e os operadores privados de televisão, agora também apostados na deturpação dos objectivos e dos resultados da Revolução de Abril e das forças mais empenhadas na sua defesa.

Um debate que já o era

É assim que este novo passo na escalada desinformativa da TVI apenas veio confirmar o que já havia sido patente na série de «emissões especiais» pretensamente dedicadas a debater e analisar os 3 D's do Programa do MFA - o último dos quais, Desenvolvimento, fora abordado num debate transmitido uma semana antes.

Um debate conduzido, tal como os restantes, com extrema parcialidade e arrogância pelos moderadores do programa, Luís Marinho e José Freire Antunes, em que a igualdade de oportunidades de inter-



venção dos participantes foi prepotentemente subvertida - prejudicando, em exclusivo, a participação do deputado comunista Lino de Carvalho - e que, mais uma vez, foi antecedido por um documentário mistificador, «Os Caminhos do Desenvolvimento»: uma longa peça da autoria do mesmo Freire Antunes, tendo como consultor... Jorge Braga de Macedo, memorável e recente Ministro das Finanças de Cavaco Silva (!) e cuja tónica fundamental foi a de tentar provar, por A+B, que, no plano económico, salvo alguns pormenores de circunstância e lamentáveis erros de visão, tudo afinal evoluía no melhor dos mundos nos últimos anos da ditadura, se não fora ter-se dado esse... aborrecimento que foi o 25 de Abril!

Quod erat demonstrandum...

Para tal, lançou-se mão de todas as falsificações, desde o estafado lugar-comum acerca das «estruturas do MFA, politicamente dominadas pelo PCP»; chegando às «nacionalizações dos bancos, das companhias de seguros (...) e, até Julho de 1975, de 245 empresas», pelo Conselho da Revolução - este confusamente misturado em imagens e símbolos como se se tratasse de mais uma peça do aparelho do Partido Comunista (!) - mas esquecendo, o texto, os sucessivos golpes contra a democracia nascente e a sabotagem permanente das bases económicas fundamentais do país; passando pela evocação das «pesadas consequências da guerra de África», não evocada por se tratar de uma agressão e massacre ilegítimos aos povos das colónias e ao seu direito à autodeterminação e independência ou como uma aberração daquele tempo histórico ou como um sorvedouro de milhares de vidas de portugueses - mas sob o mero ponto de vista economicista de ter provocado «um aumento desmesurado das despesas militares» e a «imobilização de cerca de 200 mil homens nas Forças Armadas.»

Por fim, e para além do significativo cortejo de desgraças que teriam caracterizado as transformações e as conquistas revolucionárias (ver Caixa), atente-se à pérola de linguagem com que, em jeito de lamentação pela falta de visão do tão liberal quanto desajeitado Caetano, o texto do documentário deixava transparecer a contestação ao «regime anterior», tradu-

A cronologia das virtudes e das desgraças

O «antes»...

«Portugal tinha níveis de crescimento bastante superiores à média europeia»

«A economia dava passos largos no caminho da liberalização»

«(mas) a economia não aproveita o enquadramento financeiro estável que Salazar mantém ao longo de várias décadas»

«A guerra serve de catalisador do crescimento, tanto em Portugal como em África. O exemplo mais notável é o boom económico de Angola.»

«Em 1974, a economia está praticamente aberta com a busca de financiamentos estrangeiros. O escudo, embora não seja convertível por lei, é aceite como uma moeda forte.»

«Portugal consegue crescer a taxas tão elevadas que se fala de um milagre económico português.»

«Os vencedores de Abril (...) herdaram, também, uma grande solidez financeira, e um estado praticamente sem dívidas, um estado em plena modernização, com grandes remessas de emigrantes e receitas do turismo, uma dinâmica nova dos grupos económicos e uma industrialização em marcha.»

... e o «depois»

«As opções económicas tomadas a seguir a 25 de Abril de 1974 cortaram bruscamente um ciclo de desenvolvimento que se iniciara no final dos anos 60 e que era considerado um período áureo da economia portuguesa.»

«A explosão (do 25 de Abril) rebentou com as estruturas produtivas do país»

«O Desenvolvimento era um dos objectivos do Programa do MFA. Mas, sobre a terra queimada, vai espalhar-se a utopia colectivista, atrasando 10 anos a instauração de uma economia de mercado»

«De forma implacável, o projecto colectivista e socializante conduziu à destruição do tecido produtivo e à fuga de capitais e de empresários.»

(in «Os Caminhos do Desenvolvimento», documentário de José Freire Antunes e José Pedro Barreto - debate na TVI, 18.04.94)

zida esta no «fortalecimento da ambição das classes médias e da aristocracia operária e na sua apetência (sic) pelos direitos e liberdades cívicas.»

Para tudo terminar com a inevitável sentença: «durante um ano e meio, o D de Desenvolvimento foi pervertido por um projecto colectivista e socializante» - ou seja, precisamente, a mesma ideia que, dias a fio, fora matraqueada como leitmotiv nos «trailers» que anunciaram o debate, as mesmas palavras com que Luís Marinho lhe deu início, a mesmíssima expressão com que Freire Antunes o encerrou!

Donde se prova que, recorrendo ao arbítrio de sistematicamente retirar a palavra à única personalidade presente que em absoluto destoava da tónica geral, para os autores do programa (e também, pelo menos, para dois dos saudosistas do fascismo ali presentes - Xavier Pintado e Jaime Nogueira Pinto - já que o inefável Angelo Correia sempre enveredou, na sua tradicional e melíflua postura, por dar uma no cravo e outra na ferradura...) o 25 de Abril, afinal, veio interromper desnecessariamente o curso de liberalização do regime!

Mas donde se conclui, também, que o pretenso debate foi deliberadamente organizado para chegar ao fim evidenciando os mesmíssimos pressupostos que haviam estado na sua origem!

E para isso tudo serviu, em particular a mais velha das técnicas de manipulação: montando caoticamente imagens, sons, protagonistas e declarações, não apenas isoladas do contexto e das situações concretas em que foram tomadas ou produzidas, mas, mais grave ainda, subvertendo ou misturando a cronologia dos períodos abordados - o antes e o pós-25 de Abril - para reforçar as abusivas especulações que o texto ia insinuando, como se de claros e evidentes postulados se tratasse.

Como exemplo de «rigor» e «serviço imperativo da verdade», estamos conversados!

A última!

SIC
A CENSURA
À TELEVISÃO
ACABOU
EM OUTUBRO
DE 92
... E AS VERDADES DE CONVENIÊNCIA TAMBÉM

SIC
O JORNALISMO
SEM CENSORES
NEM COMISSÁRIOS
POLÍTICOS
... SIC O JORNALISMO INDEPENDENTE

Anúncios de página inteira, publicados pela SIC, na imprensa diária - ou mais um caso de falsidade e diversão.

de FOICE

Filhos da mãe

Cresci na convicção de que mãe há só uma. Mesmo num tempo em que o universo infantil era povoado quase exclusivamente por mulheres - avô, pai, tios, irmãos eram personagens que coexistiam mas que na verdade pertenciam a um mundo à parte - nunca me aconteceu confundir a mãe, a legítima, com as mulheres que de vez em quando a substituíam num faz-de-conta ora divertido ora sem graça nenhuma. 'Quero a minha mãe!' era e é de resto um argumento demolidor a que qualquer criança com dois dedos de testa lança mão quando as coisas dão para o torto. Não são precisos mais argumentos para que os adultos - os outros - se sintam remetidos ao seu insignificante papel de substitutos temporários, tão pouco credível que nem as criancinhas se deixam enganar.

Os livros infantis também contribuem para cimentar esta convicção. Na sua esmagadora maioria, quando abordam o assunto, retratam as não mães com as mais negras cores que se pode imaginar. As mãdrastas, nome terrível, são sempre más e têm na vida um único objectivo: fazer a vida negra aos enteados (outro nome inventado de propósito para povoar de pesadelos o imaginário infantil). Quem leu a Gata Borralheira ou viu o filme do Bambi percebe o que quero dizer. Quem não tem mãe não tem nada - lá diz o ditado popular - e se as histórias tendem a ter um final feliz, não faltam exemplos de quanto é preciso sofrer no entretanto e de como a situação só se resolve quando se conhece enfim as delícias da maternidade.

Os tempos modernos, com a crise da família e o casadescasa, não alteraram o papel das mães, antes o reforçaram, como demonstra abundantemente a teoria das supermulheres, que só o sendo conseguem cumprir a missão junto dos seus rebentos.

Foi justamente por tudo isto que se inventou o Dia da Mãe. Alguém - quase de certeza um homem - teve algum dia um rebate de consciência e decidiu reservar 24 horas do calendário para prestar a merecida homenagem às mães. Não sei se a revolução industrial e a luta de libertação das mulheres tem alguma coisa a ver com o assunto; se as ideias que começaram a germinar nas femininas cabeças quanto à co-responsabilização dos pais pelos respectivos filhos influenciou no caso, mas a verdade é que o Dia da Mãe se institucionalizou, com a benção da igreja e o aplauso do comércio, que se em tempos idos a homenagem se ficava por uns desenhos de escola, umas imagens da Virgem Maria e umas beijocas mais ternurentas, logo se evoluiu para sofisticadas lembranças de centros comerciais.

O problema - e aqui radica a minha perplexidade - é que parece não haver meio de se chegar a consenso quanto à data do evento. Já foi em Dezembro, depois mudou para Maio, foi num dia 13, passou depois para 8, e agora, quem diria!, diz-se que é no dia 1 do próximo mês.

De repente, como se de passo de mágica se tratasse, montra de loja que se preze passou a ostentar o anúncio: 1 de Maio, Dia da Mãe.

É possível que tenha andado distraída e a coisa nem seja novidade, mas confesso que fiquei siderada. E eu, que além de filha até sou mãe, a julgar que era o Dia dos Trabalhadores! Depois das surpresas com o 25 de Abril, só nos faltava esta de ensinar às criancinhas que o 1º de Maio é um dia muito bonito em que todos se devem portar muito bem para agradar às mães! Umhas diligências breves por familiares e amigos retribuíram-me o espanto. Ninguém sabia, ninguém tinha ouvido dizer, ninguém foi capaz de explicar. Valeram-me os meus rebentos. Deixa lá - disseram-me - se mãe há só uma, o que não faltam por aí são filhos... da mãe.

■ AF

Encontro Nacional promovido pelo PCP É preciso mudar de política para defender as pescas nacionais

Os problemas do sector das pescas nacionais foram tema de um Encontro Nacional promovido pelo PCP, no passado sábado, realizado no Centro Jean Monet em Lisboa, e onde esteve o membro da Comissão Política do PCP, Carlos Luís Figueira, que fez uma intervenção onde teceu duras críticas ao Governo pela política que tem seguido para o sector, pela falta de defesa nas instâncias comunitárias da especificidade portuguesa na matéria, dos nossos interesses de pesca em águas de outros países, e pela não valorização e promoção da modernização neste domínio.



O sector das pescas deve ser apoiado e modernizado

Contra o branqueamento do fascismo

Quase um milhar de personalidades, dos mais diversos quadrantes, que «foram presos políticos durante a ditadura fascista ou são familiares ou amigos de pessoas perseguidas, presas, ou assassinadas por agentes do Estado Novo» subscrevem um abaixo-assinado que protesta contra «a despuorida campanha de branqueamento do anterior regime, dos seus agentes e das suas práticas, que atingiu o auge mediático a pretexto das comemorações do 20.º aniversário do 25 de Abril».

«Recorrendo quer ao escamoteamento da verdade histórica, quer ao conformismo, e dando voz, sem adequada crítica, a alguns dos seus responsáveis, tenta-se passar uma esponja sobre os crimes da ditadura e recuperar o seu ideário», diz o texto do documento que prossegue: «não nos esqueçamos que o regime de Salazar e Caetano assentava di-

rectamente na PIDE/DGS, nos Tribunais Plenários, na Censura e na exploração colonial, recorrendo para o efeito à permanente violação dos direitos humanos».

«Também não nos esqueçamos dos milhares de cidadãos que foram perseguidos, despedidos dos seus empregos, forçados ao exílio, presos, torturados, deportados, assassinados».

«E por não nos esquecermos, não admitimos que, pela perversão da realidade histórica, se pretenda apagar a memória dos que se sacrificaram para a instauração de uma democracia».

«Não calamos a nossa revolta perante o silenciamento dos crimes do fascismo e a promoção dos seus executores», conclui o texto que encina o referido abaixo-assinado, profusamente distribuído na manifestação popular que em Lisboa comemorou o 25 de Abril de 1974.

Revisão do Código Penal em debate

Um debate sobre a Revisão do Código Penal é promovido pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português, na próxima segunda-feira, pelas 15 horas, na sala do Senado da Assembleia da República.

No debate vão fazer intervenções, entre outros, o Professor Dr. Figueiredo Dias, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) e Presidente da Comissão Revisora do Código Penal (CRCP); o Professor

Doutor Fraria Costa, também professor na FDUC; o Dr. Ferreira Ramos, Procurador-Geral Adjunto e membro da CRCP, e o Dr. João Rato, delegado do Procurador-Geral da República e professor no Centro de Estudos Judiciários.

Em debate vão estar questões relacionadas com a filosofia geral da Revisão do Código Penal, as matérias relacionadas com os crimes sexuais, os crimes contra a intimidade da vida privada e com o direito penal laboral,

Historiando o processo que se seguiu à adesão portuguesa à Comunidade, Carlos Luís Figueira diria que o saldo que é possível fazer «traduz uma realidade que evidencia o profundo descalabro e a mais clara falência da política até aqui seguida». O membro da Comissão Política do PCP diria mesmo que «a troca de alguns milhões, este Governo vendeu, desprezou, abandonou este importante segmento da economia nacional».

No Encontro, onde estiveram especialistas em assuntos relacionados com as pescas e representantes das classes socioprofissionais ligadas ao sector, a discussão resultou na aprovação de um documento onde se propõe um conjunto de medidas consideradas «indispensáveis para garantir a manutenção e defesa das pescas nacionais».

Nessas medidas estão incluídas as exigências de uma melhor defesa da especificidade portuguesa junto da Comunidade Europeia com a exigência de o nosso mar ser de uso exclusivo para a nossa pesca; por outro lado que a política de abates que tem vindo a ser seguida seja substituída por medidas de apoio à renovação da frota, melhorando o crédito e canalizando fundos comunitários.

Considerar a pesca artesanal como sector estratégico, modificar a política de preços de forma a garantir o escoamento e margens de lucro aceitáveis para os produtores, maior fiscalização do pescado importado, aprovei-

tar as oportunidades de aumento de quotas de pesca para a frota longínqua portuguesa, apoiar as indústrias conserveira e de construção naval e de uma formação profissional adequadas são outras das medidas defendidas pelo PCP.

Apoios à investigação para a preservação e defesa de recursos e a concessão de compensações financeiras aos pescadores que percam postos de trabalho por abate de barcos ou paralisação temporária (com consagração na lei) são ainda outras propostas avançadas pelos comunistas que apelam para a urgente discussão na Assembleia da República do projecto de Lei do PCP sobre o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

«Só a inversão da política até agora seguida, assumindo através de uma nova política a defesa de recursos e especificidades nacionais de defesa da nossa soberania, assente na construção de um projecto de desenvolvimento económico que assegure a modernização e valorização da nossa base produtiva, factores indispensáveis para garantirmos o emprego e o acesso a padrões de vida a que os portugueses e os trabalhadores da pesca em particular têm que ter justamente acesso, podem as pescas nacionais tomar outro rumo na vida nacional», conclui o documento aprovado neste Encontro.



A Cor da Revolução



Em exposição no átrio do edifício do Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, está uma exposição intitulada «A Cor da Revolução», onde se mostram cartazes, autocollantes e fotografias de murais políticos impressos e desenhados após o 25 de Abril de 1974, num período que se estende até 1980. Iniciando-se com um cartaz de Vieira da Silva dedicado ao 25 de Abril, intitulado «A Liberdade», a exposição mostra as linguagens políticas e gráficas utilizadas por diversos partidos políticos, movimentos, associações e outras organizações saídas da Revolução. Dividida por temas que vão desde a solidariedade ao apelo ao voto, passando por anúncios de comícios ou outro tipo de apelos, a exposição é promovida pela Lisboa 94, sendo o seu Comissário, José Araújo, responsável gráfico do «Avante!» desde o primeiro número legal. No local, largamente visitado desde a abertura, ocorrida na semana passada, é possível adquirir um catálogo impresso a cores e dois cartazes de Vieira da Silva. A exposição estará patente até ao próximo 10 de Julho.